

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

"A garantia soy yo":

Etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas
cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)

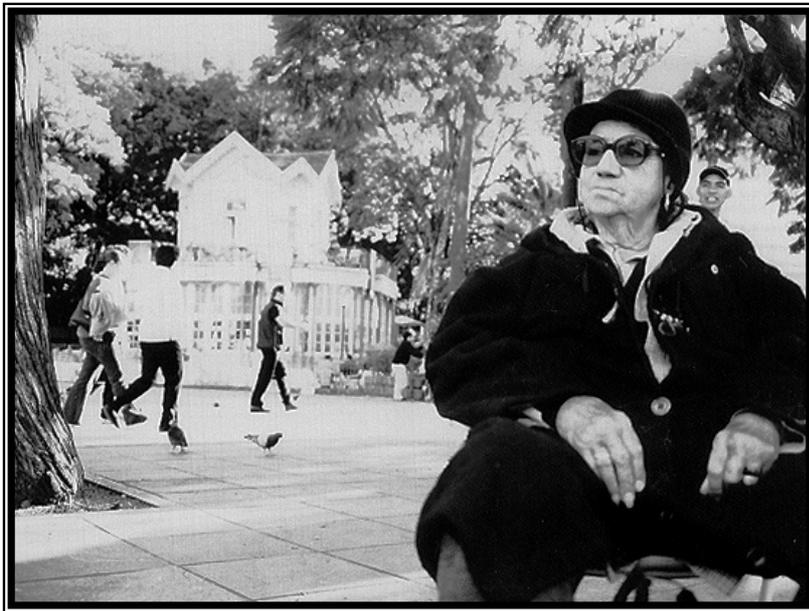
ROSANA PINHEIRO MACHADO

Dissertação apresentada no
Programa de Pós Graduação em
Antropologia Social da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul para a
obtenção do título de Mestre

Orientador: Prof. Dr. Ruben George Oliven

Porto Alegre, 2004

Dedico esta dissertação à Dona Vilma, *in memoriam*...



... e aos demais camelôs, sacoleiros e amigos da Praça XV.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Ruben George Oliven, por toda dedicação demonstrada na leitura minuciosa desta dissertação e por todas as oportunidades de aprendizado e crescimento que me proporcionou. Também por ser um grande professor e uma pessoa extraordinária.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), que me propiciou todas as condições para a realização de minha pesquisa. Agradeço a Rose e aos professores que me ajudaram muito nessa trajetória, ensinando-me e servindo como exemplo.

Agradeço a CAPES pelo suporte financeiro.

Agradeço ao Prof. Gilberto Velho pela leitura atenciosa dos textos e pelas sugestões importantes.

Agradeço a todos da turma de 2003. Colegas do Mestrado: Alessandro, Antônio Carlos (Tom), Cristian, Diego, Laura, Márcio, Nádia, Nicole, Pablo, Pilar, Rodrigo, Rogério, Talita e Verônica. Colegas do Doutorado de Teoria I e II: Luis Gustavo, Mirian e Toninho. Dividimos as mesmas angústias e crescemos juntos.

Agradeço ao NUCE pela oportunidade e espaço de diálogo.

Agradeço a Clê e às gurias do xerox, Lê e Lisa, pelas inúmeras ajudas.

Agradeço aos meus queridos amigos, colaboradores, leitores, colegas e “ouvidos”: Elenir Sandra, Débora, Diana, Leda, Susana, Andréa, Paula e Arlei.

Agradeço aos demais amigos, colaboradores e colegas do Pós.

Meu agradecimento especial à família: minhas irmãs, Maria Rosa e Carla, e a meus pais, Rosária e José Carlos. Sem vocês, este trabalho não seria o mesmo.

RESUMO

O Centro de Porto Alegre (Brasil) caracteriza-se pela presença de vendedores de rua desde o século XVIII. Hoje, contudo, essa forma de comércio informal assume proporções extraordinárias, constituindo-se um fenômeno global relacionado à produção e comercialização de pirataria, consumida generalizadamente em todas as camadas sociais. O universo desta pesquisa são os camelôs e sacoleiros regularizados que trabalham na Praça XV de Novembro da capital gaúcha e comercializam mercadorias contrabandeadas de Ciudad del Este (Paraguai), trazidas por eles próprios.

A atuação dos camelôs no espaço público envolve uma permanente negociação - ora pacífica, ora conflituosa - com o poder público, lojistas, meios de comunicação e vendedores de rua em situação irregular. Afora as dificuldades do trabalho de rua e a competitividade do ofício, os comerciantes estudados formam suas redes de relações (sejam elas de vizinhança, de parentesco ou de companheirismo de viagem) pautadas pela presença constante da solidariedade e lealdade - códigos simbólicos que dão sustentação ao trabalho cotidiano, conferindo sentido ao trabalho e à vida social.

Procura-se, com isso, fornecer uma visão ampla do universo estudado, mostrando várias de suas facetas, acompanhadas ao longo de uma etnografia que aconteceu tanto em Porto Alegre, quanto na fronteira do Brasil com o Paraguai.

Palavras-chave: Camelôs, mercado informal, fronteira, contrabando, Porto Alegre (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai).

ABSTRACT

The city of Porto Alegre (capital of Rio Grande do Sul, the southernmost state of Brazil) has many street vendors since the eighteenth century. This informal type of commerce has currently gained extraordinary proportions, as it becomes a global phenomenon associated to the production and sale of smuggled or falsified products that, in turn, are generally consumed among all social strata. The research universe is the group of regularized street vendors (*camelôs* and *sacoleiros*) that work around the Praça XV de Novembro, a square at the downtown area of Porto Alegre, and that sell merchandise smuggled in from the Ciudad del Este (Paraguay) by the vendors themselves.

The street vendors' permanence in the public space requires constant negotiation – at times pacific and sometimes involving conflicts - with government officials, law-enforcing agents, shop owners, media and other street vendors that are not in a regular situation. Networks of kinship, of neighborhoods, or of journeys travels are formed by the studied vendors, in order to cope with the hardships of the street work and from the market competition. Such networks are ruled by the constant presence of solidarity and loyalty - fundamental symbolic codes present in day-to-day life, which give meaning to both work and social life.

The present dissertation provides an ample overview of the studied universe, revealing many of its facets, all of which were sought after in an ethnographic study both in Porto Alegre and in the border between Brazil and Paraguay.

Key words: *camelôs*, street vendors, informal market, border, smuggling, Porto Alegre (Brazil), Ciudad del Este (Paraguay).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	Pág. 10
1 “ENTRE MERCADOS E MUAMBAS”: QUESTÕES METODOLÓGICAS DA ETNOGRAFIA.....	Pág. 20
1.1 Primeira fase do trabalho de campo (1999-2002): em Porto Alegre – conhecendo o camelódromo.....	Pág. 21
1.1.1 Informantes-chave.....	Pág. 24
1.2 Segunda fase do trabalho de campo (2003-2004): no Paraguai - caminhos do contrabando.....	Pág. 25
1.2.1 “A saga geertziana”: de volta a Porto Alegre.....	Pág. 28
1.2.2 Outras viagens, outras reflexões.....	Pág. 30
1.3 Sobre o relativismo.....	Pág. 32
1.4 Ajustes e desajustes.....	Pág. 33
1.5 Sintetizando.....	Pág. 35
2 “DOS VÍNCULOS INTENSOS”: RELAÇÕES DE PARENTESCO E REDES DE SOLIDARIEDADE ENTRE CAMELÔS E SACOLEIROS.....	Pág. 36
2.1 “Sangue bom para os negócios”: relações de parentesco de aliança e consangüinidade.....	Pág. 38
2.1.1 Geração e continuidade.....	Pág. 38
2.1.2 Aprendizado das crianças.....	Pág. 40
2.1.3 Masculinidade e espaço público.....	Pág. 41
2.2 “Um pé na casa, outro na rua e na estrada”: relações simbólicas de parentesco - vizinhança e companheirismo de viagem.....	Pág. 43
2.2.1 “Anos de pedra”: vizinhança e parentesco.....	Pág. 44
2.2.2 “Irmandade itinerante”: companheirismo de viagem e parentesco.....	Pág. 46
2.3 Negociações entre redes de solidariedade e confiança.....	Pág. 51
3 “QUEREMOS TRABALHAR E O GOVERNO NÃO QUER DEIXAR...”: CONFLITOS E TENSÕES SOCIAIS.....	Pág. 55
3.1 Diacronia dos conflitos: lógica operante.....	Pág. 57
3.2 Questões atuais: cotidiano tenso do Centro.....	Pág. 61
3.3 Ponte da amizade? Conflitos na fronteira do Brasil com o Paraguai.....	Pág. 69
3.3.1 Combate ao contrabando de informática, cigarro e CD.....	Pág. 70
3.3.2 A criação de um personagem do mal: o “Contrabandista”.....	Pág. 72
3.4 “Sacoleiros do mundo: uni-vos”: organização política e social.....	Pág. 74

3.5 “Apesar de tudo, a gente sempre dá um jeitinho”: limites, possibilidades e margens de negociações entre grupos divergentes.....	Pág. 77
3.5.1 Camelôs regulares e irregulares.....	Pág. 78
3.5.2 Camelôs e lojistas.....	Pág. 80
3.5.3 Propina: caminhos possíveis de entendimento.....	Pág. 81
4 MERCADO, CONSUMO E DINHEIRO: RELAÇÕES COMERCIAIS NO CAMELÓDROMO E EM CIUDAD DEL ESTE.....	Pág. 84
4.1 Memória, cotidiano e características de um mercado.....	Pág. 84
4.1.1 Definições gerais: mercado e economia de bazar.....	Pág. 84
4.1.2 O mercado do camelódromo como unidade de análise.....	Pág. 88
4.2 Relações de consumo: consumidores & consumidores.....	Pág. 100
4.2.1 “Camelô fashion”: um pouco sobre o consumo de pirataria.....	Pág. 100
4.2.2 Quando o camelô é freguês.....	Pág. 103
5 GLOBALIZAÇÃO, CAPITALISMO E INFORMALIDADE: UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA.....	Pág. 106
5.1 Os sacoleiros, a pirataria e um mercado transnacional.....	Pág. 106
5.1.1 “Sacoleiro cosmopolita”: circulação de pessoas e informações.....	Pág. 107
5.1.2 “Made in China”: circulação de mercadorias.....	Pág. 109
5.2 Mercado de trabalho e relações capitalistas.....	Pág. 111
5.2.1 Cadeia de empregos nos caminhos do contrabando.....	Pág. 112
5.3 Questionando fronteiras: o formal e o informal.....	Pág. 116
5.3.1 Condições de trabalho e auto-representação de informalidade por parte dos camelôs.....	Pág. 117
5.3.2 Debate teórico sobre marginalidade e economia informal.....	Pág. 119
CONSIDERAÇÕES FINAIS: “A GARANTIA SOY YO”.....	Pág. 127
OBRAS CONSULTADAS.....	Pág. 130
APÊNDICES.....	Pág. 137

LISTA DE IMAGENS:

Capa: Perfumes paraguaios de uma banca de camelô. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Porto Alegre, 1999. Fonte: Acervo pessoal, colorido, tamanho 10 X 15 cm. Fotografia digitalizada, editada e ampliada no programa Photoshop.

Pág. 02: Dona Vilma. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Porto Alegre, 2003. Fonte: Acervo pessoal, P&B, tamanho 10 X 15 cm. Fotografia digitalizada e editada no programa Photoshop.

Pág. 19: Mapa da Praça XV. Porto Alegre, s/d. Fonte: <http://www.aondepoa.com.br>, acessado em 01/2002.

Pág. 41: Vendedora do camelódromo e filha. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Porto Alegre, 2002. Fonte: Acervo pessoal, imagem digital, colorido. Editada (P&B) no programa Photoshop.

Pág. 46: Seqüência de Dona Vilma. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Porto Alegre, 2004, Fonte: Acervo pessoal, P&B, tamanho 10 X 15 cm. Fotografia digitalizada e editada no programa Photoshop.

Pág. 60: Camelô da dec. de 50. Autoria: Léo Guerreiro. Porto Alegre, 1958. Fonte: Revista do Globo, Acervo Banco de Imagens e Efeitos Visuais. Imagem digitalizada e editada no programa Photoshop.

Pág. 61: Manchete Correio do Povo. Porto Alegre, 2000. Fonte: Correio do Povo, Acervo pessoal, imagem digitalizada no programa Photoshop.

Pág. 70: Comércio de cigarro. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Ciudad del Este, 2004. Acervo pessoal, imagem digital, colorida.

Pág. 76: Protesto na fronteira. Autoria: Juca Varella. Foz do Iguaçu, 2003. Fonte: <http://www.folhaonline.com.br>, acessado em 07/2004.

Pág. 79:

Esquerda - Camelô irregular. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Porto Alegre, 2000. Fonte: Acervo pessoal, P&B, tamanho 10 X 15 cm. Fotografia digitalizada e editada e no programa Photoshop.

Direita - Camelô arrumando a banca. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Porto Alegre, 2002. Fonte: Acervo pessoal, P&B, tamanho 10 X 15 cm. Fotografia digitalizada e editada e no programa Photoshop.

Pág. 86:

Superior - Rua de Ciudad del Este. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Ciudad del Este, 2004. Fonte: Acervo pessoal, imagem digital, colorido.

Inferior - Calçada de Ciudad del Este. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Ciudad del Este, 2004. Fonte: Acervo pessoal, imagem digital, colorido.

Pág. 89: Camelô da década de 50. Autoria: Léo Guerreiro. Porto Alegre, 1958. Fonte: Revista do Globo, Acervo Banco de Imagens e Efeitos Visuais. Imagem digitalizada e editada no programa Photoshop.

Pág. 90:

Esquerda: Camelódromo. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Porto Alegre, 1999. Fonte: Acervo pessoal, colorido, tamanho 10 X 15 cm. Fotografia digitalizada e editada no programa Photoshop.

Direita: Camelódromo. Autoria: Rosana Pinheiro Machado, Porto Alegre, 2004. Fonte: Acervo pessoal, imagem digital, colorido.

Pág. 98:

Esquerda - Perfumes paraguaios. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Porto Alegre, 1999. Fonte: Acervo pessoal, colorido, tamanho 10 X 15 cm. Fotografia digitalizada e editada no programa Photoshop.

Direita superior - Banca. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Porto Alegre, 2004. Fonte: Acervo Pessoal, imagem digital, colorido.

Direita inferior - Cangas. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Porto Alegre, 1999. Fonte: Acervo pessoal, colorido, tamanho 10 X 15 cm. Fotografia digitalizada e editada no programa Photoshop.

Pág. 99:

Direita superior - Capa celular. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Porto Alegre, 2002. Fonte: Acervo pessoal, colorido, tamanho 10 X 15 cm. Fotografia digitalizada e editada no programa Photoshop.

Direita inferior - Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Porto Alegre, 2002. Fonte: Acervo pessoal, imagem digital, colorido.

Esquerda de cima para baixo

Canetas. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Porto Alegre, 2002. Fonte: Acervo pessoal, colorido, tamanho 10 X 15 cm. Fotografia digitalizada e editada no programa Photoshop.

Bonecas. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Porto Alegre, 2002. Fonte: Acervo pessoal, imagem digital, colorido.

Brinquedos. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Porto Alegre, 2002. Fonte: Acervo pessoal, colorido, tamanho 10 X 15 cm. Fotografia digitalizada e editada no programa Photoshop.

Pág. 102: Bolsa. Paris, s/d. Fonte: <http://www.vuiton.com>, acessado em 05/2004.

Pág. 110: Movimento da Ponte da Amizade. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Ciudad del Este, 2004. Fonte: Acervo pessoal, imagem digital, colorido.

Pág. 114: Laranjas. Autoria: Rosana Pinheiro Machado. Ciudad del Este, 2004. Fonte: Acervo pessoal, imagem digital, colorido.

APRESENTAÇÃO

Uma moça desconfiada olhava o Papai Noel de brinquedo. Tocava nele, chocalhava-o, virando-o de cabeça para baixo.

- *É sete real, falou o camelô.*
- *Funciona???*
- *MAS BAH!*
- *E se não funcionar, tem garantia?*
- *Garantia? A garantia SOY YO!¹*

(Trecho de diário de campo, escrito em Novembro de 1999).

(a) PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Estudo os vendedores de rua (camelôs e/ou sacoleiros²) que atuam no perímetro central da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul - Brasil. Por questões de delimitação de objeto e de universo de pesquisa, bem como pela minha trajetória de inserção em campo, centrei-me naqueles comerciantes que se encontravam em situação regular junto à Prefeitura Municipal. Isso ocorreu por um motivo muito simples: a permanência dos vendedores irregulares na rua é muito inconstante, comparada àqueles que possuem um ponto fixo no espaço denominado “camelódromo”.

Esta pesquisa teve início no ano de 1999. Nas primeiras vezes que fui a campo, em visitas de cunho exploratório, tinha o objetivo de realizar uma observação de um grupo social para disciplina de Antropologia I, então ministrada pela Profa. Dra. Cornelia Eckert. Poucos meses depois, comecei a trabalhar como bolsista de iniciação científica em um projeto da referida professora, juntamente com a Profa. Dra. Ana Luiza Carvalho da Rocha, que se

¹ Os camelôs falam “a garantia soy yo” e não “la garantia...”. O “portunhol” ocorre porque a frase é dita num contexto no qual o cliente faz a seguinte pergunta: “*e a garantia?*” O camelô responde: “A garantia...”. Trata-se de uma expressão que mistura o português com o espanhol do Paraguai.

constituiu minha orientadora até o final da graduação do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Durante esse período, pesquisei intensamente o cotidiano do camelódromo, conheci vendedores e constitui laços fortes. Trabalhei basicamente as questões sobre construção de identidade social, estilos de vida e visões de mundo entre os camelôs, sob a ótica da Antropologia Urbana. Tal pesquisa culminou em meu Trabalho de Conclusão de curso, intitulado “*Vida de Camelô: etnografia dos vendedores de rua da cidade de Porto Alegre*”³.

Ingressando no Curso de Mestrado de Antropologia Social/PPGAS-UFRGS no ano de 2003, optei por continuar com o mesmo universo de pesquisa que eu vinha estudando. Já sob a orientação do Prof. Dr. Ruben George Oliven, decidimos manter os informantes, mas ampliando o objeto para além da realidade porto-alegrense, acompanhando os comerciantes em suas viagens para o Paraguai, onde buscam mercadorias. Obviamente, essa decisão mudou radicalmente os rumos da pesquisa, abrindo um leque de possibilidades de análise e obrigando-me a olhar mais atentamente para novas questões - que se encontram além dos limites urbanos de Porto Alegre - acerca do comércio informal e da comercialização de contrabando no Brasil e no mundo.

(b) CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TEMA, OBJETO E UNIVERSO DE PESQUISA

Quando comecei a ir a campo, não possuía nenhum tema específico. Queria etnografar *apenas* a “vida de camelô”. Ou seja, tudo. Tudo aquilo que eu desconhecia e me despertava curiosidade, ou achava “antropologicamente” relevante. Dessa maneira “aberta”, fui a campo durante todos esses anos. Isso teve implicações profundas e, ao meu ver, positivas, no momento em que pude perceber várias facetas da vida social do grupo pesquisado.

O objeto desta dissertação são *as práticas comerciais entre vendedores de rua regularizados de Porto Alegre, que buscam suas mercadorias no Paraguai*. Procuro, nesse sentido, mapear as principais relações sociais que se desenrolam no âmbito da conexão entre Porto Alegre e Ciudad del Este (cidade Paraguaia) vivida por meus informantes em suas atividades profissionais.

A construção do objeto de pesquisa nunca é um ato desinteressado ou ingênuo, implicando sempre decisões metodológicas e teóricas. No meu caso, a escolha pelas *práticas comerciais* aconteceu *a posteriori* à pesquisa de campo. Procurei um objeto que conseguisse

² Neste trabalho, uso “camelôs” quando estou me referindo aos informantes no âmbito do camelódromo. Nas viagens, falo em “sacoleiros”. Mas nem todos camelôs são sacoleiros, ou seja, nem todos viajam ao Paraguai.

abarcam a maior parte dos dados que eu já tinha levantado. O comércio constitui-se uma categoria englobante no universo simbólico dos camelôs, operando como uma espécie de “fato social total” – *a la* Mauss (2003) – no momento em que, a partir dessa dinâmica, é possível falar de vários aspectos de seus universos simbólicos, tais como as relações de parentesco, a sociabilidade lúdica, a cidadania, o corpo e a saúde, as relações de mercado, etc.

Reconheço que se trata de um objeto amplo. Contudo, eu tinha uma decisão a tomar: ou construía um objeto mais específico, ou o deixaria mais “frouxo”. Optar pela primeira implicaria um aborto de muitos dados que fui levantando nos últimos cinco anos. Não foi somente esse motivo, entretanto, que me fez escolher a segunda opção. Também foi uma postura pessoal: um desejo de dialogar com marcos teóricos de distintas linhas de pesquisa da Antropologia, tais como o Urbano, Consumo, Família e Parentesco, Política, Corpo e Saúde e Cultura Popular, bem como tratar dos temas da informalidade, identidade e rede social, conflito e violência urbana, globalização, mercado. Delimitar as *práticas comerciais* como objeto de pesquisa proporcionou-me, além de operacionalizar os mais variados dados registrados, dar conta de várias temáticas, as quais eu não desejava abrir mão. Minha vontade, desde o princípio, era fazer do universo estudado uma lente através da qual eu pudesse falar de vários aspectos da vida social e cultural⁴.

As práticas comerciais dos camelôs e dos sacoleiros participam de um sistema de trocas inserido no universo do mercado informal e do contrabando. Portanto, essas duas categorias mais amplas, que denotam uma certa condição de trabalho, constituem temas centrais desta pesquisa.

Tive muitos interlocutores, colegas e professores, durante esse processo de pesquisa. Muitos indagaram-me se eu não estava sendo ‘etnocêntrica’ quando dizia que meu tema de pesquisa é o contrabando. Segundo essa visão, trata-se de uma palavra muito pesada, comparada à realidade cotidiana de meus informantes. Refleti e decidi seguir usando-a, pois se trata de um fato: toda a mercadoria que entra no país, ou é importação legal, ou contrabando – também chamado de “descaminho” (cf. artigo 334 do Código Penal)⁵. Os próprios camelôs e sacoleiros assim chamam seus produtos. A expressão, de fato, possui uma acepção negativa, mas qualquer outra palavra que expressasse a entrada de bens clandestinos e ilegais no país assumiria inevitavelmente um tom pejorativo. Não se trata de mudar o nome do tema, assumindo uma posição politicamente correta, e dizer que estudo “o comércio de

³ PINHEIRO MACHADO, Rosana. “*Vida de Camelô: Etnografia dos vendedores de rua da cidade de Porto Alegre*”. Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. IFCH/UFRGS, 2003.

⁴ Devido à heterogeneidade dos marcos teóricos com os quais opero, esta dissertação não possui um capítulo específico referente à revisão bibliográfica. Os dados etnográficos serão apresentados paralelamente aos autores.

⁵ Contrabando ou descaminho: “importar ou exportar mercadorias proibidas ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto na entrada, na saída ou no consumo de mercadorias. - PENA: 1 a 4 anos de reclusão (Código Penal Brasileiro).

mercadorias oriundo de outros países – Paraguai – sem nota fiscal e/ou pagamento de imposto para Receita de Federal”. Cabe à minha narrativa etnográfica desconstruir essa imagem negativa, e isso, segundo meu entendimento, é a premissa básica que está presente no compromisso do fazer antropológico e do contrato de reciprocidade da relação pesquisador e pesquisado. Porém, não chamarei meus informantes de contrabandistas, porque isso sim seria etnocêntrico, no momento em que eles autodenominam-se camelôs, muambeiros ou sacoleiros, dependendo da situação. Portanto, as categorias usadas na dissertação – tanto para designar o tipo de ofício, quanto os seus trabalhadores – são êmicas.

Embora haja estudos clássicos sobre mercados e trocas comerciais (MALINOWSKI, 1984; MAUSS, 2003; GEERTZ, 1963 e 1979 e LÉVI-STRAUSS, 1996) e a informalidade tenha sido um tema central nas Ciências Sociais do Brasil e da América Latina na década de 70, atualmente, abordagens sobre camelôs, contrabando e mercado informal não são usuais na Antropologia brasileira. Existem poucas e esparsas pesquisas concluídas sobre, por exemplo, comércio de rua e temas afins. Basta analisar os bancos de dissertações e teses (recentes) das principais universidades do país⁶. As etnografias fecharam os olhos para um fenômeno que está presente, de forma muito marcante, em muitos centros urbanos⁷.

No contexto contemporâneo da nossa disciplina, não há um campo consolidado sobre “Antropologia de Mercado” ou “Antropologia Econômica”. Porém, percebo uma mudança significativa e animadora nesse quadro: muitos estudos – sobre feiras, mercados de rua, comércio em geral – estão surgindo e, em breve, estarão concluídos e publicados⁸. Embora este trabalho seja primordialmente etnográfico, cabe fazer a ressalva que, na Sociologia do Trabalho, encontrei importantes ferramentas para compreender o universo dos mercados de rua e da informalidade no Brasil, visto que tais temas sempre foram preocupações centrais da disciplina. Logo, o diálogo interdisciplinar se faz indispensável.

⁶ Em Porto Alegre, este trabalho é o primeiro realizado sobre camelôs no âmbito da Antropologia. Dentre as pesquisas etnográficas encontradas em outras capitais brasileiras, especificadamente sobre o comércio ambulante, destaco em São Paulo o de Frúgoli (1999), Costa (1989) e Arantes (2000); em Campinas, a monografia de Albuquerque de Braz (2002); em Brasília, as monografias de Figueiredo (2001) e Souza (2000). No Rio de Janeiro, existem várias pesquisas em andamento, porém ainda não publicadas. Já em relação ao comércio informal da fronteira brasileira com o Paraguai, há um importante estudo realizado por Rabossi (2001, 2003, 2004) em sua pesquisa de doutoramento.

⁷A carência de pesquisas na área certamente não ocorre por uma falta de relevância social: os altos índices de desemprego no país, a crescente informalização do trabalho, o contrabando, a pirataria e os seus conflitos inerentes, que são notícias nacionais diárias nos principais meios de comunicação do país, e o Centro de Porto Alegre – como as principais metrópoles brasileiras - está cada vez mais repleto de vendedores de rua.

⁸ O Fórum de Pesquisa “Cidades e Mercados: novas formas de conflito na espacialização das práticas sociais e econômicas”, da 24ª Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda/PE, no qual apresentei trabalho, tinha o objetivo claro de aprofundar um campo de Antropologia de Mercado no Brasil. Foi possível conhecer as pessoas que estão trabalhando com o tema e estabelecer um diálogo. Contudo, o projeto é incipiente ainda. No Museu Nacional, há um Núcleo de Pesquisa, com o qual mantenho interlocução, sobre economia e mercado, coordenado pelo professor Federico Neiburg. As atividades do grupo também procuram cristalizar a discussão sobre o tema.

Conforme procurarei demonstrar ao longo dos capítulos que seguem, o universo dos meus informantes é altamente estigmatizado, seja por parte do senso comum, seja por parte dos meios de comunicação. O tema oscila entre o “engraçado/ridículo” e o “perigoso”. A primeira expressão está mais para camelôs, enquanto a segunda está para contrabando. Como muitas formas de preconceito no Brasil, ele é velado: nunca ninguém me disse algo explícito. Muitas vezes, quando falei pela primeira vez o tema, os interlocutores fizeram uma expressão facial de espanto. Há duas reações básicas. A primeira é rir ou aproveitar a situação para fazer uma encomenda de uma mercadoria do Paraguai. No Brasil, a gozação é uma forma de comunicação difundida e socialmente aceita, constituindo-se, inclusive, uma expressão de afeto. Porém, isso começou a chamar-me atenção partir da metade do Curso de Mestrado, quando passei a ver que havia um exagero nas brincadeiras sobre a pesquisa e que isso estava me dizendo algo a mais (eu mesma inicialmente participava da jocosidade). A segunda reação é promover um discurso sobre os riscos assombrosos da fronteira e até, se possível, mencionar que meus informantes são pessoas mafiosas e altamente perigosas.

Comecei a descobrir essas imagens sobre a pesquisa justamente quando decidi ir para o Paraguai com os sacoleiros. Na verdade, esse país, por circunstâncias históricas do aniquilamento sofrido numa guerra na segunda metade do século XIX, encontra-se em estado de extrema pobreza, e o comércio formal e informal de Ciudad del Este é uma das principais fontes de renda da população. A pirataria (produto falsificado - imitação ilegal) é uma das mercadorias mais características de lá. Por esses motivos, Paraguai tem sido sinônimo de tudo que é falso e/ou de má-qualidade. Paralelo a isso vem a ridicularização. Os sacoleiros brasileiros, quando atravessam a Ponte da Amizade (fronteira Brasil/Paraguai – Cidade do Leste/Foz do Iguaçu) em situação fugitiva e instável, portando grandes sacolas nas costas, assumem inevitavelmente o rótulo do ridículo, da muamba e da falcatrua. Assim, esse é um pouco do imaginário do senso comum sobre a atividade profissional dos camelôs e sacoleiros. Assim, reitero a necessidade de mais estudos sobre o tema da informalidade, contrabando e mercado de rua, sob o ponto de vista etnográfico.

(c) SITUANDO AMBIÊNCIAS E GRUPOS SOCIAIS

No ano de 1989, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Indústria e Comércio (SMIC), cadastrou a maioria dos vendedores de rua existentes na região central de Porto Alegre⁹ e criou – tentando resolver um problema histórico – o *Camelódromo da Praça XV*¹⁰. Essa regulamentação obedecia aos seguintes critérios: que os vendedores comercializassem

⁹ A legislação municipal que regularizava os ambulantes antes de 1989 era do ano de 1968, por isso já estava ultrapassada.

¹⁰ A constituição do camelódromo correspondeu ao cumprimento de uma promessa eleitoral do candidato a Prefeito, Olívio Dutra, que foi eleito em 1989.

mercadorias lícitas e que estivessem na rua há bastante tempo, dando preferência àqueles cujos pais também tivessem sido ambulantes. Foram cadastrados e regularizados um total de 420 vendedores. Nesse processo de legalização, os vendedores da Praça XV de Novembro pediram à Secretaria Municipal que fossem oficialmente chamados de *camelôs* e que o lugar das bancas se chamasse *camelódromo*.

A Praça XV possui diversificadas formas de sociabilidade, ou seja, vários grupos coexistem e interagem no mesmo espaço urbano. Além dos camelôs e de outros vendedores de rua, há também os tradicionais freqüentadores da Praça XV e redondezas: boêmios, intelectuais, pregadores religiosos, fotógrafos “lambe-lambe”, engraxates, jornaleiros, mendigos, portadores de deficiência física, moradores de rua e prostitutas. Todos esses atores, aliados a um grande número de pessoas que por lá transitam todos dias, vão desenhando uma ambiência marcada pela forte concentração humana, formando um quadro cotidiano em que milhares de cenas são produzidas e desfeitas, em questão de segundos, aos olhos de quem as observa.

O camelódromo situa-se próximo a pontos tradicionais e turísticos da cidade, tais como o Mercado Público e o Chalé da Praça XV. Para se chegar a tais locais, é preciso desviar de muitos vendedores que anunciam repetidamente seus produtos. A concentração de bancas, produtos e pessoas é tamanha que não se pode contemplar as obras arquitetônicas isoladamente. Trata-se de uma paisagem, sobretudo, humana e sonora, que se caracteriza pela diversidade cultural e pela coexistência de diversos estilos de vida e visões de mundo. Assim, se estamos no Centro, ora nos deparamos com pessoas de camadas médias e altas que fazem das vias apenas um lugar de passagem, ora nos deparamos com grupos populares que se apropriam dos espaços, reinventando o sentido de “vias de passagem” dado para a rua.

Basicamente, existem dois grupos de vendedores de rua em Porto Alegre. Os regularizados (cadastrados) e os não regularizados:

- **Camelôs regularizados:** 420 vendedores - regularizados em 1989 pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio - trabalham em banca fixa no camelódromo da Praça XV e na rua Vigário José Inácio.
- **Vendedores em situação ilegal:** O número pode variar entre 200 a 3.000, dependendo do quadro econômico, da intensidade do controle da fiscalização e da época do ano.
- **Vendedores de alimentos:** Fruteiros e vendedores de pipoca, cachorro-quente e churrasco - a maioria deles é licenciada pela Secretaria e Indústria e Comércio.

No Centro de Porto Alegre, esse tipo de comércio cresce em uma constante. Os espaços tornam-se cada vez mais disputados por inúmeros tipos de vendedores que tentam,

de qualquer forma, vender alguma coisa. Assim, todas as calçadas do Centro da cidade estão ocupadas, tornado o local um verdadeiro palco de disputa por metro quadrado. Todos os atores estão lutando por um espaço que é público e atrai muitas pessoas devido a sua localização favorecida (perto do Mercado Público, entre ruas importantes e próximo ao terminal de ônibus da Praça Parobé). Os vendedores estão espalhados no espaço compreendido pelas ruas Máua, Dr. Flores, Riachuelo e Caldas Júnior. Esta região, denominada “quadrilátero central¹¹”, é considerada crítica pelo poder público. Sob hipótese alguma é permitido licenciar mais vendedores nesta área devido à extrema concentração de lojas, de camelôs e de transeuntes.¹²

Os vendedores irregulares estão nessa situação porque apareceram após o ano de 1989 (ano da regularização) e, desde então, não houve nenhum recadastramento. Atualmente, são centenas de pessoas que trabalham na ilegalidade, em condições extremamente precárias. Em geral, atuam sobre as calçadas e vendem, em pequena quantidade, miudezas de baixo custo sobre um caixote, necessitando freqüentemente negociar sua permanência com os agentes da fiscalização municipal. Eles não querem sair da região central, nem que, para isto, tenham que freqüentemente desmontar suas bancas improvisadas e fugir da fiscalização. Situação muito diferente, por exemplo, dos camelôs regularizados que, por possuírem um ponto fixo, adquiriram estabilidade financeira e segurança para trabalhar na rua.

Além dos vendedores de rua, temos os seguintes grupos em Porto Alegre, também de fundamental importância para este trabalho. São eles:

- **Lojistas locais:** Possuem estabelecimento formal no Centro de Porto Alegre, articulam-se através do sindicato denominado SINDILOJAS.
- **Poder público municipal:** Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. Atua através de seus agentes fiscais.
- **Meios de comunicação:** Jornais locais que noticiam diariamente a situação da ocupação social do Centro da cidade.

Voltando ao camelódromo, nem todas as bancas possuem produtos buscados diretamente no Paraguai. Há bancas que vendem mercadorias de São Paulo e dos atacados de Porto Alegre. Como eu quis pesquisar para além da realidade do camelódromo - e assim pensar sobre questões mais amplas intrínsecas ao contrabando - decidi que o foco de minha

¹¹ Ver mapa no final deste capítulo

¹² De acordo com a entrevista que realizei em abril de 2002, com o então chefe da fiscalização da SMIC, Sr. Sebastião Barbosa, em 1989, quando a Prefeitura regularizou o universo de 420 camelôs, ela fez um “pacto” em que, devido à grande movimentação do quadrilátero central, nenhum vendedor de rua poderia ser mais cadastrado neste espaço.

análise seriam aqueles que também atravessassem a fronteira brasileira. Nesse nível mais amplo de observação, emergem novas relações entre grupos:

- **Empresários:** Grandes representantes de marcas nacionais e internacionais que comercializam produtos que são pirateados.
- **Poder público federal:** Receita Federal. Atua através de seus agentes fiscais, tanto na fronteira brasileira, quanto nas cidades.
- **Meios de comunicação nacionais:** Grande mídia brasileira que noticia a situação da fronteira e dos grandes centros urbanos sobre o comércio informal.

A interação e negociação - ora pacífica, ora conflituosa – dos referidos grupos perpassarão toda a pesquisa. Não é possível entender os camelôs e sacoleiros, nem em Porto Alegre nem na fronteira, sem relacioná-los com as demais esferas que fazem parte cotidianamente de suas realidades.

São 1000 quilômetros de rodovia entre Porto Alegre e Ciudad del Este. Este percurso é realizado duas vezes por semana pelos sacoleiros. A “Ponte da Amizade”, principal fronteira entre o Brasil e o Paraguai, foi inaugurada em 27 de março de 1975 (RABOSSI, 2001). Seu nome, entretanto, não condiz com seu cotidiano marcado pela tensão e o conflito. Ela faz a divisa entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu e caracteriza-se pela extrema concentração de pessoas e automóveis.

Foz do Iguaçu - cidade do Estado do Paraná com 279.620 habitantes¹³ - está voltada para o comércio que se estabelece entre os dois países. A estrutura hoteleira que ela possui é um exemplo disso. Além dos comerciantes profissionais, muitos turistas costumam visitar a cidade para conhecer as “Cataratas do Iguaçu”, considerada uma das maiores belezas naturais do mundo. Há uma espécie de simbiose entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, já que os habitantes e o comércio de ambas as cidades necessitam permanentemente uns dos outros.

Ciudad del Este – capital do Departamento paraguaio do Alto Paraná, com aproximadamente de 250.000 habitantes – é uma cidade totalmente comercial. Atualmente, constitui-se o segundo maior pólo de *muamba e bugiganga* do mundo, perdendo apenas para Miami (RIBEIRO, 2003). O comércio está presente, de diferentes formas, em todos os lugares: seja nas lojas de shoppings estabelecidos, nas calçadas ou nos becos e sub-becos da cidade. Estima-se que há cerca de 7000 lojas formais, em contraposição a outros milhares de *mesiteros* – vendedores de rua que atuam sobre *mesitas*. Todos esses espaços de venda são repletos de consumidores oriundos de diversos países da América Latina.

¹³ Fonte: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br>

O Paraguai é uma das menores economias da América Latina, possuindo 40% da população abaixo da linha de pobreza e um PIB anual de 28,3 bilhões¹⁴. Contudo, a cidade fronteiriça de Cidade do Leste é um mundo à parte: estima-se que circulam entre 20 e 40 milhões de dólares por dia¹⁵ (dependendo da época) e 12 bilhões anuais (o que equivale a 42% do PIB).

Nessa cidade, tudo pode ser encontrado com a maior variedade e facilidade: desde miudezas, brinquedos, aparelhos eletrônicos, réplicas de grifes internacionais até remédios falsificados, cigarros, drogas e armas. A pirataria é um dos principais atrativos que Ciudad del Este oferece para os comerciantes de outros países. Em geral, ela é fabricada em Hong Kong, Taiwan e também na China Continental¹⁶. São esses produtos, por fim, que meus informantes consomem, entrando irregularmente com os mesmos no país e revendendo-os no Camelódromo da Praça XV.

* * *

O principal objetivo do capítulo I é narrar histórias, episódios vivenciados em campo, frutos da relação - por vezes cômica, romântica, tensa, complexa e gratificante - entre pesquisador e grupo pesquisado. Trata-se daqueles momentos anedóticos, aos quais se referiu DaMatta (1978): verdadeiros ritos de passagem pelos quais o antropólogo costuma passar e compartilhar posteriormente com seus pares. Trata-se de um capítulo menos teórico que mostra a constituição de um campo de pesquisa, a emergência de informantes e personagens, as dificuldades, os desafios e as emoções vividas no processo etnográfico.

Redes sociais de parentesco, vizinhança ou companheirismo de viagem, constituídas em múltiplos níveis e situações, sustentadas por inúmeros códigos de reciprocidade e regidas por distintas hierarquias entre camelôs e sacoleiros, serão apresentadas no capítulo II.

A atuação do comércio de rua e a comercialização de contrabando e pirataria envolvem situações permanentes de conflitos urbanos. E se os conflitos são inerentes à vida humana (VELHO, 1996), eles estão presentes de forma muito latente no universo de pesquisa estudado. Assim, procuro abordá-los no capítulo III, demonstrando suas variadas facetas, desde o nível das trocas interpessoais, até o descompasso de grandes grupos e instituições.

No capítulo IV, discorro sobre algumas questões relacionadas ao comércio, ao consumo, à dinâmica e à estética de mercados populares, com suas lógicas, ritmos, formas, cores e sons. No quinto e último capítulo, teço uma discussão cujo objetivo é relacionar o

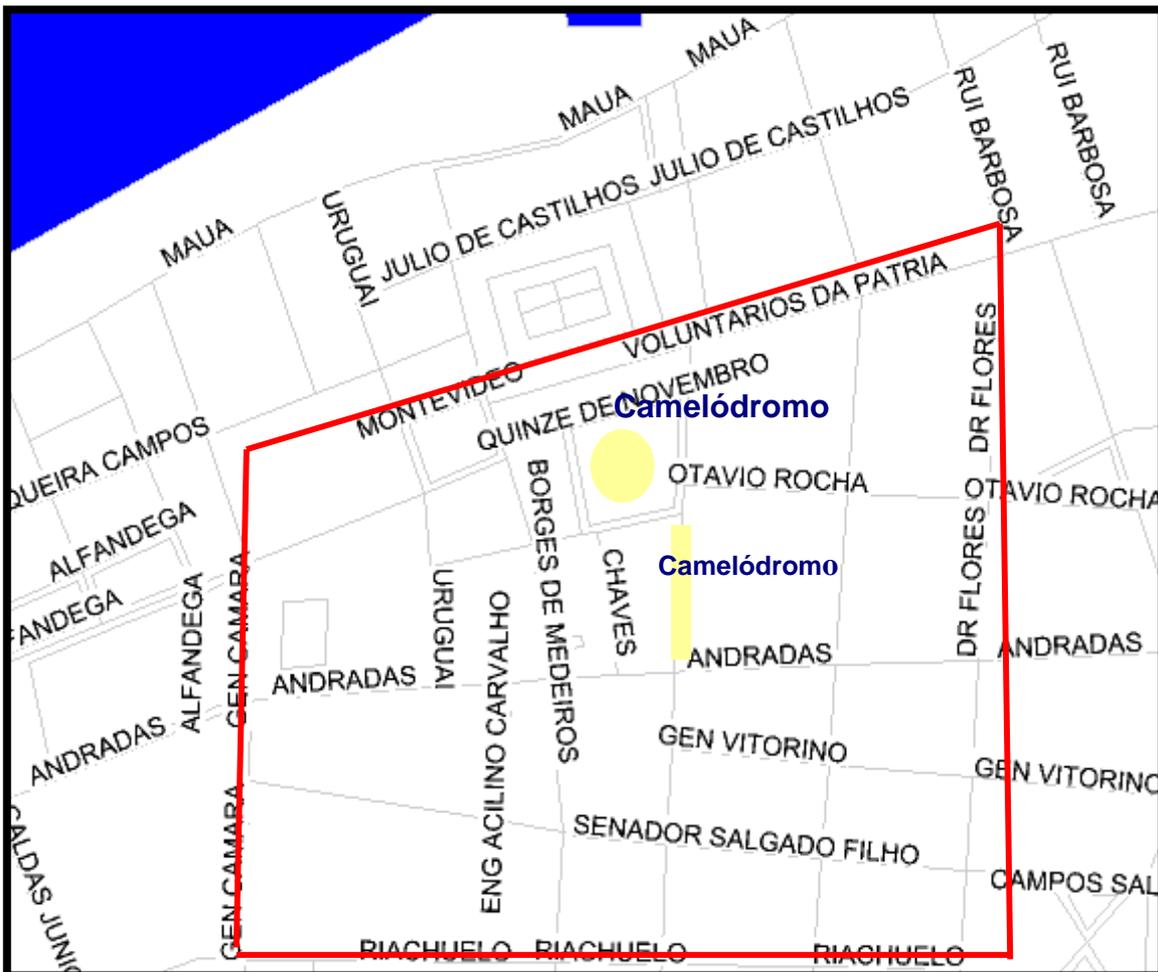
¹⁴ Dado disponível em: <http://www.indexmundi.com>

¹⁵ Esse dado foi retirado de uma entrevista realizada com Gustavo Lins Ribeiro (2003) e também da Receita Federal brasileira que anunciou que chegam a entrar, via Ponte da Amizade, 39 milhões de dólares em mercadorias diariamente no Brasil.

camelódromo com um sistema mercantil mais amplo, pensando sobre os temas da globalização, capitalismo e informalidade.

Por fim, este trabalho possui a dupla tarefa de dar conta, por um lado, da realidade microscópica do camelódromo, com seus detalhes cotidianos e especificidades locais; por outro, da sua dimensão global, ou seja, pensar como esse camelódromo, pontualmente situado, relaciona-se com um sistema mais amplo de trocas comerciais, cujas raízes se encontram para além do território nacional. Parafraseando a expressão de Geertz (1989:16), trata-se de uma etnografia não somente *do* camelódromo, mas fundamentalmente *no* camelódromo.

Mapa da região central de Porto Alegre, onde há maior concentração de vendedores de rua.
Quadrilátero Central: entre as Ruas Riachuelo, Mauá, General Câmara e Dr. Flores.



¹⁶ A importação e/ou contrabando de produtos da China é realizada, em grande parte, pelo contingente de imigrantes chineses que se estabeleceram em Ciudad del Este nas últimas décadas.

1 ENTRE MERCADOS E MUAMBAS: QUESTÕES METODOLÓGICAS DA ETNOGRAFIA

Os dados apresentados nesta pesquisa são, em sua maioria, dados de campo. Dei prioridade à observação participante, contínua e sistemática, pois acredito nela. Palavras como essas serviram-me de modelo:

Aprendi o ofício fazendo diários de campo à luz de um lampião a querosene. Embora aprecie trabalhos antropológicos que prescindem desses métodos sem deixar de contribuir grandemente para a disciplina, tive o meu modo de fazer ciência e a minha própria identidade profissional definitivamente marcados por Malinowski, Evans-Pritchard e companhia. Por tudo isso, (...) há uma fé na pesquisa de campo – longas horas, aparentemente “jogando tempo fora”, na observação de cidadãos comuns em suas rotinas mais banais (FONSECA, 2000:07).

Essa concepção de produção de ciência antropológica, expressa no trecho introdutório de “Família, Fofoca e Honra”, da professora Cláudia Fonseca, também é uma tradição do Programa de Pós Graduação ao qual pertencço, pois, embora o tempo reduzido do Curso de Mestrado, incentiva-nos a ir a campo e entendê-lo como algo imprescindível na nossa formação.

É provável que muitos dados apresentados sejam passíveis de críticas e reavaliações. Todavia, cada um deles foi pensado e repensado num contexto de permanente contato com meus informantes, que são também interlocutores. Ao longo dos últimos cinco anos, os camelôs e o camelódromo têm sido parte importante da minha vida. Mas isso não significa que o nosso contato tenha sido interrupto. Ao contrário, houve momentos de maiores

aproximações e também épocas de distanciamento. Cada uma dessas fases correspondeu a necessidades diferenciadas, conforme a situação.

A escolha pelo grupo deu-se em função do estranhamento que ele imprimia em mim. Eu estava em dúvida entre o estudo de elites urbanas e os camelôs, mas entendi que a segunda opção seria mais interessante para o aprendizado etnográfico, já que o camelódromo causava-me más impressões e, além disso, desejava estudar grupos populares, pessoas de origem sócio-econômica distinta da minha. Tinha como meta o exercício da “relativização”.

Contudo, essa “palavra mágica” da Antropologia tornou-se mais complexa e constante do que eu imaginava. Entender e negociar as diferenças tem sido um processo contínuo para mim e para os comerciantes com os quais interajo e, com o passar do tempo e aprofundamento das relações, tem se modificado de acordo com os distintos graus de diálogo que viemos alcançando. Não que exista um processo linear de pesquisa, que vai do etnocentrismo à relativização, não seria ingênua em dizer isso. Porém, certamente há progressos e avanços e os níveis de compreensão do Outro complexificam-se. Por exemplo, na primeira vez que fui a campo, meu objetivo era enxergá-los como pessoas “conversáveis”, “aproximáveis”, ou seja, desconstruir a imagem negativa que eu fazia deles. Hoje, entretanto, diante de tantas coisas que encontrei neles em comum a mim, e da própria diferença que passei a compreender, talvez tenha que estranhá-los um pouco mais.

É possível dividir o trabalho de campo em duas fases. A primeira, entre 1999-2002, foi o tempo de conhecer o camelódromo, dominar a ambiência, criar e aprofundar contatos. Trata-se de um período de preocupações mais locais, voltadas à realidade porto-alegrense. A segunda fase (2003-2004), embora também tenha sido realizadas muitas visitas ao camelódromo, caracteriza-se pela presença de uma nova variável: o Paraguai. Logo, minhas preocupações e observações estiveram voltadas para um sistema comercial territorialmente mais amplo. Nesse intuito, passei a acompanhar os sacoleiros em suas viagens para Ciudad del Este, onde buscam suas mercadorias. Vamos, então, à minha trajetória de campo.

1.1 PRIMEIRA FASE DO TRABALHO DE CAMPO (1999-2002): EM PORTO ALEGRE – CONHECENDO O CAMELÓDROMO

No segundo semestre de 1999, fui observar os camelôs pela primeira vez. Na época, ainda existia o camelódromo da Rua Marechal Floriano¹⁷. Foi para lá que eu me dirigi. Por ser final de ano, os preparativos para o Natal já estavam começando, visto que algumas vendedoras arrumavam grandes bonecos de “Papai Noel”, que custavam sete reais. Levei uma prancheta, encostei-me em uma parede próxima e fiquei anotando tudo que via. Os vendedores não notavam minha presença. Para uma estudante do segundo semestre de

graduação, em sua primeira observação, não era nada fácil começar um diálogo. Algumas palavras treinadas saíam sem nenhuma espontaneidade. Na rapidez do cotidiano do camelódromo, se não conseguimos produzir uma conversa entusiasmada, certamente, nenhum camelô dará atenção e ficaremos falando sozinhos.

Em meu segundo diário de campo, escrevi: “Os camelôs, ao contrário do que eu pensava, são pessoas gentis e educadas”. Naquele período, de iniciação ao método etnográfico, eu não percebia o preconceito presente em meus apontamentos que, a partir de então, começava a se desfazer.

Inicialmente, achava estranho ficar na rua. Para mim, que venho de um estilo de vida de camadas médias, o espaço público do Centro era um lugar de passagem, de anonimato e de impessoalidade. Sentia-me fora do fluxo daqueles que tão rapidamente passavam por lá. Estranhava mais ainda ficar sentada em cadeiras de praia, em plena sarjeta da Praça XV. Naturalmente, isso foi passando, justamente quando comecei a cada vez mais me familiarizar com os camelôs e com os usos que eles fazem da rua¹⁸.

Os primeiros dois anos de pesquisa foram tempos de dominar os espaços e as ambiências do camelódromo, conhecendo seus ritmos e sua gente: ora eu ficava sentada junto a um vendedor, acompanhando-o e ajudando-o nas vendas, ora caminhava incansavelmente pelas redondezas. Essas técnicas me possibilitaram apreender um pouco da dinâmica desse mercado de rua. Pois a sensação que eu tinha no início da pesquisa era de que o camelódromo e a Praça XV possuíam uma ambiência efêmera, instantânea, fugaz e caótica, na qual aparentemente nada se repetia diante do ritmo intenso e acelerado: movimentação de passantes, aglomerado de bancas, gritos de vendedores, clientes que barganham. Aos poucos, comecei a desfazer essa imagem, captando a continuidade do camelódromo. Ou seja, os atores e as cenas que se repetiam dia a dia, mês a mês, ano a ano. A desordem deu lugar à ordem, sendo que a primeira só existiu em meu olhar, até então de fora¹⁹.

O primeiro *insight* da etnografia ocorreu quando comecei a ir a campo portando instrumentos audiovisuais. Esses aparelhos formam meus principais aliados no processo de aproximação do Outro e na busca dos fragmentos aparentemente dispersos das cenas múltiplas, que acontecem no camelódromo da Praça XV. Os camelôs estão muito acostumados a ser fotografados pelos meios de comunicação locais. Esse fato causou-me

¹⁷ Extinto no ano de 2000.

¹⁸ Se os camelôs eram estranhos a mim, o Centro não. Fui socializada, desde a infância, indo passear na Rua dos Andradas e tomar sorvete na Banca 40 do Mercado Público. Eu tinha naturalizado os vendedores de rua na paisagem urbana da região central. Apesar de passar por eles, não tomava conhecimento de sua presença. Acostumei-me com uma redoma invisível que separava meu mundo do deles.

¹⁹ Conforme demonstrarei no capítulo III, o discurso que relaciona o Centro com a desordem é bastante difundido nos meios de comunicação. Pessoas de camadas médias, por exemplo, produzindo e incorporando tal imagem, cada vez mais deixam de ter o Centro da cidade como local preferencial de consumo e sociabilidade.

bons e maus momentos. Os melhores foram aqueles em que todos me pediam que os fotografassem, mostrando suas bancas, suas famílias e, sorridentes, aproximavam-se de mim. Revelando as imagens, eu começava a desenvolver um novo olhar sobre o grupo. No enquadre de uma foto, a beleza estética das bancas, mostrava-me um mundo novo. Além disso, retornar com as fotos e devolvê-las para os camelôs criava um laço de reciprocidade. *Dom e contra-dom*. Enquanto eles me ajudavam na pesquisa, recebiam as cópias das fotos, que não acreditavam receber de volta²⁰. Assim, passei a ser vista por todos como a *guria da foto*.

No entanto, a fotografia também foi motivo de situações conflituosas pelas quais passei. Algumas vezes, tive que negociar com camelôs, explicando-lhes que eu não era da imprensa jornalística e que não queria denunciá-los. No final do ano de 2002, pedi licença para fotografar um camelô que estava jogando cartas. A agressividade dele foi tanta que, pela primeira vez, senti medo da reação de um vendedor, quando dizia aos gritos: “*quer me enganar? Acha que eu sou trouxa?*”. Naquele momento, os camelôs que me conheciam iniciaram uma discussão com ele em minha defesa, mas ele continuou irredutível, quase partindo para a agressão física. Da mesma forma aconteceu com uma camelô que insistia que eu era da Receita Federal. Ela garantia aos seus colegas que eu estava disfarçada e que já tinha me visto dando notificações de apreensão de mercadoria no camelódromo.

O meu papel de pesquisadora costuma ser ressignificado pelos vendedores. Jornalista e advogada são as categorias mais associadas a mim. É comum pedirem que eu os represente em reunião com a SMIC, bem como que eu produza uma matéria no jornal para fazer propaganda de alguma banca. Contudo, sempre que expliquei o que é o trabalho antropológico, eles entenderam meu propósito imediatamente.

Em geral, meus informantes procuram me conceder alguma função no grupo. Se estiver chovendo, colocam-me para amarrar as lonas de proteção; se estiverem montando a banca, pedem-me para alcançar os objetos; se não estiverem fazendo nada, levam-me para tomar um café e desabafar os problemas do cotidiano ou para falar da vida alheia. Portanto, a observação tem sido, de fato, participante. Há, ainda, aqueles vendedores que não me deixam fazer nada e ficam ofendidos quando começo a ajudar, argumentando que eu sou “visita”, oferecem-me comidas, bebidas e suas melhores cadeiras para sentar.

Obviamente que, para ser aceita no grupo, passei por diversas provações. Muitas vezes, em situações em que a fiscalização chegava e o ambiente ficava tenso, tinha que agir como um deles. Em outras situações, testavam-me para ver se eu iria mesmo voltar com as fotos que tinha prometido. Uma vez, dois jovens camelôs simularam uma briga para ver se eu

²⁰ A maioria dos camelôs que conheci não possuía fotos. Logo, o ato de receber um retrato tinha um valor muito maior do que eu podia imaginar.

ficava com medo. Também enfrentei dias de chuva e temporal, ajudando meus informantes. Passar por esses fatos tornou-me uma “pessoa de fé” (alguém em quem eles podem confiar).

Depois do terceiro ano de pesquisa, comecei a achar que a observação participante no camelódromo já não me colocava mais desafios. Sentia que aquela paisagem, com seus ritmos e personagens, já estava naturalizada por mim. Decidi mudar a sistemática de campo, começando a viajar para o Paraguai com os camelôs/sacoleiros.

Os meus “dias de sacoleira” no Paraguai foram tentativas de não saturar o trabalho de campo, no momento em que me coloquei desafios, cujo objetivo era vencer os limites da monotonia que uma pesquisa de longo prazo pode proporcionar.

1.1.1 Informantes-chave

Há uma continuidade surpreendente no interior do camelódromo da Praça XV. A maioria dos camelôs que conheci ainda se mantém no ofício. Num espaço de tempo de cinco anos, numa profissão que carrega a marca do efêmero, só saíram aqueles que sofreram graves problemas de saúde ou faleceram.

A minha entrada no mundo do camelódromo aconteceu, de fato, quando conheci a vendedora Carminha (38 anos) – no ano de 1999. Trata-se de uma pessoa extremamente receptiva, que tem sido minha informante-chave. A empatia foi recíproca e imediata. A partir dela, comecei a formar uma rede de relações na Praça XV. Conquistar a simpatia do seu pai – Rui (65 anos) – foi uma tarefa difícil e desafiadora, mas na qual obtive sucesso no final. Quando conheci Carminha, ela era solteira, tinha uma filha do primeiro casamento. Depois ela apresentou-me Chico (26 anos) – um camelô que é seu atual marido – e este tem sido um dos meus principais informantes, pois é através dele que tenho acesso ao universo da fronteira.

Nos apêndices deste trabalho, há uma descrição dos informantes principais, com seus dados básicos, mapas de parentesco e trajetórias sociais.

Tive três momentos de gratificação junto à Carminha e sua família. O primeiro foi quando levei uma fotografia aérea do camelódromo (início de 2003) e contornei sobre ela as redes de relações de vizinhança que eu enxergava naquele espaço, cada uma delas tinha o seu ancião. Quando Rui viu a imagem, emocionou-se, mostrou-a para muitos colegas da rua e disse que eu tinha compreendido “a verdadeira alma dos camelôs”, que eu não precisaria nem mais estudá-los, pois já tinha captado tudo... Ele fez um pôster e fixou-o na sala de sua casa. O segundo momento foi quando Carminha me convidou para ser madrinha do filho que estava esperando de Chico. Só que infelizmente ela sofreu um aborto natural. O terceiro momento foi quando ela permitiu-me viajar para o Paraguai com seu marido (quem a conhece, disse que foi um ato de extrema confiança, porque é muito ciumenta). Na vizinhança da informante-chave, encontramos à esquerda Tito (40 anos), casado com Susana (41 anos) e à direita Edgar (39 anos).

Para além da rede de relações de Carminha, formei laços com outros vendedores: conheci o vendedor Amir (55 anos) e seus dois funcionários: Dona Vilma (falecida em 2004, aos 72 anos) e Jorge (56 anos). Na vizinhança de sua banca, temos Dona Dalva (62 anos) e Dona Joana (54 anos). Lúcia (39 anos) foi uma informante e amiga importante. Vendia aparelhos eletrônicos. Porém, em virtude de uma doença grave, abandonou o trabalho da rua. Enfim, esses novos informantes me revelaram um novo lado do camelódromo: um lugar heterogêneo, constituído por distintos sentimentos de pertencimento à rua e inúmeras redes internas de conflito e solidariedade.

As pessoas que citei acima foram somente aquelas que, ou entrevistei formalmente, ou tive maior contato. No entanto, a partir de cada uma delas, conheci outras tantas, também de fundamental importância. Mencionei aqui somente as pessoas chave. Conforme o andamento da dissertação, apresentarei novos personagens.

1.2 SEGUNDA FASE DO TRABALHO DE CAMPO (2003-2004): NO PARAGUAI, CAMINHOS DO CONTRABANDO

Enquanto eu estava no camelódromo, sentada ao lado de Carminha, Rui ou Chico, ouvia muitas histórias sobre o Paraguai. Era, sem dúvidas, o tema que mais me despertava curiosidade. Insistentemente, pedia para que me contassem sobre as aventuras e desventuras “do outro lado”. Eu as escutava encantada. Rui e Chico faziam questão de narrar episódios, vangloriando-se deles. Diziam que passavam dias no mato, fugiam da polícia, salvavam as mercadorias e, ainda por cima, enfrentavam grandes bandidos. Tudo aparecia como um “mundo fantástico”, cheio de perigos e glórias no final.

Então, eu trabalharia sobre essas narrativas “fabulosas” da fronteira, ou começaria a viajar com eles e, conseqüentemente, desmancharia esse imaginário, pois sabia que a realidade era bem diferente. Como eu quis focar a pesquisa nas práticas comerciais, oriundas da comercialização de contrabando, fiquei com a segunda opção. Esta decisão implicou uma mudança radical nos rumos da pesquisa. As reflexões foram intensas acerca de questões metodológicas e éticas, limites e possibilidades.

Conversei com meu orientador, colegas e demais professores do PPGAS/UFRGS a fim de saber como evitaria os riscos. Por mais que eu refletisse, só teria a resposta viajando para a fronteira. O medo impresso em mim era fruto das próprias narrativas que os informantes contavam, aliado às notícias cotidianas dos telejornais sobre os conflitos presentes na divisa entre Brasil/Paraguai e os assaltos rotineiros aos ônibus de sacoleiros. Assim, todas as decisões metodológicas e procedimentos éticos surgiram em virtude da minha primeira experiência de viagem, que foi muito significativa.

A primeira coisa que fiz foi esclarecer muito bem a Chico o porquê de minha ida. Nessas explicações preliminares, pude perceber que a pesquisa mudava de rumo, que estava entrando em contato com questões mais profundas imbricadas no ofício de sacoleiro. Se até então não havia desconfiança, agora tudo mudara. O primeiro desafio foi deixar claro à Carminha que eu acompanharia seu marido só por fins acadêmicos. Ela entendeu bem e incentivou-me a ir com ele. Chico, então, decidiu que eu iria viajar como “laranja”, ou seja, traria parte de suas mercadorias e assumiria para mim caso a polícia nos atacasse: essa era a minha função e a minha utilidade.

Além do medo de algum conflito na fronteira, ou de um possível assalto ao ônibus de viagem, desconfortava-me a idéia de eu ser uma mulher inserida no mundo que, até então, era narrado como a verdadeira saga masculina dos sacoleiros. Cabe ressaltar que, em geral, são os homens que viajam para o Paraguai, enquanto as mulheres ficam cuidando da banca. A viagem tem duração mínima de 16 horas, caso acontecesse algum episódio desagradável, não teria como voltar atrás e, além disso, eu só conhecia Chico. A primeira decisão foi escolher o vestuário da viagem. Decidi usar uma roupa mais discreta possível, de forma que minha presença não despontasse no ônibus.

No final de Novembro de 2003, o Governo Federal, em medida contra o comércio de contrabando na época de Natal, decretou ações radicais de controle e fiscalização na fronteira. Uma delas foi multar em vinte e mil reais todos os ônibus que portassem contrabando. Naquela semana, espalhou-se um clima de histeria entre os sacoleiros. Como se fosse “O fim”. Praticamente todas as excursões brasileiras foram canceladas e fiscalização na fronteira aconteceu em forma de “peneira”: não passava nada por lá, os agentes da Polícia Rodoviária Federal paravam veículo a veículo²¹.

Achei o momento ideal de viajar. Afinal, o período era efervescente e com as excursões canceladas, só poderíamos viajar através de ônibus de linha de rodoviária, o que me parecia mais seguro para uma primeira viagem de aproximação. Fui à casa de Carminha e Chico, eles estavam desolados. A tristeza era geral. Faziam muitas reuniões familiares, juntamente com Rui, decidindo o que fariam de suas vidas daquele momento em diante. Eu apareci num momento crucial. Não havia a mínima hipótese entre eles de viajarem no final de semana que viria (devido à medida do governo. Eles pensavam que perderiam todas as mercadorias na fronteira). Confesso que minha ansiedade os influenciou. Pensavam Carminha, Chico e Rui: *“Coitadinha! Agora que ela ia começar a viajar, o Paraguai vai acabar e nós vamos mudar de profissão”*. Foi tudo muito rápido, pois algumas horas depois já estávamos, eu e Chico, na rodoviária, de malas prontas.

²¹ Esse tipo de operação fiscalizadora acontece todo final de ano. Não é novidade, mas os sacoleiros a vivem como se fosse definitiva. Muitos pessoas vinham me dizer que seria O fim. Mas como eu havia acompanhado as notícias de jornais dos anos anteriores, vi que não era diferente das demais.

A saída de Porto Alegre foi às 18 horas. O ônibus era da empresa UNESUL. Chico conhecia todos os passageiros: eram velhos amigos. Falou-me: *sou bastante dorminhoco em viagem*. Admito que fiquei contente, pois estava bastante constrangida, não tinha intimidade nenhuma com ele, parecia-me uma pessoa séria demais. Além disso, ficava pensando no ciúme de Carminha (16 horas ‘grudada’ literalmente em seu marido...). Por isso, embora tenhamos conversado sobre tudo no decorrer da viagem e ele tenha me contado até coisas íntimas, tentei da forma mais sutil possível manter uma “postura simbólica” de afastamento. Isso foi complicado: afastar-se, estando ‘grudada’, sem parecer ser insociável.

Quando ele falou que ia dormir a viagem toda, relaxei. Costumo ter insônia, ainda mais que eu estava muito agitada com a novidade. Preparada para a situação, tomei uma dose alta de “Lexotan” (remédio para dormir). Porém, aconteceu o contrário: ele não parava de falar, incansavelmente contou toda, mas toda sua vida. Eu caindo de sono e ele falando, falando ininterruptamente. Durante a madrugada, quando eu não agüentava mais, Chico me cutucava para não dormir, tinha mais uma história para contar. Eu pensava dormindo acordada: *“preciso dormir, amanhã teremos um dia cansativo de compras”*; por outro lado: *“preciso escutar o que está dizendo, não poso esquecer, ele está falando de coisas muito importantes...”*.

Eu tenho um biotipo muito magro; Chico não. Por isso, além do sono, viajei espremida durante 16 horas: ele ocupava o banco dele e mais metade do meu. O ar condicionado gelado sobre a minha cabeça causou-me muito frio durante a noite. Além disso, Chico não parava de colocar uma colônia, de cheiro muito forte, que era para se lembrar de Carminha. Portanto, olfato, tato e audição estavam no limite.

Eu estava muito entusiasmada para atravessar a Ponte da Amizade. Um novo mundo aparecia para mim: novas problemáticas, novos atores, enfim, tudo diferente do camelódromo. Eram muitos níveis possíveis de análise, uma rede muito mais complexa de trabalhadores, mais riscos e, em virtude de uma noite mal dormida, a emoção estava à flor da pele. O sono teve que ser deixado de lado para iniciar um longo dia de compras.

Atravessei a Ponte da Amizade num “mototáxi” (táxi de moto), foi um momento emocionante e ao mesmo tempo tenso. Emocionante porque eu via, na minha frente, centenas de sacoleiros do Brasil inteiro, entrando e saindo do Paraguai: a amplitude dessa forma de comércio estava materializada na minha frente. Tenso porque um colega de Chico (chamado Caco²²) dera-me alguns celulares roubados no Centro de Porto Alegre para atravessar a fronteira para ele, onde ele os venderia. Tive que aceitar, pois foi uma situação em que me colocaram à prova. Só que o amigo de Chico estava na presença de sua namorada

²² Caco foi um dos sacoleiros que Chico encontrou na viagem de ida, foi quem ofereceu a casa de sua namorada para nós nos hospedarmos.

(uma policial da fronteira). Caso a Polícia me pegasse com produtos roubados, o que eu diria? São da policial?! Ou seja, só a sorte me livraria daquela situação, e foi o que aconteceu.

O calor em Ciudad del Este era de 40 graus. A correria das lojas e do peso nas costas fez minha pressão arterial cair. Quase desmaiei. Eu estava entre vários sacoleiros, tentei dominar meus sentidos o máximo possível, para não demonstrar cansaço, pois tinham me avisado várias vezes que eu cansaria e eu sempre respondia: “*imagina, eu sou esportista!*” Consegui ficar de pé, firme. No fim do dia, Chico decidiu ficar mais uma noite em Foz do Iguaçu, posando na casa da namorada de Caco. O dia ainda estava longe de acabar. Fomos a uma festa, Chico já saiu de casa embriagado. Tratava-se de uma reunião de sacoleiros na piscina de um hotel de Foz. Mais ou menos trinta homens amigos e embriagados, as únicas mulheres eram prostitutas paraguaias. O assunto era, ou o corpo das acompanhantes, ou contrabando, “contrabando pesado”. Cifras altíssimas, prisões e propinas. Os sacoleiros começaram a jogar um a um na piscina, de roupa e tudo, quando vi que só faltava eu, quis desaparecer, e foi isso, justamente, o que eu fiz.

O estranhamento foi tanto que pedi para ir embora. Chamei um “mototáxi” e fui para a casa onde estávamos hospedados. Mais uma noite sem dormir: dezenas de mosquitos me atacaram, sou alérgica. No outro dia, a dona da casa falou-me que eu tinha dormido no quarto errado, que aquele era insalubre.

Foi um verdadeiro choque de realidades. Afinal, o trabalho de campo no camelódromo até então era quase romântico. Em meu trabalho de conclusão, de 80 páginas, mencionei apenas uma vez, vagamente, a palavra contrabando. Tinha descrito um mundo da coletividade e do colorido entre grupos populares. Novas questões apareceram na viagem, mudando meu olhar sobre o grupo. Continuarei discorrendo sobre isso num item específico abaixo (1.4).

1.2.1 “A saga geertziana”: de volta a Porto Alegre

Durante a madrugada em que os mosquitos me fizeram companhia, Chico arrumava sacolas com suas mercadorias, eram nove no total. A Receita Federal, quando não barra a passagem na fronteira Brasil/Paraguai, permite no máximo duas. Ele trazia brinquedos e alguns remédios falsificados dentro deles.

Eu, antes de viajar, em retribuição à confiança que eles demonstraram em me deixar ir junto, disse a Chico e Carminha que eles poderiam usar a minha cota de 150 dólares que a Receita Federal permite que cada cidadão brasileiro gaste no Paraguai.

Quando eu acordei, às 5 horas da manhã, Chico me deu três bagagens. Ele ficaria com mais três e as três restantes o Caco traria. Pedi que as minhas sacolas só portassem mercadorias lícitas, portanto, sem remédios. Como eu as recebi já fechadas e prontas, confiei

nele. Chico suava frio, estava com muito medo da operação. Nunca tinha o visto tão nervoso. Nosso ônibus saiu às 6 da manhã da rodoviária de Foz. Nele estavam vários sacoleiros. Todas as sacolas do bagageiro eram exatamente iguais. Divertimo-nos com umas freiras que viajam junto, que também portavam sacolas paraguaias. A cada posto policial que passávamos, um alívio. Eu fazia prece a cada um deles. Há uns cem quilômetros de Foz, estávamos prestes a passar pelo posto mais temido por todos: o que tinha o policial Mateus, um famoso *carrasco* dos sacoleiros.

Não teve erro. Olhei pela janela vi o tal Mateus sinalizando para o ônibus parar. Na nossa frente, tinha uma fila de tantos outros ônibus, todos multados. Comecei a ensaiar o que ia dizer. As freiras rezavam. Chico estava realmente desesperado. Já calculava os prejuízos de dois mil dólares perdidos em mercadorias. Os policiais começaram a chamar os donos das sacolas, um a um. “*De quem são essas bagagens?*” - Perguntaram. Levantou-se uma menina loira, com sotaque e feições do interior do Estado do Rio Grande do Sul, “cara de anjo”. Pensei: “*essa não tem jeito de muambeira*”. O policial revistou e levou-a para uma sala, deu uma notificação de contrabando, responderia a processo. “*De quem são essas aqui?*” – perguntaram de novo. Levantaram as freiras, dirigiram-se para a sala e foram enquadradas. “*De quem são as malas listradas?*” – questionaram de novo. Ninguém se manifestou. Segundos de suspense. Todos começaram a me olhar, inclusive o Chico, que me cutucou: “*vai lá são as tuas, tchê!*” Desci com as pernas trêmulas. Logo depois perguntaram pelas malas de Chico e Caco.

Esperei alguma fração de segundo para ver se Chico diria que a mercadoria era dele. Não disse. Eu e Mateus, face a face. Ele perguntou, então: “*são tuas essas sacolas, menina?*” Eu comigo mesma: “*Não, não e não*”. Pensei um pouco e me veio duas cenas distintas na cabeça, cada uma delas de um lado, cada uma correspondia a um código moral diferente que eu igualmente participava: uma me dizendo para responder que SIM e a outra me dizendo para responder que NÃO.

No meu lado direito, estavam os meus pais e minha irmã mais velha advogada: “*Minha filha, se te pegarem com mercadoria contrabandeada, diz que não são tuas. Não seja trouxa. Ninguém precisa se ferrar por causa de uma pesquisa. Imagina, tomar um processo, ninguém vai acreditar que tu não é contrabandista*”. Pensei nisso.

No lado esquerdo, estava o Geertz, a sua esposa e mais algumas dezenas de balineses fugindo da polícia numa briga de galos. Meu imaginário “tudo pelo nativo, tudo pela Antropologia”.

Decidi ficar com Geertz e, então, respondi: “*são minhas mesmo*”. Fui para a salinha muito abalada emocionalmente. Supliquei para me safar daquela situação e a lentidão do computador também ajudou. Felizmente, ele disse: “*vai, vai. Te manda daqui, nem me viu...*” Pulei de alegria, abracei meus companheiros de viagem.

O tempo restante da viagem foi difícil. Emoção, tensão, estranhamento e muitas dores musculares. Foi um total de 20 horas de volta. Não agüentava mais os sacoleiros falarem de contrabando, policial x, do posto tal da estrada tal. Horas e horas compartilhando histórias vividas. Eu, contudo, já não tinha mais o que compartilhar do assunto. Pedi para me distanciar, disse que estava no meu limite e que era tudo muito novo²³. Chorei um pouco, o sono já era muito. Chegamos em Porto Alegre de madrugada. No outro dia, conversei muito com colegas e professores e exclamei: *não relativizei nada!* Escrevendo depois meus diários de campo e ficando uns tempos sem ir ao camelódromo, os fatos foram acomodados.

Chico e Caco pensaram que eu dei sorte na primeira viagem. Mas não acharam nada de surpreendente a minha atitude de assumir as mercadorias. Para eles, isso era pré-condição de aceitação na rede social a qual estão inseridos. Faz parte de seus códigos de lealdade. De acordo com os dois, foi natural; para mim, um pequeno drama. Lembro-me do que falei a Chico: “*Viu? Não disse que eram tuas*” Agora era ele quem dormira. Virou-se indiferente para o lado e disse: “*Tu imagina o que aconteceria contigo se tu não dissesse?*” Virou para o outro lado e voltou a dormir.

1.2.2 Outras viagens, outras reflexões

A “aventura” vivida por mim na primeira viagem não acabou com o meu medo. Quando decidi viajar novamente, houve uma seqüência de matérias nos jornais, anunciando os seguidos assaltos e acidentes com ônibus de sacoleiros. Na semana anterior, tinham morrido três camelôs da Praça XV, amigos de meus informantes, num acidente de trânsito em viagens.

A segunda viagem aconteceu num ônibus de excursão com vários sacoleiros. O clima era bem diferente comparado ao da primeira viagem: fazia cinco graus e chovia muito. O ônibus era bastante velho e, sobre o meu assento, havia uma goteira que deixava meu banco molhado.

Não dormi de novo, nem na ida nem na volta. Aliás, na ida, nenhum sacoleiro dormiu, porque todos estavam temerosos por causa dos assaltos. Comemorava-se cada lugar passado na estrada considerado perigoso. Minha insônia também ocorria porque os viajantes não paravam de conversar e eu queria ter um “super ouvido” para escutar tudo que eles diziam. Era muita informação nova para uma noite apenas.

Ao contrário da ida em que se temia os assaltantes, na volta, o medo era em relação à Polícia. Mas, dessa vez, não fomos pegos. O tempo que passei acordada fez-me refletir intensamente sobre meu processo de pesquisa e escrita. Foi nesta madrugada que resolvi

²³ Meus companheiros de viagem entenderam perfeitamente que eu estava estranhando tudo. Eles mesmos diziam: “*vai para o fundo do ônibus ficar sozinha, foi muita coisa para ti hoje*”.

encerrar o trabalho de campo, percebendo que meu ritmo estava “neurótico”. Afinal, eu já tinha um roteiro de dissertação pronto e os capítulos já estavam pensados. Devido a isso, a cada fala de meus informantes, a cada ato, eu pensava: *“isso vai no capítulo tal. Essa fala, onde eu a encaixo?”* Percebi que era a hora de encerrar o trabalho de campo e começar a escrever. Contentei-me com apenas duas viagens, pois entendi que o que me interessava conhecer na fronteira já estava suprido. Era o suficiente para o que me propus a estudar.

Eu voltava do Paraguai sempre com a sensação de que tinha passado um ano fora de casa. Por que uma viagem tão curta me causava tal impressão? Certamente, porque em ambas foram cerca de 48 horas sem dormir, 48 horas ininterruptas. Em cada pedacinho desse tempo, eu descobria uma quantidade muito grande de informações e desejava apreender todas elas. Tudo isso em meio a uma ambiência de medo generalizado e, em mim especialmente, muitas dores musculares.

As minhas noites de insônia tiveram seu lado extremamente positivo. Não dormir significou um processo intenso de reflexividade. Enquanto eu olhava vários sacoleiros ao meu lado dormindo, pensava: *o que eu estou fazendo aqui?* Essa indagação não me fez questionar a validade do trabalho de campo, mas a minha verdadeira condição de pesquisadora em campo. Eu recém tinha lido Geertz e sua respectiva crítica aos usos que se faz da alteridade. Aquilo me parecia algo extremamente relevante que, somente no limite da minha emoção, consegui entender.

Compreendi que é bastante fácil discursar romanticamente sobre o “colocar-se no lugar do Outro” (o que Geertz [2003] chama de esquizofrenia do trabalho antropológico). Porém, a grande questão que eu trago das viagens é: será que nos colocamos verdadeiramente no lugar de Outro? Se eu dissesse que sim, ninguém duvidaria, afinal passei por uma situação em que quase fui processada por contrabando e senti tanto medo dos assaltos quanto eles. Mas só isso é suficiente? Estou certa de que não. O meu medo de assalto era totalmente diferente do deles. Eles temiam perder o dinheiro para comprar muamba. Eu não levava dinheiro algum, somente minha câmera digital que, caso roubassem, pouco me importaria: meu medo era de não sair ilesa de um assalto. Ou seja, um medo de uma jovem de camadas médias e não de uma muambeira. O dinheiro, para mim, era nada, diante de uma situação como aquela. Para eles, porém, o dinheiro era tudo.

O momento mais intenso vivenciado nessa pesquisa foi o da batida policial. E, repito, se eu fosse processada, teria o mesmo significado do que para meus informantes? Claro que não. Chico só não queria perder as mercadorias. Não estava preocupado em ser processado, aquilo era algo banal para ele, não dizia nada em seu universo simbólico. Para mim, levar um processo por contrabando imprimia-me pânico, pois prejudicaria incisivamente minha vida. Porém, caso isso ocorresse, certamente, eu teria um advogado que me livraria daquela situação rapidamente, pois, de fato, aquele episódio era artificial. Se as mercadorias que eu

portava fossem-me tomadas, nem seriam minhas. O prejuízo seria todo de Chico, este sim, voltaria para casa ainda sacoleiro. Eu não: voltaria para minha vida e retomaria meu papel de mestranda. A possibilidade da notificação por contrabando revelou dois códigos morais totalmente dispares.

Para Geertz (1989), essas situações são de extrema importância porque são efervescentes, nos aproximam dos informantes e revelam símbolos latentes. Conforme as palavras do mesmo autor, entre antropólogo e nativo, não acontece nenhuma “fusão de horizontes”, nem nenhuma espécie de “comunhão de espíritos” (2003:107). Em momento algum, transformei-me numa sacoleira, apenas pude me aproximar deste universo com mais intensidade e sentir-me legitimada para falar dele a partir de um enfoque acadêmico antropológico.

1.3 SOBRE O RELATIVISMO

No início deste trabalho, “relativizar” era, sobretudo, compreender o modo de vida e trabalho de comerciantes populares. Dois fatores foram de extrema importância para mim. O primeiro foi mudar meu olhar sobre os usos do espaço público. O segundo, entender que há inúmeras formas de arranjos de parentesco para além do modelo moderno de família nuclear (cf. cap. II).

Aos poucos, estar com os camelôs implicou uma mudança profunda em minha própria vida, em meus pressupostos de camadas médias, que eu acreditava serem universais. Tudo isso acarretou um gradual amadurecimento intelectual. Porém, num determinado período de incursão em campo, esbarrei em situações nas quais o processo de relativização foi bem mais complexo.

Presenciar a venda de remédios falsificados, como Xenical, Viagra e Citotec causaram-me verdadeiro estranhamento e até repúdio. Em relação ao último medicamento (que provoca aborto), acompanhei inúmeras práticas abortivas feitas por vendedoras em suas clientes. Elas não só vendem o remédio, como acompanham todo o tratamento. Eu, contudo, sabia que aquilo provocava doenças sérias nos usuários, podendo causar até a morte. Não pretendo fazer nenhum juízo a respeito do aborto em si, minha indignação acontecia pela maneira como era feito, pois os remédios eram falsificados e o tratamento não era encerrado com nenhuma curetagem – ato clínico imprescindível para as práticas de aborto.

Entrar em contato com contrabando também me fez tangenciar as fronteiras deste com o tráfico de drogas e de armas. Além disso, viajar ao Paraguai mostrou-me o ato generalizado da propina entre membros da polícia e comerciantes (é claro que sempre soube disso, mas presenciar foi bem diferente). Conheci sacoleiros que eram casados com mulheres da Polícia Federal e estes, por sua vez, comercializavam produtos roubados.

Aprender a relativizar tudo isso é, certamente, uma questão que atravessa o trabalho de muitos colegas que estudam grupos envolvidos em atividades ilícitas. Para Otávio Velho (1991), o relativismo não pode ser uma prática banal, de perda de parâmetros, em que caímos num niilismo, no momento em que tudo passa a ser relativo. O autor defende uma postura política na qual o antropólogo não perde de vista certos valores dos quais acreditamos como, por exemplo, a defesa dos direitos humanos.

Relativizar as práticas abortivas e os atos entre polícia e comerciantes, não significa aceitar tais ações, tampouco deixar de considerar a primeira uma irresponsabilidade da maneira como é feita, e a segunda, corrupção. Os antropólogos têm sido agentes engajados na luta por direitos sociais e justiça e, portanto, aceitar isso seria ir contra a postura de nossa disciplina. Porém, há ainda um modo de relativizar tais práticas: abstenho-me de fazer quaisquer juízos sobre o tema ao longo desta dissertação, além dos já feitos acima. Não as tomo como tema de análise, pois isso seria uma atitude etnocêntrica com meus informantes, que possuem muitas coisas ricas para contar, para além da ilicitude. Cabe a mim, apenas compreender tais práticas dentro de seus universos simbólicos, entendendo porque são feitas e quais as interpretações que os nativos dão às mesmas.

1.4 AJUSTES E DESAJUSTES

A clássica discussão antropológica sobre proximidade e distanciamento entre pesquisador e grupo pesquisado foi analisada por Gilberto Velho (1978, 2003), quando faz algumas reflexões sobre as condições do pesquisador que realiza trabalho de campo na cidade, salientando que o que permite ao antropólogo desenvolver pesquisa no meio urbano é o fato dele conseguir - devido a sua própria formação intelectual - transitar por diversos mundos e, ao mesmo tempo, não ser englobado por nenhum. Esse multipertencimento do pesquisador é o que faz com que ele obtenha um “estranhamento crítico diante do próximo” (2003:18).

A partir da leitura de Velho, entendemos que a clássica premissa de DaMatta (1978) - que o antropólogo deve estranhar o familiar e se familiar com o exótico - não é tão simples o quanto parece. Afinal, no momento em que pertencemos à mesma cidade que nosso objeto de estudo, somos, obrigatoriamente, duas realidades que em muitos aspectos compartilhamos estilos de vida e visões de mundo e, em outros, somos completamente diferentes. Da mesma forma, podemos estar muito próximos a alguém, sem, contudo, conhecer algo sobre sua vida. As noções de proximidade e distanciamento, assim, são múltiplas.

No meu caso, como já disse anteriormente, tinha naturalizado os camelôs na paisagem urbana do Centro. Via-os diariamente, porém não conhecia nada sobre seus mundos. Quando comecei a conviver, em especial, com a família de Carminha, achava-os, ora

extremamente diferentes de mim, ora muito semelhantes. Segundo o meu entendimento, o mais fascinante de desenvolver pesquisa na cidade é que, embora eu pesquisasse um grupo popular de rua, com condições de vida completamente diversas da minha, foram criadas proximidades significativas, no que concerne a amigos em comum, gostos estéticos, etc. Certas pessoas no camelódromo, em muitos aspectos, são mais parecidas comigo do que muitos acadêmicos.

Vamos às familiaridades. Os amigos de Chico antes do casamento eram os mesmos que os meus, mas eu e ele nunca nos cruzamos. Eu conhecia algumas pessoas na academia em que fazia ginástica, ele tinha sido campeão de luta pela mesma academia. Carminha tem uma grande afinidade comigo, pois gostamos dos mesmos cuidados estéticos. Tito quis estudar Antropologia antes de se tornar um camelô. A irmã de Tito toca violino e, como eu, aprecia música erudita.

Todavia as diferenças – o exótico – são mais interessantes de narrar, pois são aqueles momentos anedóticos do trabalho de campo. A observação participante, enquanto um processo intersubjetivo, faz com que o pesquisador não só faça parte do contexto de análise, mas também seja observado e julgado o tempo inteiro. Certamente, em muitos aspectos, fui tão exótica para eles quanto eles para mim. Em vários momentos isso ficou bastante claro.

Chico achou muito estranho eu não beber cerveja a viagem inteira, falou: “*Como tu é esquisita, não bebe durante trabalho...*” Logo depois, perguntou “do quê” eu vivia. Respondi que recebia uma quantia mensal referente a uma bolsa de estudo. Os sacoleiros não compreenderam, parecia um absurdo. “*O quê? Tu recebe tudo isso para ficar nos olhando? Quem é que te paga para saber da vida da gente? Não tem nada mais importante?*” Continuou: “*Que vida boa, heim? Aparece de vez em quando, fica aí nos acompanhando, corre menos que a gente e, no final do mês, ainda ganha mais que a gente, tá certo...*”.

Outro episódio foi o remédio *Lexotan* que tomei para dormir. Chico achou que eu era mais esquisita ainda. Dizia, franzindo a testa, com expressão de estranhamento: “*Coisa de gente rica! Frescura. Onde já se viu?... Tomar remédio prá dormir...*” Para completar, quando atravessamos a Ponte da Amizade, cada um de nós foi em um mototáxi diferente. Eles chegaram antes, quando os avistei, percebi que estavam rindo de mim. Depois me falaram que eu, de fato, nunca tinha andando em um mototáxi, pois eu tinha me agarrado nas costas do motorista e o local de se segurar era atrás da moto, e não no condutor. Chico e Caco cantavam para mim: “*tá namorando, tá namorando*”.

Enfim, procurei relatar alguns episódios, na tentativa de demonstrar a complexidade de aproximações e distanciamentos entre pesquisador e objeto. Existem vários níveis de exotividade e familiarização, principalmente quando estamos estudando um grupo que vive na mesma cidade que nós.

1.5. SINTETIZANDO

- **Observação participante:** Entre 1999-2004, freqüentei o camelódromo da Praça XV. Realizei duas viagens ao Paraguai: uma em 2003, outra em 2004.
- **Entrevista:** As entrevistas (semidiretivas) sempre ocorreram na rua. As fitas têm duração média de 30 minutos. Constitui-se um instrumento igualmente importante no processo de coleta de dados. Além de camelôs, entrevistei o Diretor do Sindicato dos Vendedores Ambulantes (SCAPA) – Sr. Evaristo Mattos - e o Secretário da Fiscalização Municipal – Sr. Sebastião Barbosa. Também conversei informalmente com fiscais, lojistas, consumidores e vendedores de rua em situação irregular.
- **Imagem:** Produzi centenas de fotografias de personagens e cotidiano, tanto no camelódromo da Praça XV, quanto no Paraguai. Além disso, possuo uma fita de 30 minutos, gravada e editada em VHS, sobre a movimentação das vendas na véspera de natal do ano de 2001.
- **Análise de publicações jornalísticas:** Construí um banco de dados com matérias dos Jornais Correio do Povo, Zero Hora (desde o ano 1999) e Diário Gaúcho (desde 2000), no que se refere à atuação de camelôs e sacoleiros na região central de Porto Alegre e na fronteira brasileira com o Paraguai.

2 “DOS VÍNCULOS INTENSOS”: RELAÇÕES DE PARENTESCO E REDES DE SOLIDARIEDADE ENTRE CAMELÔS E SACOLEIROS

Estima-se que cerca de 4.000 pessoas trabalham informalmente nas ruas do Centro de Porto Alegre como ambulantes, envolvidos com o comércio ilegal de pirataria. (...) Pirataria é crime e os criminosos estão soltos na cidade. (Trechos da reportagem “O Centro do Crime”, noticiada no jornal televisivo da RBSTV em 31/08/2004).

“Informalidade”, “pirataria”, “contrabando” e “comércio de rua” são macrocategorias que fazem parte de um mesmo campo semântico e, portanto, estão em relação. Neste capítulo, começarei a descortinar essas palavras (sem dúvidas, palavras fortes e de efeito), apresentando alguns sujeitos que - por entre essas categorias - transitam, constroem seus mundos e conferem sentido a toda uma vida social.

Anunciar que 4.000 pessoas estão trabalhando como ambulantes no Centro é um dado importante para pensar as proporções que o comércio de pirataria e bugiganga vêm alcançando nas cidades brasileiras como Porto Alegre, que possui aproximadamente 1.500.000 habitantes. De fato, para a Antropologia esse número estatístico só nos diz alguma coisa quando conseguimos olhar para além dele. Ou seja, tentar ver que, no interior destes 4.000 comerciantes, há tanto aqueles que permanecem na rua, quanto os que não; há tanto os que pertencem a antigas famílias de camelôs, quanto os que não; alguns trabalham com

mercadorias ilícitas, outros não. E mesmo dentro daqueles que trabalham com mercadorias ilegais, há os que não as consideram tão ilegais assim.

Mais importante do que questionar a “criminalidade” do contrabando, interessa-me mostrar as condições de trabalho e os códigos de reciprocidade presentes nesse universo que é constituído por sujeitos extremamente comuns. Na totalidade deste trabalho, este capítulo será o mais microscópico, pois nele apresento cenas cotidianas e elejo diferentes informantes-chave, através dos quais mapeio as suas relações de parentesco, vizinhança²⁴ e companheirismo de viagem, procurando encontrar a singularidade de cada um nesses níveis de relacionamento. Trata-se de vínculos intensos e duradouros - caracterizados pela presença contínua da troca e da confiança - e que acontecem entre indivíduos de uma mesma categoria profissional: camelôs e sacoleiros.

Pensar os vínculos intensos entre esses comerciantes ajuda-nos a entender como se dá a continuidade da atividade comercial em que estão inseridos, ou seja, por que ela permanece, por que se amplia e por que abarca com eficácia tantos trabalhadores. Trata-se, sem dúvidas, de um sistema de mercado de trabalho que - embora extremamente complexo e multifacetado - funciona (e funciona bem). No interior do universo da comercialização de contrabando, existem milhares de redes interligadas entre si. É, sobretudo, a solidariedade e a ajuda mútua que as sustentam e as tornam coesas. Enfim, tais princípios fazem com que camelôs e sacoleiros burlem as regras, enfrentem dificuldades da rua, os riscos da estrada e, assim, obtêm alguma remuneração.

Por fim, a noção de rede social²⁵ ajudou-me a entender camelódromo da Praça XV, não como um todo coerente e homogêneo, mas como um grupo heterogêneo, desconexo e competitivo, pautado por múltiplas relações pessoais, estabelecidas por afinidades ou interesses distintos, tanto no seu interior, quanto para o seu exterior. Ao ver “quem se relaciona com quem”, e “quem *não* se relaciona com quem” pude perceber o conflito mais sutil, que origina facções internas e restritas. Demonstrando, justamente, que os comerciantes estão na rua por diferentes razões, alicerçados em distintos sentimentos de pertencimento.

Comecemos, então, a destrinchar um pouco deste universo...

²⁴ Vizinhança não de habitação, mas de banca no camelódromo.

²⁵ Desde as décadas de 1950-60, o estudo de redes sociais em contextos urbanos tornou-se tema clássico na Antropologia. Autores como Bott (1976), Barnes (1987), Mayer (1987), Mitchell (1969); entre outros, concebiam, em termos gerais, “rede social” como conexões/agregações interpessoais que não chegam a formar grupos e/ou transpassam os seus limites.

2.1 “SANGUE BOM PARA OS NEGÓCIOS”: RELAÇÕES DE PARENTESCO DE ALIANÇA E CONSANGÜINIDADE

2.1.1 Geração e continuidade

Uma das tradições mais antigas no Centro de Porto Alegre é a presença de vendedores de rua desde o século XVIII. Esse tipo de atividade vem se perpetuando nas ruas do bairro, caracterizando-se pelo trabalho familiar e passando de geração em geração. A Legislação Municipal de 1989, que regularizou o camelódromo, seguiu esse princípio: as bancas devem ser passadas de ‘pai para filho’²⁶. Este fator geracional, no qual o aprendizado do ofício passa de pessoa para pessoa, está presente na família de Carminha - a principal informante deste tópico.

Analisando os perfis e as trajetórias sociais dos principais personagens desta pesquisa (disponível nos apêndices), é possível concluir dois fatos: 1) A maioria das bancas é composta por trabalhadores pertencentes a uma rede de parentesco. Todos os camelôs que conheci trabalhavam em família, reunindo, às vezes, até três gerações: avós, filhos (as), e netos (as). Esse nível de organização social entre eles é o que chamam primeiramente de “a minha família”. 2) O camelódromo da Praça XV é um lugar heterogêneo, mesclando famílias novas que foram trabalhar na rua em virtude do desemprego com aquelas que estão no ofício porque seguiram uma antiga tradição familiar. Em ambos os casos, ser camelô é, sobretudo, pertencer a uma família de camelô, seja ela nova ou antiga.

Carminha já representa a terceira geração de vendedores de rua. No que tange às práticas de trabalho dessa família, há uma crença de que só se pode confiar nos parentes, preferivelmente nos consangüíneos. A lógica que opera entre eles é a de que um filho homem aprende o ofício se encarrega de assumir o negócio, assim como aconteceu com Rui e seu pai. Porém, Carminha é mulher e é a única pessoa da família que, desde criança, se interessou pela banca. E isso fez com que Rui, certa vez, lamentasse e desabafasse para mim: “A *minha grande tristeza é não ter tido um filho homem...*” O tom da conversa era de que, quando ele morresse, o negócio não teria um “pulso firme”. Nesse dia em que eu estava em campo, perguntei: “*Mas, e o Maurício?*” (referindo-me ao filho homem de Rui). Ele respondeu: “*Ele é*

²⁶ Segundo a Legislação Municipal, as bancas são pessoais, intransferíveis e hereditárias, logo não podem ser alugadas ou vendidas, apenas passadas de pai para filho (o que não acontece na prática).

filho adotivo (...) Minha mulher deu dois filhos nossos e, por remorso, mais tarde adotou a Kelly e o Maurício”.

Diante do fato da adoção, na família de Rui, existem os filhos considerados “legítimos” (Carminha) e os “não-legítimos” (Kelly e Maurício). Contudo, é a consangüinidade que é valorizada e se sobrepõe à divisão sexual do trabalho, no momento em que é preferível ter uma mulher “legítima” assumindo a banca a um homem adotivo. Afinal, segundo Rui e Carminha, “*os filhos adotivos não dão para os negócios. Eles não estão nem aí para nada*”; demonstrando uma noção dualista entre o “sangue ruim” e o “sangue bom”. Evidentemente, o deles (consangüíneos) é o bom, por isso os outros “*não dão para os negócios*”. Para esses camelôs, “*não adianta ensinar o trabalho, quando já nasce torto*”, demonstrando uma visão na qual a habilidade do ofício seria uma habilidade presente no sangue (‘bom’)^{27 28}.

Quando conheci Carminha (em 1999), ela era solteira, Camila tinha 04 anos e as duas moravam em um cortiço do Centro juntamente com Rui, Maria, Kelly e Maurício. Como ela mesma se considerava, era “muito namoradeira”. Um dos seus romances foi com um vendedor irregular que atuava fora do camelódromo. Rui, alegando que Carminha “*tinha família*”, não aprovou o então namoro, pois o rapaz “*não tinha nível para ela, era um desclassificado*”. Esse fato fez com que ela abandonasse sua família de orientação e fosse morar com seu namorado, além de parar de trabalhar na banca de Rui. Carminha alugou, em sociedade com o namorado, um ponto no interior do camelódromo e inseriu o vendedor irregular neste universo. Eles vendiam CDs piratas. Ela - com a agilidade nas vendas que aprendeu com pai - tocava o negócio, enquanto ele só pensava em gastar o dinheiro em bebida e jogo. Carminha não hesitou e retornou à casa de origem. Valorizando o laço consangüíneo, segundo suas palavras: “*chega de sustentar safado e vagabundo, nossa casa é nossa casa, meu pai coitado...*” Isso ocorreu no ano de 2001.

No final daquele ano, Carminha conheceu Chico, um homem que Rui havia escolhido para trabalhar em uma das suas bancas. Pai e filha concordavam que ele era um funcionário exemplar, que detinha todos os quesitos almejados por eles: forte, trabalhador, viajava para o Paraguai e bom vendedor. O romance aconteceu rapidamente e eles se casaram no ano de 2002. Mudaram-se para um apartamento ao lado de Rui no mesmo cortiço. Carminha levou sua filha e Chico aceitou prontamente ajudar a educar. Entre a unidade doméstica da família

²⁷ O exemplo disso é a posição inferior que Kelly e Maurício ocupam hierarquicamente nos negócios da família. Cada um ganha 25 reais por dia, enquanto Carminha ganha 50. A justificativa para tanto é que Carminha sabe vender mais e, por isso, recebe mais.

²⁸ Observei que desejo de perpetuação de ‘linhagem pura’ nos negócios, preferivelmente masculina, ocorre em diversas famílias no camelódromo. Como é o caso de Dalva, que iniciou o ofício através de seu falecido marido. Era ele quem decidia os rumos do trabalho. Depois de sua morte, o filho de Dalva agora assume o negócio e foi ela mesmo quem quis assim, educando-o para tanto.

de orientação de Carminha e da então unidade de sua família de aliança, na disposição física do cortiço, um depósito de mercadorias contrabandeadas do Paraguai os separam.

Esse episódio relatado, embora particular, descortina certas barreiras simbólicas e valores presentes no interior das antigas famílias de camelôs. O casamento desejado por todos, bem como o rompimento de Carminha com seu ex-namorado (vendedor irregular), demonstra “quem é apropriado para casar e quem não é”. Ou seja, há uma valorização da aliança entre iguais²⁹. Conforme será visto ainda no capítulo seguinte, é possível até conversar com os vendedores irregulares, realizar trocas efêmeras, mas nunca criar um vínculo mais intenso, capaz de desfazer os limites fortemente construídos e demarcados entre os dois grupos.

Por que isso ocorre? Unindo os fatos da preferência pela endogamia e perpetuação consanguínea dos negócios, percebemos a demarcação de fronteiras que distinguem o “bom camelô” do “ruim”. Podemos entender isso como um processo de resistência das antigas famílias em relação à explosão de pessoas que foram trabalhar na rua na última década. Há, nas entrelinhas, uma reivindicação de uma identidade singular de comerciante que se expressa, entre tantos outros campos, nas regras de aliança e de continuidade dos negócios, pois sem essas imposições simbólicas, não haveria formas de reprodução das “antigas famílias”, que se diluiriam nesse enorme contingente que chega às ruas diariamente em busca de trabalho. O que eles estão tentando “dizer” com essas ações é que “ser camelô” é mais do que trabalhar na rua.

2.1.2 Aprendizado das crianças

Os filhos dos camelôs (Lúcia, Carminha, Tito, Amir, Dalva e Joana), demonstram um desejo de permanecer na profissão. Os adultos já possuem seu próprio negócio, as crianças preferem estar no camelódromo a ir à escola.

O fato de as crianças faltarem aulas seguidas para ficar nas ruas, representa um paradoxo para seus pais. Por um lado, todos, unanimemente, expressam isso como um grande problema, argumentando que os filhos devem aprender a “ler e a escrever” e devem ser “doutores” para alcançarem uma vida (*letrada*) diferente e melhor que a deles. Por outro lado, são os próprios pais que estimulam os filhos a ficar na rua, ensinando-os e repassando os saberes que aprenderam. Segundo Amir: “*repassei tudo aos meus filhos, graças a Deus eles sabem conversar com um cliente*”. Dalva: “*esse meu filho se criou por debaixo das bancas, sabe tudo daqui desde os dois anos de idade eu trago ele*”. Rui: “*sem estudos, mas com inteligência, QI, meus filhos são como eu, sabem ganhar dinheiro*”. Carminha: *minha*

filha vai estudar, não vai ser burra como eu”. Noutras situações: “*Camila se criou aqui, quando não está na escola, ajuda a montar a banca, ajuda a conseguir troco*”.

O paradoxo, na realidade, é entre um conhecimento letrado, especializado e científico *versus* o saber da prática cotidiana. Assim, ao mesmo tempo em que existem parâmetros ocidentais de que “lugar de criança e adolescente é na escola e não no trabalho³⁰” - e os camelôs sabem disso -, eles entendem que tudo que acumularam ao longo dos anos é um bem; ou melhor, o único bem que seus filhos podem herdar e, assim, conseguir alguma forma de sustento no futuro. Pois, mesmo sabendo que o trabalho infantil é proibido e indesejado, também compreendem que seus filhos dificilmente conseguirão um trabalho melhor no mercado formal de trabalho: não ensinar o ofício seria uma forma de deixá-los desprotegidos.



Mãe & Filha:
Trabalho de rua em família.

2.1.3 Masculinidade e espaço público

Bott (1976), ao estudar o comportamento de famílias inglesas, concluiu que, quanto mais extensa a rede de parentesco de um casal (malha estreita), maior é a segregação de papéis dos cônjuges. Este modelo teórico aplica-se à realidade de meus informantes. Afinal, como a maioria deles está amarrado a uma extensa rede de parentesco e vizinhança, há, de fato, algumas separações claras no que tange aos papéis do homem e da mulher.

²⁹ No primeiro contato que tive com os camelôs, perguntei para o Sr. Evaristo (diretor do sindicato dos ambulantes) se se tratava de um grupo unido. Ele respondeu-me: “*Não só todo mundo é amigo, como também noivos. Olha só aquele guri, vai se casar com a colega!*”.

³⁰ Sobre a transformação da noção de criança no Ocidente a partir do século XII, ver Ariès (1978).

Em geral, a mulher encarrega-se de cuidar da banca, realizar as vendas e passar o ofício para seus filhos, educando-os para uma continuidade. Cabe aos homens viajar, arriscar-se no mundo das estradas, em busca de mercadorias contrabandeadas no Paraguai. Quando eles estão no camelódromo, ficam dando ordens, rodeando a banca e controlando o processo de negociação³¹.

Lúcia cuidava da banca e seu marido viajava. Dalva cuida da banca e seu marido viajava, agora é seu filho quem viaja. Carminha cuida da banca e seu marido viaja e, assim, sucedem-se inúmeros exemplos no camelódromo... Quando comecei a ir ao Paraguai, pude visualizar isso claramente. Vejamos a tabela:

Excursão para o Paraguai entre 30/07/04 a 01/08/04.		
Passageiros homens	18	13 - camelôs da Praça XV 05 - demais tipos de muambeiros (donos de loja, fornecedores, etc.).
Passageiras mulheres	14	01 - camelô da Praça XV 13 - demais tipos de muambeiras (donas de loja, fornecedoras, etc.).
		Camelôs: 14
		Demais comerciantes: 18

Do total dos quatorze camelôs presentes na excursão, havia treze homens e apenas uma mulher. Porém, no total de passageiros, a diferença entre os sexos estava equilibrada, o que demonstra que a supremacia masculina nas viagens não é um traço que se pode generalizar a todos os sacoleiros, mas uma singularidade do camelódromo.

Para os camelôs-sacoleiros, a viagem é um espaço de construção e reafirmação da masculinidade. Não há nenhum homossexual (ao menos que assim se declare). Certa vez, na ida ao Paraguai, o ônibus exibiu vários filmes, porém nenhum prendia a atenção deles. Foi quando começou um de comédia, cuja história era de “dois machões” que embarcaram, sem querer, num navio gay. Todos sacoleiros assistiram compenetradamente e deram muitas risadas. No final, todos chamavam uns aos outros de “veado”, o que acabou gerando briga entre eles. Já quando eles estão em Porto Alegre, ficam gabando-se para suas esposas, ou outras parentes, os riscos enfrentados na fronteira e o heroísmo necessário para tanto, passando uma idéia de grande perigo para imaginário feminino.

De fato, todas as vezes que anunciei às minhas informantes que iria ao Paraguai, elas reagiram com espanto. Falava-me Dalva: “*mas o que você quer fazer lá? É muito perigoso...*” Eu tinha a sensação que entraria num universo totalmente masculino e arriscado, pois me passavam a impressão de que somente os homens possuíam os atributos necessários para enfrentar as aventuras e desventuras da temida fronteira. Dona Joana me alertava: “*tu não*

³¹ O casal Susana e Tito é uma exceção da regra: ela é quem viaja ao Paraguai, ele cuida da banca.

podes ir desprotegida, precisas de um homem do teu lado, mas não qualquer homem. Se tu quiseres 'te empresto' meu filho para te proteger, ele é de confiança³².

A economia dos espaços, na qual a mulher cuida da banca e o homem viaja, aponta que o sentido da rua para as mulheres camelôs é bem particular, oriundo de um grupo que faz das vias públicas mais do que um lugar de trabalho, um lugar de viver, onde se passa o dia, se faz as refeições, se tem diversão, etc. Ou seja, ficar na rua se assemelha a ficar em casa, num local privado e protegido, cabendo ao homem se aventurar fora deste espaço. Segundo Duarte (1986:177), o espaço público, para as classes trabalhadoras urbanas, é um lugar, primordialmente, masculino. Assim, o papel do homem (o seu “Valor-Família”) é “ir para a rua” e conseguir “botar comida dentro de casa”; obtendo, assim, respeitabilidade. O papel da mulher é, portanto, interno e reservado ao espaço privado da casa. Em relação aos camelôs, percebe-se que “ir viajar e trazer mercadorias” corresponde ao que Duarte analisa como “botar comida dentro de casa”. Desse modo, se a rua é a casa para os camelôs, cabe à mulher permanecer na banca, protegida e reservada do mundo exterior.

2.2 “UM PÉ NA CASA, OUTRO NA RUA E NA ESTRADA”: RELAÇÕES SIMBÓLICAS DE PARENTESCO³³ - VIZINHANÇA E COMPANHEIRISMO DE VIAGEM

Para além das relações de parentesco convencionais (de aliança e consangüinidade apresentadas no item anterior), tanto o homem, quanto a mulher desenvolvem, em seus respectivos lugares de atuação (na rua ou na estrada), novos laços de parentesco. Aqueles que ficam na banca criam elos com seus vizinhos ou funcionários; nos que partem, esse elo se dá com seus companheiros de viagem.

É importante ressaltar que nem todos os vizinhos de banca e companheiros de viagem desenvolvem vínculos dessa natureza. Apresentarei somente aqueles que possuem tal especificidade. Procurei não cair na cilada de classificar toda a relação de amizade e reciprocidade como parentesco. Assim, levada pelos dados de campo – de observação e de escuta - foi possível visualizar que, para alguns camelôs, ser parente de alguém é ter alguém “com quem se pode contar”. E isso significa um vínculo intenso, duradouro, contínuo, baseado num pólo afetivo e num código de reciprocidade. Tais características foram ao encontro do que alguns autores contemporâneos da Antropologia têm entendido por parentesco, ou seja, conexões duradouras, práticas e trocas sociais que se destacam e são valorizadas pelos informantes (CARSTEN, 2000). Segundo White:

³² Depois que viajei, percebi que há muitas muambeiras nas excursões e, inclusive, elas detinham muito mais poder que os homens camelôs no âmbito da viagem (cf. item 2.2.2. deste capítulo).

³³ Simbólico porque não são relações pautadas nem no sangue, nem no casamento.

Kinship is relations of collective reciprocal assistance with no calculation of return. Kinship is not necessarily a correlate of biogenetic or agnatic ties, but rather a culturally defined domain. What is shared is not blood, but labor and obligation (2000:124).

No momento em que concebo nível de parentesco entre os camelôs e sacoleiros, fundamento-me em dois marcos teóricos. O primeiro vem desde o antropólogo David Schneider - que escreveu na década de 80 - cristalizando nas mais variadas obras das autoras feministas contemporâneas como, por exemplo, Carol Delaney e Sylvia Yanagisaco. Tais estudos têm ajudado a romper com as noções de família e parentesco relacionadas ao sangue e à reprodução humana (*desnaturalização*). Nesse sentido, abriram portas para a Antropologia pensar novas formas desse tipo de organização social, descoladas de suas acepções *biologicizantes*. (Eis o que tento fazer aqui).

Já o segundo marco teórico está relacionado ao modo de vida e organização dos grupos populares. DeCerteau (2002), ao falar desses setores da sociedade, salienta que eles possuem formas cotidianas e criativas de manipulação de modelos sociais hegemônicos. Na direção deste autor, Fonseca (2000:07), mais especificadamente em relação aos grupos populares urbanos de Porto Alegre, apresenta o que chama de “construção modelos alternativos de vida social”. Trata-se da análise das estratégias e táticas também cotidianas e criativas presentes na organização dos populares que “fogem da lógica prevista e previsível da modernidade”. Ainda segundo Fonseca, o trabalho antropológico deve buscar a alteridade, ou seja, procurar “outras maneiras de ver (ser e estar) no mundo (2000:12)”.

Por fim, unindo os dois marcos teóricos, entendo que a organização de parentesco que apresento aqui – por não possuírem o plano biológico como cerne de sua organização – constitui-se formas alternativas de vida, criadas no universo cotidiano de atores sociais que manipulam modelos familiares dominantes e hegemônicos³⁴ do mundo contemporâneo.

2.2.2 “Anos de Pedra”: vizinhança e parentesco

“Anos de pedra” é uma expressão êmica do camelódromo que significa um longo tempo de trabalho na rua. Além disso, quando os camelôs dizem que “fulano tem anos de pedra”, desejam apontar alguém com quem se tem uma trajetória em comum e se pode confiar no meio de um universo no qual - conforme eles mesmos dizem - “ninguém é amigo de ninguém”.

- O caso de Amir

³⁴ Família nuclear, por exemplo.

Além de seus filhos, Amir possui pessoas que trabalham para ele há muitos anos e que lhe são extremamente fiéis. Neste círculo de pessoas, duas se destacam: Dona Vilma e Jorge. É possível dizer que, no âmbito do cotidiano da rua, estes dois sujeitos ocupam posições mais importantes do que os próprios filhos de Amir. Situação contrária, por exemplo, à família de Rui, na qual a divisão das tarefas e do lucro deveria ocorrer, preferivelmente, entre parentes consangüíneos ou afins.

Depois de longo tempo observando Amir, Jorge e Vilma, foi possível entender que mais do que relação de trabalho, amizade e reciprocidade, relações de parentesco se estabeleciam ali. Eles mesmos se reconhecem como parentes, alegando muito tempo de “pedra” compartilhado.

Vilma já foi dona de banca, sendo por muito tempo vizinha e grande amiga de Amir. Porém - devido aos problemas de saúde que ocorreram em virtude do trabalho na rua – ela não teve condições de manter seu próprio negócio. Amir agregou-a em sua banca. Ela, então, pegava alguns dos chapéus que eram vendidos na banca e espalhava-os pelas escadas da Praça XV. De fato, ele não precisaria contratá-la, pois possui filhos que poderiam ajudá-lo. Porém, fez questão de abrigá-la e entendia isso como um dever.

Nos anos 70, Jorge graduou-se em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, chegou a trabalhar como radialista, mas logo ficou desempregado. Foi quando conheceu Amir e passou a trabalhar na rua para ele. Contudo, o laço que se estabeleceu entre os dois supera a relação patrão/empregado. Afinal, Jorge tem sido, na realidade, um grande aprendiz e seguidor de Amir. A continuidade do ofício do antigo camelô parece estar - segundo minha percepção – nas aprendizagens que José demonstra cotidianamente na venda de chapéus. Inclusive, Amir falou que, no final do ano de 2004, vai passar uma de suas bancas para Jorge. Cabe ressaltar que a relação de aprendiz no camelódromo – na qual se repassa um repertório de ensinamentos de vendas e um gosto pela profissão - é bastante comum, seja através de filhos, seja através de funcionários. Origina-se, então, uma identificação recíproca entre patrão/aprendiz.

Sempre quando eu ia à Praça XV, surpreendia-me com os usos que o “trio” fazia da rua: uma verdadeira representação da casa em plenas vias públicas. Amir e seus companheiros costumavam sentar-se sobre cadeiras de praias e ficar durante horas seguidas lendo jornais. A impressão que eles passavam é de estarem no pátio de sua casa, no momento em que ignoravam milhares de pessoas que passavam por entre eles todos os dias.

- Anos de Pedra *sem* Vilma

Em julho de 2004, em fase de encerramento do trabalho de campo, fui ao camelódromo conversar com os vendedores. Amir, muito triste, veio informar-me o falecimento de Vilma. Há mais de um ano, ela estava com trombose e não tratava a doença.

Quando ficou muito mal, teve que enfrentar alguns dias na fila do atendimento público de saúde, falecendo lá mesmo, antes de ser atendida.

A falta de Vilma desestruturou o cotidiano de Amir e Jorge. Como eles disseram - com lágrimas nos olhos -, “a velhinha deles” dava sentido à rua e agora estava tudo sem graça. Quando vi a reação dos dois camelôs, certifiquei-me do quão intensa era o vínculo dessas pessoas, visto que a falta de uma delas desorganizava todo um modo de vida. Dizia-me Amir, com José concordando com a cabeça:

Estamos juntos a 30 anos... Fico olhando pros lados, olhando pras escadas onde ela sentava e parece que falta, falta isso, falta aquilo, falta tudo... Mas Deus quis assim e ela vai descansar, sofre quem fica.

No dia em que Amir deu a notícia, puxou-me para um canto e disse que tinha uma coisa séria para me dizer: *Tu sabia que tu era a neta dela?* Eu sorri desconcertada, surpresa e disse qualquer coisa banal. Ele continuou:

É sério. Tu era a netinha dela. Ela disse pra todo mundo na praça que tu era a neta dela. Ela perguntava todo o dia por ti, querendo saber cadê a neta dela. Neta de verdade.

Tanto a desorganização do cotidiano e a conseqüente perda de sentido da rua, quanto o fato de Vilma me considerar uma neta (‘de verdade’) reafirmam o argumento do “parentesco simbólico”³⁵. Afinal, fica-nos evidente que esses indivíduos criam suas relações a partir de critérios totalmente desvinculados às convencionais noções de parentesco. Chamar-me de neta³⁶ significa buscar uma expressão na nomenclatura genealógica que expressasse uma relação de afeto, pautada pela diferença geracional. O próprio Amir dizia: *“morreu porque não tinha filhos que prestassem, tudo uns frouxos!”* Ou seja, os laços consangüíneos de Vilma eram frágeis; os laços da rua, fortes e consolidados.



³⁵ Poucas pessoas davam atenção à Vilma, pois era uma senhora discreta que ficava parada num canto, sempre muito quieta. Eu desorganizava isso, fazendo ela se levantar para tirar fotos, enchi-a de elogios, ela ficava envergonhada, mas feliz. Realmente eu gostava muito dela, pois seu carisma era impressionante. Outras pessoas disseram-me que fui uma das únicas pessoas, além dos companheiros de trabalho, que “enxerguei” Vilma.

³⁶ Vilma tinha netas biológicas.

2.2.3 “Irmandade itinerante”: companheirismo de viagem e parentesco

O principal personagem deste tópico é o Chico, pois foi através dele – acompanhando-o em suas viagens para o Paraguai - que pude conhecer outros comerciantes e a realidade do mundo das estradas que unem o camelódromo de Porto Alegre a Ciudad del Este.

Chico deixou sua cidade de origem (Santa Maria-RS) e sua família aos doze anos de idade. Segundo ele, nunca teve nenhum vínculo importante com seus pais, nem com os irmãos. Depois que veio para Porto Alegre, raramente realizou contato com sua família de orientação, dizendo que se tratava de pessoas que ocupam pouca importância na sua vida. Da mesma forma, ao mesmo tempo em que ele considera-se o seguidor “homem” de Rui, demonstra, muitas vezes, desejo de largar Carminha e viver livremente, ressaltando que ninguém o prende por muito tempo. Portanto, os vínculos familiares de orientação e de aliança de Chico parecem ser escorregadios, pois ele sempre resalta que a qualquer momento pode “largar tudo”, como já largou uma vez.

Contudo, em relação aos seus companheiros de viagem, Chico demonstra um entusiasmo imenso, ressaltando que aquelas pessoas é que são importantes em sua vida, visto que possuem alguns anos de estrada vividos juntos. Na rua e na banca, ele é sempre uma pessoa séria, mas quando está viajando ou fala nas viagens, entusiasma-se e diz que não há coisa melhor nesta vida, conforme suas palavras: *é uma adrenalina*.

Chico vive essa “adrenalina” desde os doze anos de idade, quando iniciou como *freteiro*³⁷, depois como guia de excursão para o Paraguai e agora, finalmente, viaja por conta própria para buscar muamba para si e para Rui. Quando ele sai do âmbito do camelódromo, não se chama mais de camelô, mas sim de muambeiro ou sacoleiro, como os demais companheiros de viagem.

Os camelôs da Praça XV viajam todos pela mesma empresa há mais de vinte anos. Três vezes por semana um ônibus estaciona em frente à Prefeitura Municipal (no Centro da cidade) e nele embarcam, além de camelôs, outros comerciantes que não são necessariamente camelôs (mas pessoas que buscam mercadoria no Paraguai para vender em lojas de “R\$ 1,99” ou para vender de “porta em porta”, etc). Logo, no âmbito da viagem, todos os passageiros são sacoleiros ou muambeiros, mas nem todos camelôs. Além disso, percebi, ao viajar com eles, que há uma divisão entre os “da XV” e as “velhas muambeiras”. Embora todos se dêem bem e se ajudem muito, esta demarcação é clara, no momento em que os

³⁷ Freteiro é quem busca mercadoria no Paraguai, não para si, mas por encomenda para outros vendedores. O ganho é de 15% sobre o valor bruto da compra.

camelôs, no ônibus, ficam chamando as mulheres de “velhas” e estas, por sua vez, retribuem: *Calem a boca, ‘maloqueiros’ da XV!* As trocas verbais ocorrem em tom carinhoso e jocoso.

Os “maloqueiros da XV” são todos jovens e homens; as “velhas”, mulheres com mais de 40 anos. A divisão é sexual e geracional. As relações e os vínculos de Chico, entretanto, situam-se entre os dois grupos, talvez oscile mais para o lado das mulheres.

Em quase duas décadas de viagens, os sacoleiros se conhecem intimamente e possuem um repertório de histórias para contar, dentre as quais: episódios de assaltos, propina, acidentes, crises e auges financeiros, batidas policiais, fugas de fiscalização, ajuda mútua ou traição. Vejamos o seguinte depoimento de Chico:

Tu quer uma história engraçada agora? Bom, logo que eu comecei de guia de um ônibus, eu tinha muito passageiro, gente idosa, mas gente muito divertida. E tinha uma senhora que se chamava Carmem. Ela tinha um atacado de loja de R\$ 1,99. Então, a gente viajava sempre lotado, tinha 2 motorista e eu era o guia. Então em uma determinada viagem dessa, a Carmem era passageira, ela bebia muito, ela tomava tanta cerveja... que olha que daqui a passo fundo ela tomava em média umas sessenta latinhas de cerveja, era muito mesmo. E tinha a Ana, outra passageira, ela fumava muito. Ela fumava um pacote de cigarro, uns dez maços, mais ou menos. Por que ela ficava muito nervosa, porque ela tinha medo de estrada e de velocidade. Entre outros passageiros, tinha vários outros, tinha o Carlos, a Rita, uma gente boa, bem divertida. Então, a volta do Paraguai era muito engraçado por que todo mundo comprava bastante mercadoria e eu organizava tudo, colocava etiqueta na sacola, prá ninguém roubar e ajudava. A Carmem tinha um bagageiro especial, ela pagava por ele, por que a mercadoria de 1,99 fazia muito volume, então eu arrumava tudo para ela, lá dentro do Paraguai mesmo. Ai, naquela época, a gente vinha com o banheiro do ônibus lotado de mercadoria, então, não tinha como ir no banheiro, a gente improvisava. Cortava uma garrafa e usava como um penico. Por que a galera bebia muito e urinavam dentro daquele penico. Então, em uma viagem dessa, a gente ficava muito tempo na fila para poder atravessar para o Brasil. E a galera bebendo por causa do calor, tomava muita água, refrigerante e cerveja. Então, tinha que mijar nesse penico. Ai uma vez tinha um pastor que entrava de ônibus em ônibus e ele ia lá rezar e daí ele orava e todo mundo colaborava, dava o que podia, uma moeda, qualquer coisa ajudava ele. E, numa dessas, tinha uma fila de gente para ir no tal penico, e o penico estava muito cheio e daí na hora de esvaziar o penico, a gente deu um banho no pastor....! Ele não avisou que ele estava entrando, e o ônibus tinha a porta no meio do ônibus, era um diplomata de porta no meio. Então, na hora que a porta abriu, a gente jogou pela janela do ônibus a urina e, infelizmente, molhou todo o pastor. Esse pastor ficou revoltado de uma maneira, cara... que ele disse que na hora que a gente fosse passar na ponte, a gente ia perder tudo, de tão irado que ele ficou. Mas a gente ria muito por causa disso. Aquele dia, a gente fez o pastor entrar dentro do ônibus e orasse todo mijado. Mas foi o dia que ele mais ganhou dinheiro no ônibus, e todo mundo pagou bastante. Pagamos pelo silêncio dele. E a gente passou a ponte numa boa, largamos o pastor lá do outro lado, mas foi uma cena engraçada. Mas o pastor era um safado e com a grana ele ia para o bar e tomava tudo de cerveja com o dinheiro que ele arrecadava. (...) Então numa viagem de mil km tem muita história para contar.

As histórias perpassam todos os gêneros, mas o cômico e o trágico são os preferidos. No caso acima, a narração procura valorizar o engraçado, falando de um pastor que ficou

aprisionado no ônibus e rezou cheio de urina no corpo, tudo isso para que ele não denunciasse os sacoleiros. Essa história, como muitas outras, demonstra, sobretudo, o que se é capaz de fazer para escapar da batida policial.

No entanto, os episódios mais narrados e valorizados são os que envolvem sacrifício. Por exemplo, quando o ônibus fica uma semana na estrada fugindo da fiscalização. Esta é uma situação extremamente normal entre os sacoleiros. Caso haja polícia na rodovia, o ônibus não prossegue viagem de modo algum e fica circulando durante dias por rodovias alternativas. É comum acabar o dinheiro dos viajantes e eles ficarem sem comer, após o segundo ou terceiro dia de estrada. A coletividade supera qualquer individualidade, pois se tem alguém que, por ventura, necessita retornar a Porto Alegre, esse alguém se sacrifica e não reclama de absolutamente nada, pois é consenso que o importante é não haver prejuízo. Prender o pastor ou ficar preso na estrada significa agir em nome de uma causa maior: “jamais perder a muamba”.

Todos os sacoleiros, companheiros de excursão, ajudam uns aos outros. A cooperação ocorre a qualquer preço, não se mede esforços para ajudar um igual. Como numa irmandade, a regra é “jamais entregar um colega”. Esse código de lealdade regula e sustenta a rede, pois dificulta o acesso da polícia. Assim, os sacoleiros assumem a mercadoria de outro frente à polícia, levam um processo e até vão presos em nome de um colega. Como disse-me um sacoleiro: “*coisas que a gente só faz por um irmão*”. Tal sistema de trocas é comum entre grupos que se consideram uma irmandade, como na máfia, por exemplo. Para Ianni (1971), que estudou a máfia ítalo-americana, as conexões existentes entre os mafiosos geram uma rede de parentesco, baseada na lealdade. Desse modo, é isso que faz com que exista uma organização criminosa coesa e forte. No caso dos meus informantes, percebi justamente que, no momento em que um sacoleiro assumia a mercadoria do outro e se mantinha em silêncio, por mais ilícita que ela fosse, isso confundia e dificultava o acesso da polícia, tornado a rede ainda mais interligada.

Quando a lealdade falha, assim como no sistema de irmandade da máfia, a vingança é imediatamente acionada, proporcional à traição que rompeu a regra. Em novembro de 2003, quando eu, Caco e Chico estávamos “presos” em Foz do Iguaçu - graças à operação fiscalizadora de Natal da Polícia Federal na fronteira - fomos visitar outros sacoleiros que estavam hospedados num hotel da cidade. Eles encontravam-se reunidos na borda de uma piscina, bebendo cerveja. Caco, já embriagado e furioso, gritava à procura de um deles, para que todos escutassem:

Cadê aquele filho da puta? Eu vou matar aquele filho da puta. Eu tenho dois processos que carrego nas costas por causa das mercadorias dele, eu fui para a cadeia por ele, e agora? E agora ele não quer me pagar o que deve? Por causa de 20 reais ele sumiu? Eu vou matar aquele filho da puta...

Quando alguém vai preso por outra pessoa, espera-se um retorno que, evidentemente, não será imediato, mas deverá vir no dia em que aquele que hoje está ajudando amanhã estará precisando de ajuda. Ou seja, trata-se de um sistema de irmandade sustentado pela ajuda mútua em longo prazo. White (2000:124) define parentesco como vínculos sociais pautados na doação de favores sem a espera de retorno imediato.

Assim como Caco, Chico já prestou muitos favores aos seus colegas. Nas viagens em que realizei com ele, pude perceber que, tão importante quanto salvar a sua mercadoria é salvar a de um colega. Num mesmo dia, ele ajudou Caco a ingressar no Paraguai com sua mercadoria (e eram produtos roubados que Chico não costuma comercializar, porque não considera correto). Caco ofereceu em troca sua casa em Foz do Iguaçu para ele ficar enquanto o “caminho estivesse sujo”. O “caminho ficou limpo” e Caco retornou a Porto Alegre junto conosco, trazendo sacolas de Chico. Quando a polícia nos parou (cf. cap I), Caco manteve-se em silêncio, assumindo para si a muamba. Além disso, os dois sacoleiros passaram toda a viagem se comunicando por telefone com os colegas que estavam, presos no Paraguai, e com os que não conseguiam partir de Porto Alegre. É comum, também, comunicarem-se através de rádio. A informação a ser passada é onde está “sujo”, onde está “limpo”. A linguagem que opera entre eles é codificada, inventada por eles mesmos. Alguns exemplos:

Algumas expressões dos sacoleiros:

Colete Preto	Policial Federal
Pica-pau	Policial Estadual/Paraná.
Botina	Policial Estadual/RS
Trabalho formiga	Atravessar várias vezes a fronteira para passar com as mercadorias
Paletear	Levar mercadorias nas costas.
Caixinha	Reunir dinheiro entre vários sacoleiros para pagar a propina aos policiais. O valor da caixinha é (+/-) R\$1.500.
Mosquitinho	Referindo-se especificadamente ao inseto sanguessuga = posto da Polícia Federal, onde serão sugados pelo pagamento da propina.
Capital da Bombacha	Quando alguém está em Porto Alegre.
Capital da Mandioca	Quando alguém está no Paraguai.
Sujo	Presença da fiscalização
Limpo	Sem fiscalização

Chamou-me atenção o fato de os sacoleiros encontrarem-se de tempos em tempos (às vezes ficam mais de anos sem se cruzar nas estradas), mas quando estão juntos, o sistema de lealdade funciona bem, demonstrando o quão consolidado ele é.

Para finalizar, um exemplo ocorrido no Natal de 2003 (cf. narrado no cap. II). A fiscalização da Polícia Federal estava tão atuante que, pela primeira vez, os sacoleiros acreditaram que o “Paraguai ia acabar”, ou seja, a entrada de contrabando no país estaria com os dias contados. Chico, através de uma fala racionalizada frente à Carminha e Rui, disse

que ia ter que parar de viajar e vender verduras no mercado de rua do Centro. Diante do período de dificuldades, o discurso valorizava a família doméstica:

Se essa política continuar, nós vamos ter que fechar o negócio ou só vamos trabalhar com produto de São Paulo, ou vender fruta. Teremos que demitir nossos funcionários, porque em primeiro lugar está a sobrevivência da família da gente.

Contudo, Chico decidiu viajar, e, nessa excursão (em que estive junto), percebi que o discurso não se verificava na prática. Afinal, no período de crise, ‘a irmandade’ fortaleceu-se. Para Chico, o sentimento de pertencimento à rede de sacoleiros estreitou-se e sobrepôs ao pertencimento à sua família de aliança.

2.3 NEGOCIAÇÕES ENTRE REDES DE SOLIDARIEDADE E CONFIANÇA

Sob a ótica ocidental dos direitos trabalhistas e humanos, o ofício dos camelôs é, de fato, penoso, árduo e quase ‘desumano’. Trabalham cerca de 15 horas diárias, durante sete dias por semana e, ao contrário da maioria dos camelódromos estabelecidos em outras cidades brasileiras, as bancas são a céu aberto. Os trabalhadores ficam submetidos à chuva, ao sol e ao vento, além das variações térmicas de Porto Alegre que oscilam, conforme a época do ano, entre zero e quarenta graus. Outro problema é que a regulamentação exige que o dono não se afaste da banca, por isso os vendedores possuem dificuldades para poder excretar, descansar e se alimentar. Esses três atos, corriqueiros para muitos, para os camelôs são verdadeiros dramas cotidianos e envolvem permanentes negociações com as redes de relações de cada um. Neste tópico, procurarei relatar um pouco destas negociações, bem como os códigos presentes em algumas redes internas ao camelódromo.

As “microrredes” são criadas por inúmeros fatores. Trata-se de pequenos núcleos que, em geral, envolvem pessoas de uma mesma banca com seus vizinhos da frente, trás e lados. Mas, sobretudo, não basta ser vizinho, a afinidade e a confiança são os valores fundantes desses pequenos circuitos de trocas.

- **Carminha, Tito e Edgar**

À direita da banca de Carminha, encontra-se Edgar; à esquerda, Tito. Ambos são vizinhos há mais de dez anos. Como esses vendedores trabalham em bancas diferentes (situação contrária à rede de Amir), para conseguirem manter um bom relacionamento, necessitam vender produtos diferentes entre si: Carminha, brinquedos; Tito, acessórios do vestuário; Edgar, capa para telefones celulares. A diferença de estilos de mercadorias é fruto da lealdade existente entre eles, pois segundo Carminha, se vende a mesma coisa “é traição”.

Aqui ninguém é amigo de ninguém, se tu puder ‘comer’ o outro, tu come; baixa o preço, faz qualquer coisa para ganhar o cliente. O círculo de amizades é muito pouco. A convivência é difícil entre o pessoal da Praça XV. Tem muita concorrência em termos de dinheiro, mas não em termos de amizade. Mas, quando se relaciona com dinheiro, a negociação é grande, nosso círculo de amizade acaba terminando, porque o dinheiro chama mais. O povo pensa mais no dinheiro do que na amizade. (...) Aqui é cada um por si, muita competição. Quando sai uma mercadoria nova, tomo mundo quer ter. Mas nunca entre amigos, entre os vizinhos sempre procuramos vender uma coisa diferente. Se vende a mesma coisa, é traição (Carminha).

Tito acrescenta:

Daí tu muda. Traz coisas diferentes, digamos assim... Um vai para o Paraguai, outro para São Paulo...

Não vender o mesmo produto, entre esses vizinhos, significa manter a amizade. Já que o vizinho não é um concorrente, não há disputa de clientes. Trata-se de estratégias cotidianas que procuram unir a sobrevivência no comércio com os valores de solidariedade entre uma boa vizinhança.

Na totalidade do camelódromo, cada camelô sabe o que os demais vendem. Carminha lidera o setor de brinquedos, é o seu ramo de vendas e isso é um fato amplamente reconhecido entre eles. Se alguém passar a vender a mesma mercadoria, estará traindo-a, entrando num “campo onde já tem dono”. Conforme as palavras de Carminha: “*cutucando a onça com vara curta*”. Certa vez, uma camelô - chamada Lindalva - resolveu trabalhar com brinquedos. As duas trocavam ofensas à distância, aos gritos, com as mãos na cintura. Um dia, uma mulher foi trocar uma mercadoria na banca de Carminha e, então, ela disse: “*esse brinquedo não é meu, eu dou garantia. Esse papagaio não fala porque a senhora deve ter comprado da banca daquela mulher lá, que vende produtos ruins, sem garantia...*” Bastaram três meses para Lindalva mudar de ramo e Carminha triunfar na sua especialidade.

Assim, a competitividade – valor tão acirrado no camelódromo – não proporciona espaço para a amizade. Afinal, entre eles, é legítimo fazer qualquer coisa para realizar uma venda, inclusive, “passar por cima” de um outro camelô. Mais do que aceitável, isso é uma regra, uma regra na qual a individualidade de cada um é preservada e desejada. “Lei Obirici – cada um por si” é como meus informantes nomeiam este sistema de competição intracamelódromo (ver no cap. V as relações de trabalho capitalistas entre camelôs e sacoleiros).

Se a “Lei Obirci” opera no camelódromo como um todo, isso não ocorre no interior de suas ‘microrredes’. Ao contrário, nesse nível de relações, todos se ajudam cotidianamente. São pequenos favores prestados que necessitam ser devolvidos rapidamente num mesmo dia. Trata-se de um sistema de dádivas que atua num espaço de tempo muito curto. É uma lógica que clama pelo imediatismo de respostas (situação muito diferente, por exemplo, da ‘irmandade’, na qual o contradom é retribuído em longo prazo). Vejamos uma situação vivenciada por Carminha, em menos de 24 horas:

- Pede para Edgar: “me dá 40 real para eu dar uma saidinha...”. Ele: “me devolve amanhã, senão cobro 5 real de juro”.
- Sai para tomar café comigo: “Tito, cuida da minha banca um instantinho”. Ele cuida.
- Atende um cliente: “Tito, tem troco?” Ele, de mau-humor: “Não me enche o saco”. Ela sai para um canto e me leva junto, chora: “grosso, como Tito é grosso!”.
- Mais tarde: Tito precisa de ajuda de Carminha. Ela finge que não ouve. Ele fica sem ajuda e não tem como se afastar para comer e/ou ir no banheiro.
 - No outro dia os dois fazem as pazes. Ela: “Que eu posso fazer?...”

A situação relatada demonstra o quanto esta reciprocidade é fundamental para o trabalho na rua, pois quando falha, por mínimo que seja, os vendedores acabam prejudicados. A maior queixa dos camelôs, no que se refere às condições de trabalho, é em relação à dificuldade de conseguir se alimentar, ir ao banheiro e descansar. Para cada um desses atos, são necessárias inúmeras negociações com vizinhos e/ou parentes. O sistema de reciprocidade não pode falhar, pois gera conflitos imediatos, como no caso citado em que Tito não pode se afastar da banca.

Para Carminha ir ao banheiro, por exemplo, precisa que Tito ou Edgar cuide da sua banca. Para almoçar, igualmente. Ou seja, alimentar-se e excretar envolve, sobretudo, negociações entre vizinhos e confiança mútua. Conforme Mauss (2003) e Bastide (1983), o corpo possui três dimensões: a biológica, a psicológica e a sociológica/cultural. Mas é a vida social que impõe certos limites à fisiologia humana. Em relação aos camelôs, as necessidades fisiológicas, afora seus aspectos individuais e biológicos, envolvem a mobilização de um aparato de relações sociais.

Um camelô pode alimentar-se num bar da redondeza ou esperar que algum familiar leve comida para ele³⁸. Carminha costuma fazer os dois, conforme a situação. Na maioria das vezes, alguém leva uma marmita para a banca e ela come ali mesmo. Em outras situações, sai para lanche e deixa um vizinho cuidando da banca.

Os meus maiores amigos são os vizinhos da gente, que a gente precisa ir no banheiro, almoçar, daí a gente tem que ter o vizinho da esquerda, o vizinho da direita, né? Para ajudar a cuidar da banca da gente, senão a gente não tem como viver aqui, né? Aqui faz parte mais da vida da gente do que a

³⁸ Dona Dalva sempre sai para lanche. Seu Amir sempre almoça a marmita que algum filho leva para ele.

casa da gente. A gente fica aqui das sete hora da manhã às dez da noite.
(Carminha)

No inverno de 2004, Tito e Carminha brigaram durante meses. Lado a lado, eles se ignoravam. Eu estava com ela no camelódromo, enquanto esperava a marmita que Chico traria, já eram duas horas da tarde. Chico esqueceu de levar o almoço. Ao seu lado, só estava Tito. Edgar tinha saído e deixado um ajudante na banca. Neste dia, em que trabalhou do turno da manhã à noite, não conseguiu almoçar. Em pouco tempo, ela fez aliança com Susana – justamente a mulher que ela mais detestava no camelódromo. Agora elas são amigas e encontraram inúmeras afinidades. Tudo que Carminha falava de Susana agora repassa ao Tito.

Ir ao banheiro envolve a mesma negociação. Assim, excretar, igualmente - uma necessidade fisiológica – exige relações sociais de confiança. Além de alguém cuidando da banca, é preciso conhecer algum lojista que permita o uso do banheiro. Quem não se relaciona com algum comerciante de loja e não possui alguém para cuidar da banca, não se vai ao banheiro durante um dia inteiro³⁹. Logo, não poderia permanecer na profissão.

Percebe-se, portanto, que os atos ligados à alimentação e à excreção envolvem uma série de táticas⁴⁰ para os camelôs. O caráter biológico das necessidades corporais é permeado e esvaziado pela importância dos vínculos simbólicos de reciprocidade que as redes sociais conformam dia a dia na vida cotidiana de um vendedor.

Outro exemplo que demonstra a importância da ajuda mútua é a montagem da lona de proteção para os dias de chuva. Por muito tempo, o camelódromo tentou unir-se e colocar uma lona única que cobrisse todas as bancas. Evidentemente não funcionou, pois “a” brigava com “b”, “b” brigava com “c” e assim por diante. Reivindicações diversas apareceriam: daquele que “fugia” na hora de montar quando começava a chover, daquele que não participou da “vaquinha” da lona e queria ser protegido por ela, etc. Diante destas circunstâncias, o camelódromo não conseguia funcionar como uma coletividade coesa. Aos poucos, cada camelô começou a comprar o seu pedacinho de lona em sociedade com os vizinhos amigos. Ao invés de uma grande e única lona, várias e pequenas começaram a surgir e, assim, com a soma das partes, o sistema de proteção contra a chuva começou a funcionar no camelódromo.

Tito, Edgar e Carminha dividem uma lona de aproximadamente cinco metros quadrados. O pedaço consegue proteger bem as bancas dos três, fazendo com que não chova sobre as mercadorias. Os três camelôs dividem o valor da lona (em torno de mil reais) e

³⁹ Muitos vendedores, como Amir, possuem problemas na bexiga em virtude das dificuldades diárias de ir ao banheiro. Existem alguns banheiros públicos no Centro, mas eles são considerados distantes para os camelôs, que não podem se afastar por muito tempo.

⁴⁰ *Tática* entendida aqui como um cálculo racional do indivíduo em sua relação com o Outro. (De Certeau, 2002: 46).

sabem que entre eles não vai haver “calote” e a lona será montada com o trabalho de todos. Não há diferenças no que tange ao trabalho de Carminha, Tito e Edgar, o peso é igualmente partilhado entre homens e mulheres, da mesma forma, todos encaram a chuva no momento em que amarram os fios da lona nos postes da redondeza.

Por fim, todas as relações de parentesco, vizinhança e companheirismo de viagem – mostradas ao longo deste capítulo – dão sustentação ao trabalho dos sacoleiros e camelôs através de códigos e práticas de reciprocidade, lealdade e confiança que ocorrem no interior das redes. Diante de um trabalho informal (que não possui o respaldo das leis trabalhistas) e também ilegal (contrabando)⁴¹, estes valores se fortalecem a cada dia, fazendo com que os comerciantes consigam burlar as regras e enfrentar as dificuldades cotidianas.

3 “QUEREMOS TRABALHAR E O GOVERNO NÃO QUER DEIXAR...”: CONFLITOS E TENSÕES SOCIAIS

Queremos trabalhar e o governo não quer deixar (...) Chega de imposição. Abaixo a repreensão! Viva a nossa união! (Chamada para mobilização. Folheto distribuído na Ponte da Amizade em 17/11/2003).

Se no capítulo anterior discorri sobre redes sociais - tecidas por vínculos intensos e solidários entre indivíduos de uma mesma categoria profissional -, as redes que apresento no presente são de natureza bem diferente, pois procuram dar conta das relações sociais dos camelôs e sacoleiros com os demais grupos que fazem parte de seus campos mais amplos de atuação. Então, ao invés de relações perenes e consolidadas, temos, aqui, contatos frágeis, tensos, de (in)tolerância que, na maioria das vezes, desenrolam conflitos sociais.

Os camelôs e sacoleiros estão em permanente relação com outras categorias e grupos sociais: poder público, lojistas e empresários, meios de comunicação e sociedade civil. Conceber esses níveis de relacionamento é condição para entender as suas práticas comerciais. Afinal, quando nos referimos ao campo semântico citado no início do capítulo anterior (comércio de rua, pirataria, informalidade e contrabando), imediatamente o associamos aos conflitos nele imbricados.

Os episódios relatados aqui, embora tenham suas especificidades locais, são comuns a muitos centros comerciais urbanos, não só na América Latina, mas também no mundo. Afinal, o estabelecimento e a ampliação dos mercados de rua, bem como a crescente comercialização de contrabando em níveis transnacionais, ocorrem de forma muito semelhante em diversas metrópoles mundiais⁴².

De um lado, temos a fiscalização federal e municipal, a polícia federal, rodoviária, estadual, a guarda municipal, os lojistas e os empresários. De outro, os vendedores de rua regularizados, os irregulares e os sacoleiros. Num pólo, está o mundo das leis e da regra, a legalidade e a formalidade. Noutra, enfrentando-o, o universo do jeitinho, da informalidade e ilegalidade. Porém, um dos meus objetivos neste trabalho é mostrar que, embora essa divisão seja real e operacional, ela não é tão rígida assim, pois no âmbito das trocas cotidianas, face a face, os dois extremos (formalidade X informalidade, legalidade X ilegalidade) interpenetram-se e complementam-se.

Assim, é possível dizer que os conflitos (a oposição) que ocorrem entre os dois pólos são de caráter institucional e não pessoal. Ou seja, os camelôs, quando entram em choque com os fiscais municipais, são englobados por uma identidade de grupo (do camelô regularizado da Praça XV); da mesma forma, os agentes da fiscalização encarnam a instituição que representam: a SMIC. Isso ocorre igualmente quando camelôs regularizados disputam com irregulares e quando sacoleiros enfrentam a Polícia Federal. Contudo, no nível das relações interpessoais, camelôs e fiscais da SMIC são parceiros de boemia, regulares e irregulares são cordiais e se ajudam uns aos outros, sacoleiros relacionam-se bem com policiais federais...

No capítulo anterior, pudemos entender um pouco de como se dá a continuidade do ofício dos comerciantes estudados. Porém, só isso não basta, pois os camelôs e sacoleiros necessitam negociar e interagir com outros indivíduos, pertencentes a outros grupos, para conseguirem, por exemplo, ficar na rua de Porto Alegre ou atravessar a fronteira do Brasil com o Paraguai. Ou seja, manter relação com o Estado, com lojistas, também é condição fundante para que possam desenvolver suas atividades comerciais. Afinal, se existe a regra, existe também a possibilidade de burlá-la, através do “jeitinho”, das relações pessoais.

⁴¹ No capítulo V, discuto os conceitos de informalidade e ilegalidade.

Contudo, nem sempre é possível manter um bom relacionamento, pois onde há negociações - marcadas por distintos interesses e desequilíbrio de poder entre as partes - nasce o confronto. Quando a solidariedade falha e a diferença se sobressai, o conflito aparece (VELHO, 1996).

Por fim, este capítulo procura dar conta do conflito em múltiplos níveis, dos tempos remotos até os dias de hoje, do âmbito local ao global. Com isso, pretendo descortinar certas lógicas que vêm se perpetuando ao longo dos séculos e assim pensar o que há de novo e o que não mudou tanto assim...

3.1 DIACRONIA DOS CONFLITOS: LÓGICA OPERANTE

Segundo Zaluar, os fenômenos sociais não podem ser compreendidos apenas através de relações lineares de causa e efeito:

Antes, busca-se, num conjunto de fatores que desencadeiam um conjunto de dispositivos com uma cadeia de efeitos que se cruzam entre si, uma interpretação mais adequada, mais convincente, mais próxima das realidades extradiscursivas ou dos seus referentes. A metáfora do fio da meada deve ser substituída pelos padrões de uma complicada e variada tessitura que, como o tapete de Penélope, nunca termina. São os entrecruzamentos dos fluxos que precisamos flagrar (1996: 54).

Para a autora, a violência no Brasil, portanto, não pode ser explicada apenas como conseqüência de um passado colonial, de uma sociedade tradicional-hierárquica e escravagista; tampouco através da pobreza por si só. Ou seja, é esse conjunto de fatores - aliados a uma mundialização de imagens da violência e de um capitalismo acirrado - que desencadeia e converge para a conjuntura atual dos conflitos urbanos.

Pretendo, assim, interpretar os conflitos do universo estudado através do modelo analítico proposto por Zaluar. Ou melhor, não compreendê-los apenas através de seu passado, nem somente através de seu presente. Mercado de rua sempre houve na Praça XV e seus conflitos existem desde longa data, muito semelhantes aos de hoje em dia. Entretanto, não creio que eles sejam uma mera extensão daquelas antigas formas de comércio. Para compreender o conflito, não basta dizer que eles sempre existiram, é preciso ver o que a nossa sociedade oferece de novo, de mudança e, nesse sentido, não podemos fechar os olhos

⁴² O trabalho de Cross (1998) é um exemplo de uma organização de mercado de rua na Cidade do

para fenômenos recentes como a indústria de pirataria, o aumento do contrabando, a sociedade de consumo capitalista e, principalmente, os altos índices de desemprego no país. Portanto, são todos esses fatores unidos – sincrônicos e diacrônicos - que explicam e que tecem os conflitos.

O camelódromo da Praça XV é, ao mesmo tempo, um mercado de rua local e um mercado transnacional (pois comercializa, basicamente, produtos de fabricação chinesa, trazidos do Paraguai). Assim, há dois conflitos intrínsecos a esse mercado, respectivamente: um diz respeito aos usos e à ocupação do espaço público urbano; o outro está relacionado à regulamentação das fronteiras nacionais, que controlam a entrada de bens no país.

Começamos, então, aos conflitos oriundos do primeiro caso: dos usos do espaço público. Para desenvolver meu argumento, faz-se necessário citar alguns acontecimentos históricos para, posteriormente, compará-los com os eventos atuais.

O Centro da cidade, mais especificadamente a Praça XV e seus arredores, sempre foram caracterizados pela presença de um grande contingente de vendedores de rua. Porto Alegre emergiu e cresceu graças ao comércio que começou a se instalar a partir do século XVIII, principalmente no Largo da Quitanda (atual Praça da Alfândega). No final desse século, esse logradouro já se caracterizava pela forte presença de escambo e vendas de peixe, fazendo expandir o comércio da cidade. Em 1820, foi construído o prédio dos serviços alfandegários e, por isso, houve uma pressão dos grandes negociantes⁴³ locais para retirar da praça as bancas do pequeno comércio, o intuito era melhorar a ambiência e evitar o mau cheiro no entorno. Os governantes decidiram que os vendedores de rua seriam transferidos para a Praça Paraíso (atual Praça XV de Novembro), local este que, desde 1815, já estava predestinado pelo poder público municipal, para receber a Praça do Peixe:

Ponderando que por se achar encarregado da obra da nova Alfândega, precisava se fizesse retirar daquele lugar as quitadeiras e mais mercados, lembrando poderem passar para a Praça do Paraíso, destinada ao Mercado do Peixe⁴⁴.

Desse modo, a Praça Paraíso⁴⁵ consolidou-se sem qualquer urbanização, recebendo quitandeiros, negociantes e moradores, e passou a ser o principal local de comércio de rua da cidade de Porto Alegre. Portanto, a tradição de negociantes e vendedores de rua – bancas irregulares de peixes, frutas, miudezas, etc – nas redondezas da hoje Praça XV de Novembro

México.

⁴³ Eram 57 ao todo. Entre os quais se destacam: casas de negócios, plantações de trigo, pequenos moinhos, criação de gado, sociedade em iates para navegar na Lagoa dos Patos. (História Ilustrada de Porto Alegre, 1997: 47).

⁴⁴ Ofício do Coronel Engenheiro, encarregado do Plano da Vila, João Batista Alves Porto. Em 08/11/1820. (FRANCO, 1998:336)

é tão antiga quanto a própria praça, ou melhor, este tipo de atividade foi fundamental para a sua consolidação na cidade. Nascia ali um verdadeiro *locus* comercial que se perpetua até hoje com o trabalho dos camelôs, ambulantes e fruteiros. Entretanto, inúmeros planejamentos de retirada desses vendedores sucederam-se ao longo da história, desde o século XIX até os dias de hoje.

A Praça Paraíso sempre foi “sonhada” pelos poderes públicos como um logradouro que significasse o progresso e a modernidade (BORBA, 1993). Para tanto, intervenções públicas aspiravam a ordenar o local, controlando as casas de prostituição, organizando o comércio e retirando o lixo. Assim, com o intuito de eliminar essa ambiência que parecia caótica, em 1844 foi construído o primeiro mercado da cidade na Praça Paraíso.⁴⁶ Contudo, essa obra foi insuficiente e acabou sendo demolida em 1870, quando foi entregue à população um novo Mercado em 1869, de maiores proporções, construído também na Praça Paraíso, porém no alinhamento da Rua Voluntários da Pátria. Quando ele foi inaugurado, tinha o objetivo de oferecer a Porto Alegre uma obra monumental como as das grandes cidades e de acomodar melhor os comerciantes locais. Finalmente, em 1913, foi adicionado mais um andar ao Mercado, consolidando a forma que permanece até hoje (FRANCO, 1998).

De 1890 a 1924, houve a consolidação da ordem burguesa na cidade com a renovação urbana e tecnológica que fizeram Porto Alegre viver “o sonho das cidades civilizadas européias⁴⁷”. Nesse período de política higienista, os pobres são varridos do Centro, numa tentativa de impedir as sociabilidades populares, a promiscuidade e a prostituição (PESAVENTO, 1991). A modernização dos espaços urbanos em Porto Alegre a partir de 1920 instaurou, assim, uma série de práticas moralizadoras, que começaram a se impor diante das sociabilidades públicas:

Eram campanhas que visavam integrar as classes populares ao universo dos valores burgueses, através da disseminação de novo imaginário de sociedade e de sociabilidades públicas, bem como, legitimar o desenvolvimento de mecanismos de controle deste novo contingente populacional que se dirige às grandes cidades brasileiras na década de 1920 (MONTEIRO, 1992:273).

Entre as décadas de 1930 a 1950, o cenário urbano de Porto Alegre começou a mudar radicalmente: os arranha-céus verticalizam a paisagem citadina, iniciou-se a abertura de

⁴⁵ De acordo com os registros municipais da época, antes de receber os quitandeiros do Largo da Quitanda, ou melhor, por volta da primeira década de século XIX, havia no local uma famosa casa de prostituição que se chamava “Casa Paraíso”, que originou o popular nome “Praça Paraíso”.

⁴⁶ Esta obra ocorreu devido ao espanto do presidente da província, Saturnino de Souza e Oliveira, de que Porto Alegre ainda não tinha um mercado estabelecido, “este fundamental instrumento da vida comunitária”. Fala do Presidente da Província relatada pelo cronista Felicíssimo de Azevedo. (FRANCO, 1998: 337).

⁴⁷ Entre as realizações mais marcantes, temos a extinção de becos (do Mijo, Pecados Mortais, do Leite, etc.) e abertura de ruas que passavam a receber nomes de personalidades notáveis.

grandes avenidas, que eram verdadeiras “cirurgias urbanas” (PESANVETO,1991). A partir dessa época, no Centro de Porto Alegre, as elites viveram o sonho da cidade moderna e civilizada. O Centro, principalmente a Rua da Praia, é o palco do glamour com seus cafés, cinemas e confeitarias. Entretanto, é nesse período que começa a inversão da proporção entre as populações rural e urbana. O número de habitantes das cidades multiplicou-se com a explosão demográfica e com a acelerada migração do campo para as grandes metrópoles. Os que migram buscavam trabalho e melhores condições de vida. Os recém-chegados, aliados à numerosa população de origem africana pós-abolição, iriam formar o grande contingente de pobres e população de baixa renda. Essa população irá configurar o cenário urbano das grandes cidades brasileiras em busca de trabalho e de moradia⁴⁸(VELHO, 2000).

Uma reportagem da Revista do Globo⁴⁹ da década de 1940 tinha como manchete:

Onde começa e termina o mundo: é difícil ganhar a vida no submundo dos cafés, praças e ruas [do Centro].

(REVISTA DO GLOBO, 1944)



Camelô do Centro nos anos 50

Na década de 50, outra matéria da mesma revista, cujo título “Comércio ambulante: Pitoresco e Abusivo”, trazia o seguinte anunciado:

Em Porto Alegre, ele [comércio ambulante] começou em áreas restritas, principalmente das proximidades dos abrigos de bondes, de mercados públicos e outros locais de acesso obrigatório. De alguns anos para cá, esta forma de comércio cresceu de maneira impressionante, não escolhendo mais ruas próprias, nem ramos de venda. A inovação conseguiu mudar mesmo até a paisagem urbana. (...) O que não se pode aceitar é que ele exista de forma desorganizada, tomando por completo as calçadas, com gritarias estridentes, formando um supermercado em vias públicas.

(REVISTA DO GLOBO, 1958)

Podemos perceber um tom diferenciado no tratamento que a imprensa dispensou às atividades exercidas nas ruas centrais da cidade de Porto Alegre, por meio de expressões do tipo “abusivo, pitoresco, submundo, onde termina o mundo, etc.” Essa linguagem aponta que o trabalho de rua era considerado algo fora de lugar, principalmente no que diz respeito à cidade que cresce e se moderniza. Além disso, percebemos, na reportagem de 1958, que há um espanto em relação a esse contingente que surge e muda a paisagem urbana. Seus hábitos, principalmente a respeito da fala “estridente” e da onipresença nas ruas e calçadas,

⁴⁸ O processo de industrialização que culminou na década de 1950, foi uma das causas destas conseqüências apontadas por Velho.

⁴⁹ No período das citações, a Revista do Globo era a principal revista do Rio Grande do Sul.

incomodam àqueles que começam a encarar o ideal de cidade onde as relações sociais são pautadas pela impessoalidade, individualismo e pelo repúdio das relações face a face. (VELHO, 2000).

A partir desses dados, é possível compreender que a presença de vendedores de rua no Centro nunca foi estável. Onde eles surgiram, o poder público procurou ordená-los, controlá-los. Da mesma forma, também não é novo o fato dos comerciantes estabelecidos exercerem pressão sobre a Prefeitura, com o intuito de eliminar o comércio irregular. Porém, a Praça XV, devido a sua localização favorecida (ontem, perto do Porto; hoje, perto dos terminais de ônibus e Mercado Público) acaba sempre atraindo ambulantes. Por uma questão lógica, quando se regulariza um contingente de vendedores e o retira da rua, um outro aparece no seu lugar.

Isso significa que se hoje temos lojistas pedindo que retirem os camelôs, se temos fiscalização municipal agindo sobre eles, projetos para enquadrá-los e reportagens anunciando “o caos” que eles causam no Centro - não foi diferente dos ocorridos nos séculos XVIII, XIX e o no início do XX. Ou seja, há uma lógica que se perpetua: por um lado, o desejo de “um coração da cidade” modernizado, “limpo”, “organizado” e sem aglomerações (e os meios de comunicação como porta-vozes deste anseio). Uma pressão dos comerciantes estabelecidos – com seu claro e evidente poder de barganha - sobre o poder público. Por outro, um enorme contingente de comerciantes populares que, ironicamente, insiste em não sair do Centro.

A lógica, enfim, não muda. Como uma espécie de estrutura imutável (*a la* Marshal Sahlins, 1990) que se reatualiza nos eventos ao longo de um processo histórico. Porém, tais eventos são singulares e para compreendê-los, hoje em dia, temos que incorporar novas variáveis na análise. Vejamos algumas especificidades, do global ao local, a partir dos anos 80 que culminam no quadro atual, que será analisado no item seguinte, resumidamente:

- Nas últimas duas décadas, a China surge como potência industrial, produzindo e exportando em abundância, em escala transatlântica, produtos do tipo “bugiganga” a preço muito baixo (ver NGAI, 2003).
- Desde então, o Paraguai – com sua economia fraca – recebe, na cidade fronteiriça de Ciudad del Este, um grande contingente de imigrantes chineses e árabes que instauraram, ano a ano, o maior centro comercial da América Latina. (RIBEIRO, 2003 e RABOSI, 2004).
- Em 1975, a Ponte da Amizade é inaugurada, favorecendo as trocas comerciais entre Brasil e Paraguai. Os sacoleiros brasileiros começam a viajar para o Paraguai.
- No Brasil, o desemprego cresce em grandes proporções. A partir dos anos 90, o emprego formal de carteira assinada tem uma queda gradual, chegando, no ano de 2000, a atingir apenas 49% da população brasileira (MALAGUTTI, 2001).

- Como em todas as metrópoles brasileiras, o Centro da cidade cede seu glamour aos shoppings centers. Os principais lojistas abandonam, pouco a pouco, o bairro, assim como o público consumidor de camadas médias.
- Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a classe média deixou de ter o Centro como local de sociabilidade, ela é umas das grandes responsáveis pela permanência do comércio de rua, no momento em que se constitui uma importante parcela do público consumidor.

3.2 QUESTÕES ATUAIS: COTIDIANO TENSO DO CENTRO



Rybczynski (1994) mostra como os shoppings centers se tornaram espaços preferenciais de consumo e sociabilidade na cultura urbana, no momento em que proporcionam uma série de benefícios aos consumidores, tais como segurança e praticidade. Segundo Frúgoli (1990), no Brasil, os shoppings começaram a aparecer nos anos 60 e vêm crescendo cada vez mais, abrangendo todas as camadas sociais, tomando o lugar que os centros comerciais de rua ocupavam.

Em Porto Alegre, a “moda” dos shoppings começou nos anos 80 e se popularizou nos 90. As principais lojas migraram para esses estabelecimentos. Aos poucos, o Centro deixou de ser um local interessante para sociabilidade e consumo das camadas médias. Hoje em dia, as lojas desse bairro são, basicamente, populares. Paralelo a isso, o desemprego dos últimos anos e as facilidades da entrada do contrabando no país fizeram com que milhares de pessoas, por conta própria, fossem em busca de trabalho nas ruas e instalassem uma banca qualquer.

Porém, entre as décadas de 80 e 90, não faltaram projetos para “resgatar” o bairro. Eram planos de renovação (ou “re-valorização, re-ordenamento, re-humanização”) que aconteceram nos governos João Antônio Dibb, Alceu Collares e Olívio Dutra. (BORBA, 1993: 19 e 21). Todos esse projetos tiveram um alvo certo: os camelôs. Acusa-se essa categoria social pela degradação do Centro. Acusa-se essa categoria por retirar o público consumidor das lojas. Minha percepção, contudo, é adversa: a situação do Centro não foi causada pelos camelôs, mas os camelôs são frutos da situação. Ou seja, é justamente porque o bairro deixa de ser um local de agrado das elites que se abrem margens para esse contingente chegar às ruas com tantas facilidades.

Desde 1998, os lojistas – através do SINDILOJAS – têm realizado inúmeros projetos, em conjunto com Prefeitura Municipal, com aquele velho intuito: reorganizar o Centro. Foi criado um pacto de mútua ajuda entre as partes, intitulado “Projeto de Revitalização do

Centro da Cidade”. Cabe aos lojistas financiar as obras dos logradouros; ao poder público, fiscalizar e conter o comércio ambulante.

Os proprietários dos estabelecimentos comerciais auxiliam na captação de recursos para revitalizar o Centro. Em troca do apoio, fizeram uma única exigência: a erradicação do comércio irregular da área central. (CORREIO DO POVO, 05/11/2000).

O SINDILOJAS alega que os camelôs favorecem o enfraquecimento do comércio estabelecido, pois vendem produtos a preço muito baixo e, portanto, diminui o emprego formal. Também produzem campanhas contra a pirataria, alertando os danos que os produtos falsificados podem causar nos consumidores. Os camelôs defendem-se, dizendo que estão fazendo “bem” à população, no momento em que vendem “as mesmas mercadorias” pela metade do preço das lojas. E ainda dizem mais: *crime é vender um CD a trinta reais, quando se pode comprar aqui “o mesmo” a quatro* (palavras do camelô Tito). Percebemos, através disso, que a disputa entre os grupos não é apenas por espaço público, mas também por espaço num público consumidor.

Nos últimos anos, segundo minha percepção, tais campanhas e projetos só fizeram aumentar a fiscalização no Centro, mas em nada adiantaram no que concerne ao número de pessoas que trabalham nas ruas. Ou seja, a cada dia se vê mais ambulantes no bairro, um fenômeno incontrollável, comum a todas metrópoles brasileiras. Assim, a Prefeitura Municipal, em face às pressões exercidas pelos Lojistas, aciona a fiscalização: um método de controle que ataca, evidentemente, nas conseqüências dos problemas. Daí entramos nos conflitos explícitos propriamente ditos, ou seja, quando o confronto se torna violência física e violência simbólica. Presenciei inúmeros (e chocantes) episódios de embate entre vendedores de rua (regulares e irregulares) e agentes fiscais da SMIC.

As batidas possuem um duplo sentido: por um lado, desejam conter o número de vendedores irregulares que, dia-a-dia, chegam às ruas; por outro, controlam a atuação dos regularizados, observando a procedência de suas mercadorias. Evidentemente, o grupo mais atingido pela fiscalização é o dos vendedores irregulares que - não possuindo a mínima condição de legalidade, como os camelôs do camelódromo - ou reagem e agridem os fiscais, ou saem correndo, assumindo o papel de “fora da lei”. Os meus informantes, entretanto, ao verem seus vizinhos fugindo, ficam onde estão, usufruindo o status de legalidade que possuem naquele momento (afinal, é uma das poucas situações que detêm essa condição).

Cotidianamente, os fiscais da SMIC realizam tais operações. Elas intensificam conforme a pressão dos Lojistas e dos meios de comunicação. Geralmente produzem desfechos de violência em momentos efervescentes (épocas festivas, nas quais o número de ambulantes aumenta expressivamente) e tendem a ser minimizadas em período eleitoral.

Em relação aos vendedores do camelódromo, os fiscais controlam as mercadorias vendidas, pois para ser regularizado, não pode vender, por exemplo, CDs, cigarros e certos aparelhos de informática. Também atuam sobre os limites físicos da banca, ou seja, se há produtos que extrapolam centímetros do espaço regularizado, os fiscais recolhem-na. Isso é um fato extremamente comum no camelódromo. Meus informantes reagem a estas ações, com a seguinte expressão ofensiva: “filhos da mãe!” Sempre que ia a campo, algum vendedor dizia-me isso, referindo-se a um fiscal que tomou parte das mercadorias. Eles acusam o poder público através de um discurso uniformizado: *só queremos trabalhar e eles nos incomodam... Por que não vão cuidar daqueles que estão roubando? Não de quem trabalha honesto*⁵⁰.

Já em relação aos vendedores de rua irregulares (que atuam fora do camelódromo, nas suas redondezas) as operações da fiscalização acabam em desfechos mais violentos, pois sobre estes - que trabalham ilegalmente no espaço público - só há uma atitude a tomar: os expulsar do perímetro central. Daí nasce uma série de trocas verbais ofensivas, como por exemplo:

- *Fiscal, corno, filho da mãe! (ambulante)*
- *Sai daqui, vagabundo! (fiscal)*

Em geral, numa batida, os vendedores irregulares saem correndo, ao invés de esperá-la com agressões. Quando escutam o grito que anuncia a “chuva”, sabem que um fiscal se aproxima e, rapidamente, desmontam suas bancas e correm, e correm muito⁵¹. Porém, às vezes, cansados de fugir, resolvem enfrentar, esperando os fiscais com bombas caseiras, pedras e até armas de fogo. Os agentes da fiscalização, por sua vez, acionam a Polícia Estadual, que reagem com cacetetes e bombas de “efeito moral”. Emergem, no Centro, surtos de violência - um fugaz cenário de guerra. Nesse embate, muitos vendedores e fiscais foram agredidos fisicamente, havendo dois casos de morte entre os últimos.

Dentre todos esses grupos, todos elegem a honestidade como valor de suas práticas de trabalho. Lojistas dizem estar “dentro da lei”, camelôs alegam “estar regularizados”, irregulares salientam que “estão tentando trabalhar e não estão roubando” e os fiscais: “só estou fazendo meu trabalho”. E assim segue um “empurra-empurra” de agressões, tornando o situação um dilema de vários culpados e várias vítimas.

Diante de todo esse conflito, há outra personagem de fundamental importância: os meios de comunicação que anunciam diariamente a situação da região central. O tom das publicações jornalísticas é sempre catastrófico, alarmando um Centro degradado, violento,

⁵⁰ O que pude perceber em campo é que tais ações, de fato, provocam um prejuízo imenso no orçamento dos camelôs. Afinal, cada vez mais encontram dificuldades para trazer mercadorias do Paraguai e as poucas que conseguem trazer, muitas vezes, são apreendidas pelos fiscais.

⁵¹ “Olha a chuva” significa a chegada da fiscalização.

ocupado por grupos marginais e perigosos. A título de ilustração, vejamos algumas manchetes dos principais jornais gaúchos:

Manchete	Jornal	Data
“Mais policiais contra camelôs”	Correio do Povo	15/06/00
“Tensão e violência entre camelôs”	Correio do Povo	14/12/00
“Mais PMs na fiscalização dos camelôs”	Zero Hora	10/05/00
“Como age a máfia dos camelôs de celulares roubados”	Diário Gaúcho	10/06/00
“Protesto de camelôs tumultua centro da capital”	Correio do Povo	14/12/00
“Camelôs, fiscais da SMIC e BM vivem dia de tensão”.	Correio do Povo	09/09/00
“A degradação do Centro”	Correio do Povo	12/02/01
“Os problemas da cidade- Editorial”	Correio do Povo	28/02/01
“Novo tumulto envolve camelôs no Centro”	Correio do Povo	12/05/01
“SMIC apreende produtos de camelôs”	Correio do Povo	14/05/01
“Guarda Municipal fiscaliza camelô”	Correio do Povo	16/01/02
“Avança projeto de instalar câmara no Centro”	Correio do Povo	21/05/02
“Reunião de camelôs tumultua SMIC”	Correio do Povo	10/04/02
“Confronto com camelôs fere cinco fiscais e 1 PM”	Correio do Povo	25/06/03
“Guardas e camelôs estão brigando”	Correio do Povo	16/07/03
“Confronto generalizado no Mercado”	Correio do Povo	11/09/03
“Área central é palco de novos confrontos”	Correio do Povo	27/02/04

A partir da comparação dessas matérias com as produzidas ao longo do século XX (cf. exemplo da pág. 60), sobre a ocupação do Centro da cidade, percebe-se muitas semelhanças no que tange ao discurso produzido. Logo, o discurso - de “organizar”, “ordenar” e tornar os espaços impessoais – não é novo. Abaixo um editorial do Correio do Povo:

A Degradação do Centro

Moradores do antigo Centro de Porto Alegre estão clamando por maior atenção das autoridades municipais e estaduais, face à degradação que a região está sofrendo. É tamanha a desordem na ocupação dos espaços destinados ao comércio de camelôs que já não se consegue transitar pelas calçadas das principais ruas do Centro. A falta de segurança, que durante o dia já é um problema, à noite é uma calamidade. Hordas de bandidos tomam conta da área, obrigando os moradores a se refugiarem em suas casas e apartamentos, temendo pela sorte dos filhos que, por algum motivo, ainda estejam na rua. Alguns pontos do Centro, como a avenida Salgado Filho, transformada em terminal de grande quantidade de linhas de ônibus, é um paraíso para batedores de carteira e assaltantes que nela fazem ponto permanente para sua atividade criminosa, sem serem molestados pela Polícia. As entradas dos edifícios são utilizadas como mictórios, exalando um mau cheiro insuportável.

E poderíamos seguir descrevendo os aspectos negativos do Centro de Porto Alegre, capital que se jacta de ser, entre as demais do país, a que oferece a melhor condição de vida para seus habitantes. Os moradores do Centro há muito tempo deixaram de desfrutar da alegada condição de melhor condição de vida. Pertence ao passado a época em que as mães podiam levar seus filhos

para brincar na Praça da Alfândega, hoje ocupada por marginais. A grande verdade é que a recuperação do Centro de Porto Alegre, pela qual tanto se bate a população em geral e pela qual lutam diversas entidades de classes, somente poderá ser alcançada se o Estado e a prefeitura se dispuserem a enfrentar com decisão o problema. Ao Estado cumpre o dever de assegurar policiamento capaz de impedir a ação dos bandidos. A prefeitura cumpre a grande tarefa, que até agora não conseguiu realizar, apesar de inúmeras tentativas, de retirar definitivamente o comércio caótico dos camelôs, como também de encontrar soluções para aliviar o ingresso do transporte coletivo que congestionava a área central da cidade, com inconvenientes de toda ordem. Quem paga imposto, tanto para o Estado como para o município, merece melhor tratamento de parte dos poderes públicos. (CORREIO DO POVO, 12/02/2001).

Percebemos, no discurso deste jornal - um dos mais importantes de Porto Alegre - um grande espanto em relação às condições do Centro e, ao mesmo tempo, um apelo de medidas urgentes às autoridades locais. Os vendedores de rua aparecem como um grupo central na produção da “desordem”. Interessante é perceber o quanto certos atributos se repetem, como, por exemplo, o “mau-cheiro” (a Praça XV foi urbanizada porque os negociantes locais reclamavam do odor que os ambulantes causavam no século XIX). No editorial do jornal, a desorganização do Centro aparece como um fato novo. “É tamanha a desordem na ocupação dos espaços destinados ao comércio de camelôs que **já** não se consegue transitar pelas calçadas das principais ruas do Centro”. Comparemos, uma vez mais, com a reportagem de 1958, da Revista do Globo: “O que não se pode aceitar é que ele exista de forma desorganizada, tomando por completo as calçadas, com gritarias estridentes, formando um supermercado em vias públicas”.

As publicações jornalísticas são alarmistas e depreciam camelôs nas entrelinhas⁵². Afinal, junto com eles, aparecem sempre palavras como insegurança, violência e sujeira, estruturando o quadro atual do Centro⁵³.

Além disso, as matérias não diferenciam vendedor de rua regularizado e irregular. Fala-se em “camelôs” para abarcar todos os tipos. Isso é um fato crucial para os meus informantes. Todas as vezes que os instiguei a falar sobre os conflitos do Centro, atribuíram a si próprios aquilo que é “certo” e ao Outro - mais frágil e próximo (os vendedores irregulares) - toda a violência e a desorganização do Centro, num processo de negociação de identidade social, tomando a “honestidade” e a “dignidade” como valores fundantes de suas práticas de trabalho. Exemplificando, segue uma seqüência de depoimentos – retirados de entrevistas diversas - de meus informantes sobre os irregulares (o “caixinha”):

⁵² Em Agosto de 2004, um jornal televisivo da RBSTV de Porto Alegre, exibiu uma série de reportagens, intituladas “O Centro do Crime”. As matérias denunciavam a pirataria – através de câmeras escondidas - alertando a população para uma prática criminosa. Apareceram vários camelôs que trabalham no Centro, muitos deles foram presos em virtude do noticiário.

⁵³ Para Zaluar (1998), que analisou a violência noticiada na mídia, os discursos veiculados nos meios de comunicação de massa são difusos, reduzindo os problemas a uma visão preconceituosa de toda uma camada social desfavorecida.

A maioria dos camelôs tem banca no Centro há mais de 30 anos. Os mais novos há 15, pois é muito difícil perder o ponto se a pessoa trabalha direito. Estas bancas não fazem pressão ao comércio, o problema são os "caixinhas".

(Evaristo Mattos, diretor do Sindicato dos Ambulantes, em entrevista para o Terra Online, 2002)

Tem gente que briga, faz um inferno, aí estes caixinhas confundem, faz muita confusão. Os caixinha tumultuam muito a nossa vida. Esses caixinha que entrou aí, foi a pior coisa que poderia ter acontecido para nós, esses clandestinos, isso nos machucou muito, a maioria aí é ... são pessoas muito desclassificadas, a maioria aí é... não sei se dá para falar. Muita gente ruim, é exatamente onde tem muita coisa ruim, gente ruim mesmo. A maioria é cadeeiro. A maioria é quem não tem onde trabalhar e não tem o que fazer e vem aqui para vender.

Agora... tem gente aqui que faz um inferno. Esses caixinha confundem, tumultuam a nossa vida.

Tem muita violência, isso é uma das coisas ruim da vida daqui, a gente vê muita coisa ruim. Muita coisa eu não vale a pena, é roubo, pivete, roubo, para eles não roubarem a gente, a gente não pode fazer nada, porque se a gente falar alguma coisa pode levar uma facada, né? A gente não pode fazer nada. O contrabando a gente sabe que existe, tem muita coisa, isso é ruim para a gente, porque está perto da gente, para nós que somos honestos é ruim para nossa imagem, porque quando falar nos camelôs vão falar no nome de todo. Eu, graças a Deus, sou uma pessoa muito honesta, do bem, sempre trabalhei com honestidade, gosto das coisas certas, nem trabalho mais com Paraguai para não me envolver, sempre trabalhei com nacional

(Seu Amir)

Nós temos, como é que eu vou dizer para ti? A gente é cadastrado na Prefeitura, nós temos carteirinha na Prefeitura, nós temos tudo certinho pelo nosso sindicato também. Os que ficam aqui em volta? Eu acho que eles deviam ter um lugar, mas não aqui perto da gente, que botassem eles em outro lugar porque eles atrapalham a venda nossa aqui, porque eles vendem as coisas ali, porque não é coisa boa e vende coisa pior que a nossa e a pessoa quando compra, vai fazer queixa pensa que é a gente, em vez de ser eles, pensam que é a gente que temos uma banca de verdade. Os jornais colocam "os camelô" e não é assim que eles deviam dizer. Eles deviam definir o que é certo e errado. O que é certo e errado? Nós temos carteira, eles não têm nada. Eles chegam ali e botaram na marra e tão até hoje. A gente trabalha com coisas muito melhores do que eles trabalham com coisas de 3ª classe, por exemplo, a máquina de cortar cabelo, tem máquina boa e eles trabalham com a pior que tem, eu trabalho com a melhor.

Aqui no camelódromo é muito seguro não tem assalto, mas ali ó, ali é muito perigoso. Com a gente não acontece nada, nós contratamos até guarda aqui para nós. (...) A violência e assaltos só acontece com os caixinhas.

Eles [jornais] não diferenciam os camelôs dos caixinha, eles colocam 'os camelôs'. Eles deveriam colocar nas manchetes: quem fez o roubo é esses que trabalham na rua com caixinha, não os com banca.

(Dona Dalva)

Percebe-se que esses sujeitos se constroem enquanto bons camelôs, a partir da desqualificação do vendedor irregular. Nesse momento, eles estão reproduzindo o mesmo discurso - ao inverso - que as lojas estabelecidas produzem sobre camelôs em geral. Por

exemplo, que os camelôs trabalham com mercadorias falsificadas, que não pagam impostos, que são marginais e desorganizam o espaço público, etc.

Assim, esses indivíduos jogam com seus papéis, responsabilizando os irregulares por toda a suposta sujeira e insegurança do Centro. A construção da auto-imagem do grupo estabelecido de camelôs se dá a partir de uma fala que deprecia o “seu Outro”. Nesse processo de negociação de identidade social, eles retiram de si os atributos negativos noticiados nos jornais, alegando uma superioridade obtida através de um critério de antigüidade de ocupação da rua. O interessante é que - assim como os estabelecidos e os outsiders de Winston Parva, analisados por Elias e Scotson (2000) - aparentemente não percebemos nenhuma diferença entre os dois grupos: tudo é construído a partir da fala, num processo de correlação e desequilíbrio de poder.

Enquanto eu pensava que meus informantes reagiriam ao discurso de depreciação do Centro, acontecia justamente o contrário: eles o apoiavam, dizendo que os “caixinhas” estragam o bairro, sujam e que é preciso retirá-los de lá. Assim, ao mesmo tempo em que camelôs em geral são uma ameaça aos lojistas, camelôs irregulares são uma ameaça aos regularizados. Certa vez, Carminha apontou-me um vendedor de CD que trabalha irregularmente em frente a sua banca e dizia: “*Olha a baderna que eles fazem. Cadê a fiscalização?*”.

Sempre questioneei o procedimento ético das reportagens televisivas locais que, portando câmera escondida, denunciam a venda de pirataria no interior do camelódromo. Numa certa manhã de 2004, Carminha veio falar comigo e perguntar se eu tinha uma dessas micro-filmadoras. Respondi que o uso desse instrumento não interessava para a pesquisa antropológica. Ela, então, falou-me: “*Não, tu não entendeu... Eu queria que tu fizesse uma reportagem pro jornal, denunciando os caras aí do lado, a bagunça que eles fazem...*”

A presença dos vendedores irregulares incomoda aqueles que se consideram “autênticos” camelôs: honestos e antigos, como Rui, Amir e Dalva. No choque diário dos dois grupos, os vendedores do camelódromo acionam uma identidade coletiva, gerando uma coesão social, marcada por uma fala que estigmatiza o grupo em contato (Cf. ELIAS, 2000). A fofoca depreciativa delimita as fronteiras entre os dois grupos. Quando Carminha casou-se com um “caixinha”, não faltaram comentários a respeito do cônjuge: vagabundo, bêbado, viciado, marginal, criminoso. Não é difícil de entender o porquê da aliança em pouco tempo ter se desfeito.

Os comerciantes do camelódromo, entretanto, vendem a mesma mercadoria que os “caixinhas”. A pirataria, o contrabando, a venda de produtos roubados, remédios falsificados e até armas estão presentes igualmente nos dois grupos. A diferença está na auto-imagem que os vendedores do camelódromo conseguem construir de si por estarem regulamentados e, portanto, por serem coesos. Além disso, há um outro fato interessante: os camelôs chamam

os seus “alter” de “intruso”, “penetra” e “avulso”. Inclusive, já vi na mídia esses termos reproduzidos, demonstrando que os regulares conseguem cristalizar os adjetivos que inventam. E as palavras expressam, justamente, a oposição de um grupo coeso e estabelecido e outro outsider e frouxo.⁵⁴

Diante do esforço de alguns camelôs de manterem a “boa reputação”, muitas vezes nascem diferenças dentro do próprio grupo. Como afirma Rui referindo-se aos jovens do camelódromo, vendedores de CDs pirateados: *“aquela gurizada nojenta, eles não entendem nada, eles não entendem nada, não sabem o que é ser camelô (...) sempre tem os desonestos, mas a maioria é honesta, como eu”*. Fonseca (2000), ao estudar os grupos populares da Vila São João de Porto Alegre, via que, dentro de um mesmo bairro, “os mais ricos” criticavam os mais pobres em suas atitudes, e isso não significava que eles estivessem negando sua identidade social. Pelo contrário, ao fazerem isso, reafirmavam a virtude dos moradores comuns. Quando Rui critica os vendedores mais jovens do camelódromo, ele não está negando sua identidade de camelô a este grupo, mas reafirmando as qualidades de seus vizinhos e colegas camelôs, demonstrando que “a gurizada” possui um comportamento condenável, que é exceção e não regra no camelódromo⁵⁵.

Cabe ressaltar que, para os camelôs, pirataria não mede honestidade. Alguns vendedores que se consideram exemplos de honestidade, vendem remédios falsificados abortivos, dizendo fazer um “bem” às mulheres. Também há aqueles que vendem produtos roubados, comprados de uma rede de ladrões fornecedora do camelódromo. Estas pessoas interpretam que o ato “errado” é o roubo, portanto, suas vendas não têm nada que ver com o crime, pois não quem vende as mercadorias roubadas não foi quem as roubou.

Enfim, a noção de “honestidade” está diretamente ligada à de “regularidade”, pois é elaborada a partir da situação em que o vendedor se encontra. Assim, é possível perceber também que as fronteiras entre “legalidade” e “ilegalidade”, no que se refere ao universo do mercado informal de rua, são extremamente tênues e permeáveis. Pois um vendedor do camelódromo, frente a um irregular, é mais “legal” do que ele, ou estabelecido. Esse estabelecido, por sua vez, diante de um lojista, é também um outsider.

3.3 PONTE DA AMIZADE? CONFLITOS NA FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI

⁵⁴ Há um fato de extrema importância que não citei até agora. A condição de estabelecido e outsider, ou seja, de camelô regular e irregular, é sempre situacional. Afinal, há muita circularidade entre os sujeitos que ocupam um ou outro posto. Chico, por exemplo, antes de ser funcionário de Rui era um “caixinha”. Da mesma forma acontece o contrário: muitos camelôs abandonam a banca e tornam-se “caixinhas”. Logo, a identidade encarnada corresponde ao estado de regular ou não regular assumida no momento.

⁵⁵ Os vendedores de CDs (a maioria jovens e negros) costumam trabalhar em “bloco”, ou seja, ficam todos reunidos numa das entradas do camelódromo e atacam os passantes, oferecendo suas mercadorias.

Sáimos de uma esfera local de análise e entramos, agora, num nível mais amplo, que diz respeito à entrada de bens contrabandeados no país. Os conflitos da fronteira Brasil/Paraguai são mais recentes, pois estão diretamente relacionados ao crescimento comercial de Ciudad del Este e à inauguração da Ponte da Amizade. Aqui, meus informantes camelôs são sacoleiros, uma categoria de comerciantes bem conhecida de todos: aqueles sujeitos que, portando sacolas listradas nas costas, atravessam a fronteira nacional trazendo muamba (sem declará-la na Receita Federal).

A configuração atual de Porto Alegre está ligada diretamente à da fronteira, pois a maioria dos produtos comercializados nas ruas vem de lá. Tudo o que passa pela Ponte da Amizade vai para as cidades brasileiras. Por isso, muitas vezes, a Prefeitura Municipal, esquivou-se da responsabilidade do aumento do comércio informal no Centro de Porto Alegre, alegando ser um problema nacional que deveria ser combatido, primeiramente, pelo Governo Federal (através da Receita e da Polícia).

O Prefeito Tarso Genro declarou que a proliferação de camelôs no Centro deve ser tratada de forma residual, um problema secundário. A causa principal é o contrabando que se tornou livre no país, um problema da Receita Federal (CORREIO DO POVO, 10/01/2001).

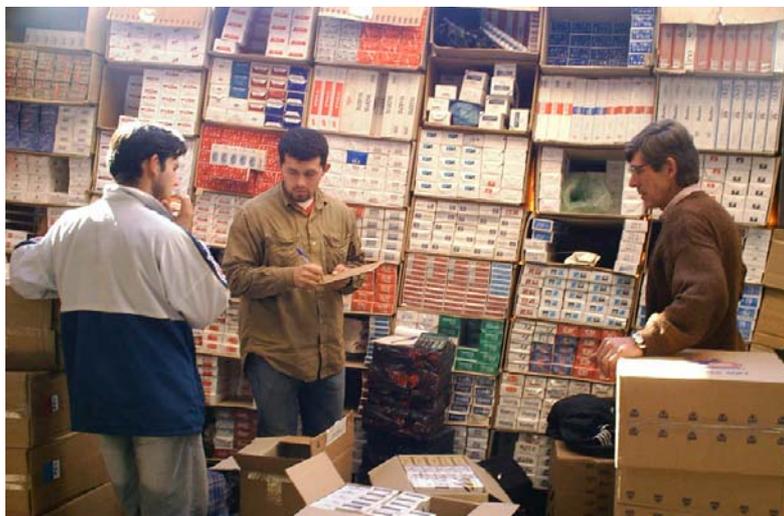
A Ponte da Amizade é marcada cotidianamente pelo conflito. Trata-se de embates entre policiais federais e sacoleiros brasileiros. Um tenta controlar o contrabando; o outro, a qualquer preço, deseja entrar com suas mercadorias no país. Tais confrontos também são noticiados seguidamente, só que assumem maior visibilidade, estrelando na grande mídia nacional e internacional⁵⁶.

Embora ocorram em proporções muito maiores, os surtos de violência entre fiscalização e sacoleiros são semelhantes aos que acontecem em Porto Alegre com os vendedores de rua irregulares (os “caixinhas”), pois são caracterizados por protestos, uso de bombas caseiras, gás lacrimogêneo e até troca de tiros. Logo, a ponte que divide o Brasil com o Paraguai de amizade não tem nada. Conforme Barth (*apud* GRIMSON, 2004), a interação e a comunicação entre fronteiras nacionais ou étnicas não implicam necessariamente entendimento. Ao contrário, podem significar conflitos ainda mais acirrados.

3.3.1 Combate ao contrabando de informática, cigarro e CD

A partir de minhas viagens com os sacoleiros, pude observar que, ao mesmo tempo em que a fiscalização é rigorosa e tem sido cada vez mais intensa, ela acaba concentrando seus esforços sobre determinados produtos e, portanto, relaxando diante de outros.

Hoje em dia eles querem é a informática e o cigarro, as porcarias que a gente traz eles nem nos paravam se não fossem esses produtos. Mas quando eles prendem um ônibus, eles não prendem só a droga, a informática e cigarro e a gente acaba perdendo mais. Mas há maior pressão para esses produtos. (Chico)



Comércio de cigarro nas ruas de Ciudad del Este

O que tem acontecido é que diante de centenas de milhares de pessoas que atravessam a fronteira diariamente, a Polícia Federal acaba se detendo na busca de mercadorias que, atualmente, estão no topo da ilicitude, segundo critérios da Receita Federal. Porém, o que determina o que deve ser mais combatido pela fiscalização – logo, o que é mais “ilegal” – são critérios de mercado. Pois as multinacionais de cigarros e de informática pressionam o governo federal a tomarem medidas urgentes de combate ao contrabando e à pirataria. Assim, nos dias de hoje, buscar armas e drogas no Paraguai é mais fácil do que cigarros e informática.

Desta forma, ao mesmo tempo em que a fiscalização tem sido mais atuante sobre meus informantes nos últimos anos e a cota de compra permitida no Paraguai tenha diminuído (de 250 dólares para 150), os camelôs da Praça XV (como Chico e Dalva, que vendem brinquedos) têm sido, indiretamente, beneficiados por essa medida, afinal quando a polícia ataca esses produtos, acaba considerando-os, como mesmo disse Chico, “porcarias”. Quando eu trazia a muamba de Chico e a polícia parou-me, ao revistar minhas sacolas, falou um agente: “*pode ir embora com essas coisinhas*”. Ou seja, “coisinhas” não eram o que eles procuravam. Buscavam o que era considerado realmente proibido de se comercializar. Porém, se o critério é o mercado, nada impede que daqui a algum tempo, as “coisinhas” se

⁵⁶ Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, Jornal Nacional (TV Globo), The New York Times, entre outros.

transformem em “coisas grandes”: basta uma grande empresa de brinquedos conseguir poder de barganha sobre o governo, tal qual a indústria de informática e cigarro possui hoje.

Aqueles que atravessam a fronteira com cigarros são chamados de “cigarreiros”. É possível dizer que, no universo dos comerciantes da Ponte da Amizade, essas pessoas situam-se na mais baixa posição hierárquica. Afinal, um cigarreiro nunca busca mercadoria para si, mas para um outro intermediário que, enfim, venderá para um grande comerciante de cigarros falsificados. Em minhas viagens, conheci dois cigarreiros em momentos diferentes. Eles eram jovens nordestinos, com não mais de 18 anos de idade. Seus corpos eram repletos de marcas de tiros. Ambos contaram-me que ganhavam três reais por dia e que só faziam aquilo porque já tinham filhos para sustentar e, com aquele dinheiro, poderiam, ao menos, comprar leite. Concordavam que, se pudessem, abandonavam esse trabalho.

Um veio da Paraíba, outro da Bahia. Ambos tinham a esperança de melhorar de vida no comércio da fronteira. Chegando lá, só conseguiram ser cigarreiros e necessitam enfrentar as dificuldades do ofício (que não são poucas). Afinal, o combate ao contrabando de cigarros é rigoroso. Então, os trabalhadores envolvidos nesse comércio inventaram uma forma alternativa de entrar com ele no Brasil: abriram as grades da Ponte, criando um buraco. Um cigarreiro joga as caixas (de 1 metro quadrado) de cigarro pelo orifício, enquanto outro espera lá embaixo. A distância entre a Ponte e o solo é de aproximadamente 20 metros. Enquanto uns jogam e os outros aguardam lá embaixo, a polícia da fronteira fica atirando (sem o propósito de acertar, mas sempre acaba acertando...). Assim, muitos morrem seguidamente. Além disso, segundo foi-me relatado pelos próprios cigarreiros, muitos dos que esperam a mercadoria no solo acabam falecendo com as caixas que, de uma altura muito grande, caem sobre suas cabeças. Dos dois que conheci, um tinha perdido o irmão assim; o outro, vários amigos. O primeiro dizia continuar no trabalho, alegando não ter outra opção; o segundo dizia abandonar: ia comprar bronzeadores em Ciudad del Este e, como ambulantes, vendê-los no litoral catarinense.

Desse modo, toda essa tensão - não resolvida na fronteira (um lugar de passagem) - ingressa nas cidades brasileiras. A região central de Porto Alegre caracteriza-se pelos conflitos oriundos do comércio ambulante de cigarros (quem os vende são os “caixinhas”, aqueles que, no âmbito do comércio de rua da cidade, igualmente aos cigarreiros na fronteira, estão na mais baixa posição hierárquica).

Por fim, os CDs piratas são outra mercadoria extremamente combatida na fronteira. Até uns cinco anos atrás, eles eram buscados em Ciudad del Este. Em virtude do intenso controle da fiscalização na fronteira, os comerciantes começaram a fabricá-los nas próprias cidades onde serão vendidos. Em Porto Alegre, as fabriquetas informais funcionam no próprio Centro. Os CDs produzidos nas mesmas são vendidos pelos jovens do camelódromo,

ou pelos vendedores em situação irregular, que ganham por comissão (um real por CD vendido)⁵⁷.

3.3.2 A criação de um personagem do mal: o “Contrabandista”

A figura do “Contrabandista” está presente cotidianamente nos meios de comunicação de massa. Quando as imagens da Ponte da Amizade são projetadas em rede nacional, fala-se em “milhares de Contrabandistas”, abarcando diversos tipos de comerciantes. Evidentemente, isso ocorre em tom pejorativo, como se todos aqueles que atravessam a fronteira fossem pessoas “do mal” que, através de suas “práticas ilegais”, prejudicam o “bem da nação⁵⁸”.

Confesso que, depois que comecei a viajar com os sacoleiros para o Paraguai, comecei a desacreditar no personagem do mal do “Contrabandista”. A cada viagem, perguntava a mim mesma: “*mas, cadê eles?*” Eu olhava para os lados e só via pequenos comerciantes que buscavam produtos para um pequeno comércio. Todos que conheci, até mesmo os que trabalham com produtos ilegais, eram pessoas que encontravam ali uma forma de trabalho que consideravam digna e que dava sentido e organizava toda uma vida social. Há um discurso entre eles de que, por exemplo, “vender uma arma não significa matar...”, assim como acontece com a venda de produtos roubados⁵⁹.

No dia 10 dezembro de 1996, a seguinte manchete foi publicada num jornal da cidade de Santo Ângelo/RS:

“Polícia Federal realiza a maior apreensão de contrabando já feita no interior do Estado do RS. Preso mafioso contrabandista”.

Vejamos o que conta Chico a respeito desta manchete:

Teve uma vez que a gente vinha num comboio, desde o Paraguai, quando a gente anda em dois, três ônibus junto. Isso foi em 96. Era dia 10 de dezembro de 1996. “Eles” tinham montado em todas as fronteiras do estado

⁵⁷ É interessante perceber que, embora haja fiscalização e controle intenso, o comércio das mercadorias combatidas não diminuiu. As pessoas que trabalham com tais produtos desenvolvem estratégias para manipular a regra. O “buraco” da Ponte, bem como as fábricas no interior das cidades, são exemplos disso.

⁵⁸ Esse imaginário está tão difundido que, muitas pessoas, ao falarem sobre meus informantes me alertavam: “Cuidado! Eles são mafiosos”.

⁵⁹ Evidentemente, existem comerciantes extremamente poderosos que enriqueceram com o comércio de contrabando. Mas estes, ao contrário do que anunciam os meios de comunicação de massa, sequer aparecem na fronteira, pois são abastecidos por intermediários que fazem o “trabalho formiga” na Ponte. Estes sujeitos, em geral, possuem (de “fachada”) empresas formais e contatos estreitos de mútua ajuda com a Polícia. Em agosto de 2004, a Polícia Federal prendeu Law Kin Chong, considerado um dos maiores contrabandistas do país. A operação rendeu notícias no país inteiro e também nos jornais Le Monde e The New York Times. De acordo com as matérias, o homem apreendido tinha laços até com políticos do Congresso Nacional.

uma operação. Uma mega operação. Envolveu na época não sei quantos policiais federais e rodoviários e até mesmo a polícia civil. Então eles tinham apreendido mais ou menos uma média de 80 ônibus. Isso repercutiu muito na época, foi uma das maiores apreensões de contrabando da história do contrabando do estado, de SC, PR e RS. Na época tinha o Natal luz em Porto Alegre. Se vendia na época muito pisca-pisca, porque ganhava um prêmio de quem enfeitasse melhor a casa. Então, eu e mais 14 amigos meus a gente locou um ônibus, por intermédio mesmo. A gente não tinha um guia mesmo, e empresa cedeu um motorista com a documentação em dia tudo direitinho. A gente já conhecia ele, ele já pilotava outros ônibus. E a gente foi para o Paraguai. Então, a gente abusou da compra, a gente comprou muita luzinha mesmo, muito pisca pra nós e para o resto povo da XV.

E essa operação durou uma semana. E a gente conseguiu ficar uma semana escondida, né? A gente saiu da rodovia e entrou em estrada de chão, no mato, a gente escondeu o ônibus com galhos de árvores, até mesmo com medo de helicóptero, na época tinha também. A gente tava na fronteira de RS e SC e a gente já tava ali eu acho que há uns 10 dias mais ou menos e se comunicava muito pouco com os familiares assim, e aí o pessoal da XV na expectativa se a gente ia chegar. Tava tudo certo. Então, a gente passou fome, né? Porque a grana que a gente traz para comer já tava acabando, já tava no limite e não tinha como mandar dinheiro, não tinha como ir a um banco e sacar. Isso já estava levando a gente numa agonia, né? Nós dormia no ônibus, o ônibus tava tão cheio de mercadoria que não tinha lugar mais para a gente dormir. Nós 13 dormíamos amontoados entre a cabine do motorista e o salão do ônibus. Era muita mercadoria, tinha por cima dos bancos, por baixo. Mas era um ônibus alto.

E... sem querer, a polícia achou a gente, sem querer ... A polícia conseguiu encontrar a gente, quando eles já estavam desistindo da operação, num posto de gasolina em Cuiaporã (SC). O policial federal reconheceu eu e mais um outro passageiro (que até já faleceu). E acabou nos surpreendendo assim. E ele deu voz de prisão para gente e encontrou o ônibus que tava próximo da onde a gente tava. E aí, nos fomos para Iraí, que é a fronteira do estado do SC, né? Aonde é posto de fiscalização da receita federal. E aí lá fomos... Eles examinam as mercadorias. Prenderam o ônibus e levaram para lá e lá eles queriam dar uma cota zero, né?. Por exemplo, tomar tudo da gente. Como já era próximo do Natal, a gente entrou em atrito com a polícia, né? A gente queria um acordo, eles não podiam tomar tudo, depois de tudo que a gente tinha passado até ali e daí não houve acordo, a gente ameaçou que ia colocar fogo no ônibus com tudo, e aí a polícia prendeu nós, prendeu todo mundo. E aí a gente foi para Santo Ângelo. Fomos escoltados pela polícia até lá, chagamos lá e o delegado de plantão deu voz de prisão para todo mundo. A gente foi encaminhado para o presídio central de Santo Ângelo. Fomos enquadrados no artigo 334, que é contrabando qualificado ou excesso de contrabando, como ele determinou. E ficamos o final de semana na grade. No xilindró mesmo. Foi humilhante... a gente passou o Natal duro mesmo...

Às vezes eu fico constrangido com isso. É na cidade de Santo Ângelo, agente foi manchete, Saímos nos jornais, revistas e até na TV. Foi a maior operação, era muita grana.

Enfim, o mafioso contrabandista era o Chico, um dos meus informantes-chave, um cidadão comum. Meu objetivo, através desse longo relato, foi desmitificar a figura do “Contrabandista” enquanto um personagem “do mal”, ou seja, um sujeito corrupto - como anuncia os meios de comunicação de forma reducionista. Muitas vezes, os “Contrabandistas” eram pequenos comerciantes que, embora não realizem suas práticas comerciais dentro das regras e das leis estabelecidas pelo Estado, não eram mafiosos nem poderosos. Conversando com os mais variados sacoleiros nas viagens que realizei, pude perceber que todos tinham

consciência que transitavam dentro de uma certa “ilegalidade” e não estavam satisfeitos com isso. Como disse-me Beto (um muambeiro da XV): *“Quem é que gosta de ganhar uma miséria, passar por bandido e ainda viver fugindo da polícia como se fosse criminoso? O governo não dá emprego e ainda não nos deixa trabalhar...”* Ao mesmo tempo, os sacoleiros admitem que esta foi a única alternativa de trabalho que suas trajetórias sociais proporcionaram e que não possuem muitas perspectivas de mudança.

3.4 “SACOLEIROS DO MUNDO: UNI-VOS”: ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

Conforme aponta Palmeira (2002), alguns autores caracterizaram o período das eleições como o “tempo da política” no Brasil. Esse tempo é caracterizado por uma forte mobilização de sindicatos, alianças partidárias, comícios e, sobretudo, uma movimentação atípica do cotidiano. De fato, em períodos eleitorais, as cidades brasileiras como Porto Alegre ficam repletas de cartazes e santinhos e, além disso, vemos, por todos os lados, pessoas discutindo propostas e candidatos, pessoas estas que noutras épocas do ano não possuem tal hábito. Logo, a movimentação política é intensa em tempo de eleição.

Curiosamente, o “tempo da política” do camelódromo e também da fronteira é diferente. Afinal, quando começa a movimentação política no cotidiano citadino, o universo de meus informantes silencia-se, em termos de reivindicações. Fora do período eleitoral, eles são um grupo extremamente organizado politicamente, caracterizado por intensas manifestações políticas e sociais.

Os camelôs dividem-se entre aqueles que votam no Partido dos Trabalhadores (PT) e os que não votam de jeito nenhum. Os primeiros são gratos à regularização obtida no ano de 1989; os segundos, irritados com a atuação da fiscalização. Porém, a forma de atuação política de meus informantes não acontece no âmbito partidário, mas através dos Sindicatos – o SCAPA (Sindicato dos Comerciantes Ambulantes de Porto Alegre), que se autodesigna “apartidário”.

O SCAPA representava e mediava os interesses dos camelôs regulamentados e também (com menos frequência) dos que desejavam vir a ser⁶⁰. Ele teve importante participação quando a Prefeitura desejou implementar o “Shopping Popular”, que tinha o objetivo de extinguir o camelódromo da Praça XV. Todos os camelôs uniram-se e, através de inúmeras manifestações, conseguiram permanecer onde estão.

Uma das formas de embate entre lojistas com camelôs, acontece através da atuação dos sindicatos. Assim, SINDILOJAS e SCAPA viveram um processo de correlações de forças

⁶⁰ Na entrevista que realizei com Sr. Evaristo Mattos (diretor do SCAPA), este me falou da movimentação do sindicato para obter um espaço de lazer para o grupo, associação com as operadoras de cartão de crédito, etc. Entretanto, segundo minhas observações de campo, a maior reivindicação dos camelôs é um teto para o camelódromo.

de um homem que, sobre uma mesa, discursava as dificuldades do ofício. Ele pedia apoio no protesto e todos o aplaudiam e ovacionavam com grande entusiasmo⁶². Segundo noticiado na mídia no dia posterior ao evento, o protesto reuniu mais de quatro mil pessoas, entre sacoleiros e laranjas brasileiros e comerciantes de paraguaios⁶³.



Polícia Federal frente ao protesto Ponte da Amizade em 19/11/2003

3.5 “APESAR DE TUDO, A GENTE SEMPRE DÁ UM JEITINHO”: LIMITES, POSSIBILIDADES E MARGENS DE NEGOCIAÇÕES ENTRE GRUPOS DIVERGENTES

Apesar da relação tensa que os camelôs possuem com os demais grupos que fazem parte de seus universos, em determinados momentos, eles relacionam-se bem com indivíduos pertencentes aos “grupos rivais”. Para analisar esse tipo de interação complexa, a obra de Norbert Elias fornece ferramentas teóricas importantes para a sua compreensão. Afinal, como conseguimos entender que pessoas, de grupos tão divergentes, realizam trocas cordiais na vida cotidiana? Como explicamos que um lojista ajuda camelô? E um regular ajuda um irregular? Se ontem a fiscalização apreendeu mercadorias de um ambulante, por que hoje fiscais e vendedores de rua estão conversando amistosamente? Numa análise simplista e precipitada, poderíamos encarar isso como uma contradição. Ou seja, se um camelô me falou que odeia os lojistas, como ele pode dizer, noutro momento, que os adora? A obra de Elias oferece algumas ferramentas para esclarecer estas questões.

⁶¹ Não há sindicato, mas há uma associação.

⁶² O protesto aconteceu devido à “mega operação”, chamada “Clandestina 2”, da Polícia Federal por decreto do Governo. Esta foi uma das maiores ações de controle de contrabando dos últimos anos. Centenas de ônibus foram parados e multados (inclusive o que nós estávamos, cf. relato no cap. I). A mobilização reuniu não só sacoleiros brasileiros, mas também donos e funcionários de lojas, que são igualmente prejudicados com as ações fiscalizadoras.

⁶³ Fonte: Folha Online, 20/11/2003. Disponível em: <http://www.folhaonline.com.br>

Ao longo de sua produção teórica, o autor procurou desenvolver o conceito de sociedade e de indivíduo. Seu objetivo era esclarecer que essas duas categorias são complementares e mostrar que a sociedade não é autônoma aos indivíduos e vive-e-versa. Ou seja, sociedade só existe na própria interação entre sujeitos, formando uma espécie de rede interligada e coesa, que possui pontos de tensão, que pode ser rompida, mas sempre recomposta:

Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem (1994:23).

Elias (2000), em *Os Estabelecidos e os Outsiders*, na análise do microcosmo social de Winston Parva, consegue exemplificar com clareza sua noção de indivíduo e sociedade através de um estudo de curta duração, de cunho etnográfico, apresentando o que ele chama de “figuração”. Ou seja, um recorte social, no tempo e no espaço, no qual indivíduos se relacionam e situam-se em grupos diferentes. Para o autor, grupos em interação possuem graus distintos de poder e é essa desigualdade que faz com que eles estejam em permanente interdependência.

Pensando o Centro de Porto Alegre e a fronteira como uma figuração, neles encontramos vários grupos em correlação de forças e desequilíbrio de poder. O conflito é fruto de distintas construções e visões de mundo que cada parte representa e encarna do seu ideal de grupo (ou ideal de “nós”, cf. ELIAS, 2000). Como mostra-nos o próprio Elias, por mais que estabelecidos produzam uma imagem negativa dos outsiders e, portanto, haja uma tensão, na vida cotidiana os indivíduos de diferentes grupos convivem bem, dividindo espaço no trabalho e na sociabilidade lúdica.

Desse modo, interdependência é a palavra-chave para descortinar as relações sociais estabelecidas no interior da “figuração” do Centro ou da fronteira. Cada pessoa singular (um camelô/sacoleiro, um lojista, um fiscal, um policial federal) está amarrada a uma rede mais extensa através de uma “dependência funcional” (cf. ELIAS, 1994). Afinal, um camelô, isolado em seu grupo de iguais, não consegue desenvolver suas práticas comerciais básicas: ele precisa se relacionar com lojistas para usar o seu banheiro, com fiscais para aumentar o tamanho de sua banca, etc. Porém a interdependência não se explica apenas por razões utilitaristas, mas porque nenhuma interação humana é sustentada somente pelo conflito. Ou seja, apesar das rivalidades, indivíduos quaisquer - cotidianamente face a face, dividindo o mesmo espaço – procuram formas de entendimento, de troca, de relacionamento: eis o que nos permite viver em sociedade.

3.5.1 Camelôs regulares e irregulares

Conforme citado anteriormente, uma das formas dos camelôs afirmarem sua identidade de grupo é opondo-se aos vendedores irregulares. Isso ficou claro em alguns depoimentos citados neste capítulo, por exemplo, quando Amir dizia que a pior coisa que aconteceu na vida dele foi o aparecimento dos “caixinhas”. Porém, diante de uma análise mais aguçada, percebemos que, em vários momentos, os dois grupos interagem pacificamente e até amistosamente. É comum, por exemplo, os irregulares conseguirem troco para os regulares. Um grande amigo de Carminha é um “caixinha”, chamado Mário, que trabalha, há mais de cinco anos, na calçada em frente à banca dela. Ele sempre a ajuda com pequenos favores e, em troca, ela “consente” que ele fique lá.

A gente que tem ponto aqui não influi em nada [os caixinhas] as lojas é que reclamam deles, para a gente não influi em nada (...) eles até ajudam a gente. (Carminha)

Além disso, presenciei inúmeras vezes os regulares avisando irregulares a respeito da chegada da fiscalização e, além disso, escondendo-os no interior do camelódromo. Ocasões como essas revelam uma cooperação pautada pela solidariedade. A lógica operante é a seguinte: embora o “caixinha” seja um concorrente (um concorrente no espaço público), diante da fiscalização, todos são vendedores de rua, todos estão ali tentando “ganhar a vida”:

Para nós acho que eles atrapalham, mas até certo ponto tu tens que conciliar com eles porque está difícil a situação do país. Então um dia tu tens que se acostumar e aprender a conviver com isso, porque somos todos pais de família (Tito).

A união entre regulares e irregulares acontece, muitas vezes, diante do surgimento de um terceiro grupo (lojistas ou fiscalização), que se coloca em oposição a vendedores de rua em geral. Mas a lógica não é tão simples assim, afinal, noutras ocasiões, camelôs regularizados se agrupam simbolicamente a lojistas e a fiscais, em contraposição aos irregulares, criando uma fronteira simbólica que expressa mais ou menos o seguinte: “do lado de cá, está a legalidade, pra lá, a ilegalidade”. Assim, percebemos que meus informantes do camelódromo jogam seguidamente com seus papéis, oscilando entre dois pólos opostos. O que permite que eles façam isso é justamente o caráter ambíguo de suas condições de trabalho. Afinal, sob o ponto de vista de um sistema macroeconômico, eles situam-se no que conhecemos por “mercado informal”, mas por outro lado, eles também estão regulamentados e legalizados e, inclusive, assinam carteira de trabalho para seus funcionários⁶⁴. Essa dupla

⁶⁴ Além disso, conforme discussão do capítulo seguinte, muitos possuem registros de microempresas ou também possuem lojas estabelecidas.

condição de trabalho faz com que eles negociem suas identidades e façam alianças conforme os interesses em jogo.



Uma camelô irregular (“caixinha”) vendendo pilhas e uma regular arrumando sua banca.

3.5.2 Camelôs e lojistas

Com os lojistas? Ah, é muito boa... eu me dou com todos os lojistas, conheço um monte! Para mim é muito boa a relação com eles, eu compro sempre deles... (Amir)

Embora os lojistas reclamem dos camelôs, e camelôs reclamem dos lojistas, sempre há espaço para o entendimento. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que há inúmeros tipos de lojas e estabelecimentos comerciais. Os donos de bares, situados nas redondezas da Praça XV, por exemplo, são sustentados quase que totalmente por vendedores de rua que, por lá, fazem suas refeições. O “Center” é um grande restaurante que se encontra em frente ao camelódromo. A maioria dos camelôs almoça lá (quando possuem dinheiro) e, além disso, eles usam as tomadas do restaurante para testar algum produto eletrônico. Uma vez, fui comprar um rádio no camelódromo. Pedro (comerciante do camelódromo) levou-me até o Center, cumprimentou o dono, ligou o rádio, colocou música alta e saiu sem agradecer: aquilo

era um ato “natural” para ele. O dono do restaurante – o Roberto Carlos - depois me falou que 80% de seus clientes são camelôs. A relação é de troca: cada um ajuda o outro a se manter. Carminha, por exemplo, sempre que precisa ir ao banheiro usa o do Center:

Tinha um banheiro público aqui (*na Praça XV*) mais ia tanto mendigo e tanta gente que fica na rua assim, que o banheiro acabou ficando sem condições da gente usar, ficou um banheiro horrível, então os melhores banheiros da gente ir é praticamente onde a gente trabalha (*perto do camelódromo*) porque a gente consome no ‘center’ (restaurante da redondeza), vai no banheiro do ‘center’, né?

Já a loja “Oba-Oba” possui uma relação de “amor e ódio” com os camelôs. O conflito acontece porque ela também vende bugiganga, e na sua entrada, ficam dezenas de camelôs irregulares. Certa vez, presenciei uma mulher - conhecida no Centro por “ladrona” - furtar sapatos do “Oba-Oba”. Então, uma comerciante do camelódromo começou a gritar: “*pega ladrão, pega ladrão*”. Todos os vendedores, sem saber do que se tratava, saíram correndo atrás da ladrona, pegaram-na e devolveram os sapatos ao dono do estabelecimento, que agradeceu friamente. Porém, a “ladrona” era conhecida de muitos camelôs, porque furtava nas redondezas e vendia o produto para eles. Ela voltou para se vingar e deu uma surra na mulher que a denunciou. Os outros camelôs não se meteram na briga, argumentando: “*se soubéssemos que era a ‘ladrona’, não teríamos feito nada, teríamos deixado ela roubar*”. Além do mais, a maior indignação aconteceu porque uma camelô tinha devolvido a mercadoria a um lojista e, segundo eles, um lojista jamais faria isso por um camelô⁶⁵. Os camelôs permitiram que a colega apanhasse e não fizeram nada para impedir a situação porque ela tinha denunciado a ladrona e isso, segundo interpretação nativa, é algo que não deve fazer. Dizia-me Kelly: “*ninguém tem o direito de se meter na vida do outro. Todo mundo tenta ganhar a vida como pode, um lojista, um ambulante, um ladrão. É lei aqui: ninguém se mete no trabalho de ninguém*”. Quando a camelô entregou a ladrona, infringiu a lei do camelódromo (“a Lei Obirici: cada um por si”). Na realidade, podemos estender essa lei aos trabalhadores informais do Centro em geral: cada um ganha vida como pode, cada um deve se preocupar apenas consigo...

Já em Ciudad del Este, a relação entre meus informantes com lojistas é bem diferente. Lá eles são esperados e até “mimados” pelos lojistas⁶⁶. Afinal, são os sacoleiros do Brasil inteiro que impulsionam a economia daquela cidade paraguaia. Chico conhece os donos dos estabelecimentos onde consome, com eles conversa e toma chá ou café⁶⁷. Todavia, como mostra a etnografia de Rabossi (2004), entre donos de lojas e camelôs (“mesiteros”) de

⁶⁵ No capítulo seguinte, discorro mais sobre a relação de consumo entre ladrões e camelôs.

⁶⁶ Também no capítulo seguinte, falarei mais sobre a situação, de meus informantes, de sacoleiro consumidor em Ciudad del Este.

Ciudad del Este, a relação é bastante conflituosa. Pois, assim como em Porto Alegre, “mesiteros” são uma ameaça aos lojistas, disputando espaço físico e espaço num público consumidor.

3.5.3 Propina: caminhos possíveis de entendimento

Caco (amigo de Chico, companheiro de estrada) vendia, em Ciudad del Este, celulares que eram roubados no Centro de Porto Alegre. Quando descemos em Foz do Iguaçu, Caco convidou-nos para ficar na casa de sua esposa que mora lá. Aceitamos. Ele vangloriava-se da bela mulher que tinha. Bela e poderosa: pois era uma policial que ocupava um alto posto na polícia rodoviária da fronteira. Ela compactuava com ele de várias formas: usava um celular roubado, atravessava a Ponte da Amizade com a mercadoria dele, informava-o das operações fiscalizadoras.

A policial e seus colegas são “amigos” de muitos sacoleiros e, além disso, possuem, muitas vezes, negócios em sociedade. Assim, no âmbito das relações pessoais, o clima é de paz. Porém, quando há alguma operação fiscalizadora, são estes mesmos agentes que se colocam contra os comerciantes. Então, se possível, os agentes avisam os caminhos “sujos” aos seus amigos sacoleiros. Muitas vezes, contudo, “amigo” acaba apreendendo mercadoria de “amigo”. Nesses momentos, estão encarnando a instituição que representam. Em geral, se um policial ataca “sem querer” um conhecido, deixa-o seguir. Porém, às vezes, a mídia está presente nos postos da polícia e acabam controlando a eficácia da operação, não deixando alternativas para nenhum agente agir fora da lei.

Quando os sacoleiros não são amigos dos agentes, mas apenas “velhos conhecidos⁶⁸”, há sempre a possibilidade da negociação. Sempre. Como me disse um sacoleiro: “*apesar de tudo, sempre tem um jeitinho*”. O pagamento de propina é um ato generalizado entre muambeiros e policiais. Aliás, propina é uma expressão *etic*, entre eles o ato é chamado de “caixinha”: cada comerciante inclui no seu orçamento entre vinte e cinquenta reais para “trocar” com os policiais. Numa excursão, os sacoleiros unem seus trocados e, então, fazem a “caixinha” de aproximadamente mil e quinhentos reais. Há dois tipos de troca (de acerto entre “velhos conhecidos”). Segundo contaram-me os sacoleiros, na região da fronteira e na estrada até o Estado de Santa Catarina, o pagamento ocorre em dinheiro. Já no Rio Grande do Sul, é mais comum que policiais exijam o pagamento em espécie: monitor de computador, rádios para carro, etc. Os policiais alegam que estão obtendo equipamentos básicos que faltam nos postos e o governo não oferece.

⁶⁷ Quem oferece chá geralmente são os árabes, pois se trata de um antigo costume destes comerciantes para seus clientes. (Sobre o tema, ver PINTO, 2004).

⁶⁸ Sacoleiros e agentes da fiscalização sempre se conhecem, meus informantes sabem o nome de cada policial de cada posto da rodovia. Sobre cada agente, há sempre uma história a contar.

Por tais atitudes, ano a ano, a Polícia Federal realiza operações “de final de ano” para eliminar os policiais corruptos. Uma grande quantidade é sempre afastada. Porém, a prática continua, demonstrando que se trata de um *ethos* forte, altamente difundido, no meio policial.

Em Porto Alegre, entretanto, soube poucas histórias sobre propina entre camelôs e fiscais municipais. Apesar da rivalidade entre os grupos, muitos são amigos. Dona Dalva vive gabando-se do contato e “amizade” que ela possui com o Secretário Municipal da SMIC. Seu Amir, argumentando só trabalhar com produtos honestos, diz que a fiscalização é ótima para ele:

A Fiscalização para mim é ótima, me dou super bem com todos eles. Com chefe, com diretor. Como é que eu vou te dizer?... Não é uma amizade, é um relacionamento de respeito mútuo.

Cláudio, um vendedor de videogames do camelódromo, é companheiro de boemia de um fiscal. Um fiscal que, durante o dia de trabalho, confere a procedência de sua mercadoria e até a apreende, se for o caso. Esse fato nos remete às considerações de Velho (1999) a respeito da “metamorfose”, ou seja, a capacidade que os indivíduos possuem de desempenhar múltiplos papéis sociais no mundo urbano contemporâneo.

Embora camelôs sempre chamem os fiscais de “filhos da mãe” (cf. pág. 63), eles diferenciam os “o bem” e os “do mal”. Para Carminha, os “do bem” são aqueles que, quando podem, ajudam-nos, fechando os olhos para pequenas irregularidades. Estes são considerados os “pais de família”, ou seja, sujeitos que não fiscalizam “por maldade”, mas porque estão realizando as obrigações de seu trabalho. Já “os do mal” são aqueles que apreendem mercadorias sem nenhuma margem de negociação (sob o ponto de vista da SMIC, este seria um bom funcionário, pois não deixa passar nenhuma irregularidade).

Enfim, pensando sobre todas essas margens possíveis de negociações, percebemos que, indivíduos em interação encontram brechas para o entendimento, a troca e o acordo. Não há sociedade que se sustente somente pelo conflito. Dentro da “figuração” do comercial do Centro e da fronteira, os indivíduos estão presos e dependentes a tantos outros. A própria propina é um exemplo disso: uma forma de retroalimentação. As relações pessoais extragrupo dos camelôs e dos sacoleiros são de extrema importância, pois sem elas não teriam como continuar no ofício: não iriam ao banheiro, não ultrapassariam os limites da banca, não cruzariam a fronteira, etc. Da mesma forma, os outros grupos também necessitam dos comerciantes. Enfim, retornando a Elias (1994,2000), todos estão presos a uma cadeia de interdependência.

4 MERCADO, CONSUMO E DINHEIRO: RELAÇÕES COMERCIAIS NO CAMELÓDROMO E EM CIUDAD DEL ESTE

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, reflito sobre as definições clássicas de “mercado”. O camelódromo, então, é pensado a partir de sua ambiência e suas

práticas cotidianas. Além disso, um mercado não se caracteriza apenas pelas relações de compra e venda, por isso, resgato brevemente alguns fatos que dizem respeito a sua memória. Já na segunda, discuto as relações de consumo, que se constitui como um pólo indispensável ao desenvolvimento das práticas mercantis, pois ele é sua força propulsora.

4.1 MEMÓRIA, COTIDIANO E CARACTERÍSTICAS DE UM MERCADO

4.1.1 Definições gerais: mercado e economia de bazar

Nos mais variados grupos humanos, em diferentes lugares e épocas, encontramos alguma forma de organização de mercado. Por isso, antropólogos clássicos – como, por exemplo, Malinowski (1984), Mauss (2003), Lévi-Strauss (1996) e Geertz (1963 e 1979) – debruçaram-se sobre o tema.

Mauss, revisando a análise malinowskiana acerca do ritual trobriandês do Kula, ofereceu para a Antropologia uma importante interpretação a respeito das trocas econômicas: ao invés de entendê-las através de suas razões práticas (conforme fez Malinowski, segundo a visão de SAHLINS, 2003), o autor descortinou o seu aspecto simbólico. Sob este ângulo, para além do caráter economicista, um mercado é, sobretudo, uma expressão da vida social, caracterizada pela circulação de bens, pessoas e informações.

Um “típico” mercado possui algumas características básicas, que serão todas analisadas ao longo deste capítulo. São elas: (a) um espaço físico e público, para o qual convergem pessoas e faz-se dele um local de sociabilidade; (b) um pólo vendedor, detentor dos bens; (c) um pólo consumidor, detentor da moeda; (d) consumidor interage e negocia com vendedor, cada qual deseja o que o outro detém e, assim, moedas são trocadas por bens; (e) bens são símbolos que, em determinadas épocas e lugares, se tomam de valor e sentido, assim como a moeda.

Essas características podem ser generalizadas a várias formas de mercados, desde um shopping de elite, até uma feira popular. Contudo, aquilo que Geertz (1979) chamou de “economia de bazar”, em sua etnografia no Marrocos, é uma expressão mercantil singular e que está ainda presente no camelódromo e em Ciudad del Este. Trata-se de um circuito mercantil caracterizado pelo tratamento pessoal, face a face, entre comprador e vendedor. O comerciante possui uma “arte”: a arte de vender, a lábria para convencer. O consumidor vacila, pede um desconto, joga com seu interlocutor. Assim, a venda é fruto de uma forte interação entre duas partes, jogos de convencimento e arte do diálogo. O nome de toda essa

negociação é o que conhecemos “barganha”. Tudo isso em meio de um cenário de aglomeração de pessoas e objetos, de ruídos diversos.

Sabemos que, atualmente – na era “individualista” digital – perdemos um pouco daquela forma de comércio apontada por Geertz. Cada vez mais, objetos são comprados virtualmente. Grandes lojas e supermercados possuem preços tabelados que não proporcionam margem de negociação. O vendedor, ou melhor, o atendente, quando conseguimos vê-lo, passa a ser um agente qualquer que informará certas características de um produto, mas não possui poder de negociá-lo. Os objetos, em muitos estabelecimentos, não podem ser tocados, manipulados. O consumidor ganha uma garantia do objeto, firmada num contrato rigoroso. A impessoalidade regula essa forma de comércio que predomina nas grandes cidades.

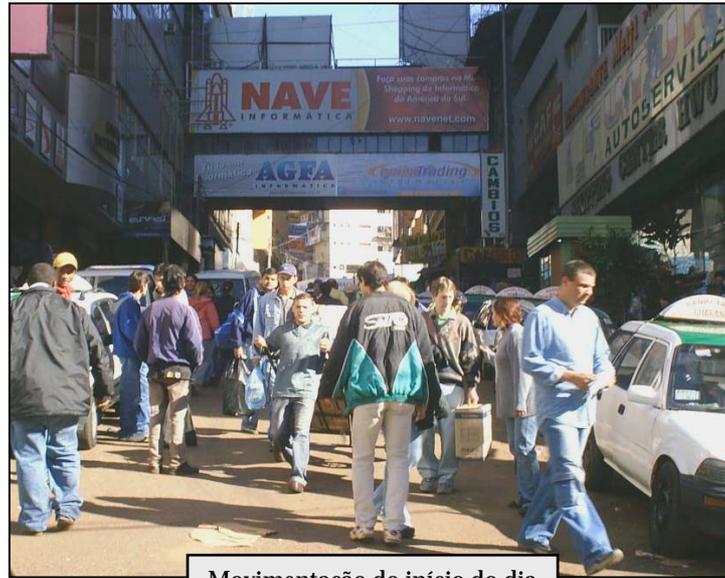
Tanto o camelódromo, quanto as antigas e populares lojas do Centro, escaparam dessa lógica “moderna”. Lá podemos conversar com um vendedor, barganhar e tocar nos objetos. Ciudad del Este a mesma coisa: seja nas grandes lojas, ou nos *mesiteros*, a negociação pessoal marca as relações das trocas comerciais.

4.1.1.1 Ambiências dos espaços comerciais

Por onde andamos em Ciudad del Este, encontramos alguém vendendo alguma coisa. Trata-se de uma cidade totalmente voltada para o comércio, que está presente nos shoppings, galerias e ruas. Os donos de lojas são, em maioria, árabes ou chineses. Os funcionários, paraguaios (alguns brasileiros também). Há consumidores de diversos países latino-americanos, sendo os brasileiros a maior parte deles.

Acessórios do vestuário, produtos de beleza, aparelhos de informática, eletrônicos, armas, drogas, remédios falsificados, CDs, cigarros, réplicas de marcas diversas, brinquedos, porcelanas, tapetes, etc. são encontrados em abundância na cidade paraguaia. Os preços são baratos, comparados aos das cidades brasileiras. Um consumidor sem experiência em Ciudad del Este (como eu) fica tonto com tanta variedade, com o intenso movimento e com o insistente assédio dos comerciantes.

A cidade é repleta de becos e sub-becos. Onde entramos, nos deparamos com mais vários caminhos (ramificações) que levam a outras tantas lojas, o que dá uma sensação de um comércio infinito. As ruas são estreitas e íngremes. O chão é tomado por pedaços de papéis, restos de comidas e urina, gerando odor desagradável. Quando chove, fica difícil transitar devido ao alagamento que toma conta da cidade.



Movimentação do início do dia nas ruas de Ciudad del Este.



Nessa cidade, há uma incrível variedade de sons, predominando uma mixagem dos gritos dos comerciantes que anunciam preços com as canções românticas paraguaias, que são ouvidas pelos funcionários de lojas ou pelos *mesiteros*. As músicas lentas, cantadas em guarani ou em espanhol (*guarânias*), são apreciadas pelos paraguaios enquanto tomam seu *tererê* (bebida típica do país).

Assim, o cenário mercantil de Ciudad del Este forma uma interessante mistura, cruzando músicas lentas paraguaias, ritmo acelerado de consumidores de diversos países, além de uma paisagem visual marcada por dizeres chineses ou anúncios de marcas globais (*Sony, Reebok*, etc).

Já o Centro de Porto Alegre também possui complexo comercial amplo (só que em proporção muito menor do que Ciudad del Este). O camelódromo especificadamente caracteriza-se também pela concentração humana, aglomeração de objetos/muambas (paraguaias) nas bancas, apelos de vendedores, anúncios de preços nos alto-falantes nas

redondezas, odores diversos (principalmente de comida – churrasquinho e cachorro-quente). Os vendedores de CDs colocam som alto e aproveitam para, ao mesmo tempo, fazer propaganda de seu produto e escutarem a música que gostam. Nos dias de semana, esse cenário é ameno comparado aos sábados.

O pagode, o *hip-hop* e o *funk* são os gêneros musicais mais tocados. Em épocas de intenso movimento (como no Natal), forma-se uma sonoridade intensa, oscilando entre os chamamentos dos produtos e as músicas tocadas. Em 23 de dezembro de 2002, gravei em vídeo a movimentação em torno do camelódromo⁶⁹. Segue uma transcrição e descrição de 5 minutos seguidos da fita:

(No corredor do camelódromo, sob o calor de 37 graus, passa um vendedor ambulante com seu carrinho de bebidas):

*Suco, refri, água mineral, bem gelada,
Suco, refri, água mineral, a um real.*

(Depois, passa o vendedor de doces):

*Quem não gosta da ambrosia, a mulher do Ambrósio?
Quem não gosta da ambrosia, a mulher do Ambrósio?*

(Música-Pagode):

*Uma mão vai na cabeça... Bota a mão na cintura,
O movimento é sexy, o movimento é sexy...*

(Comprador e Camelô):

Tem Digimon? Não, não tem. Mas tem esse aqui.

(Música-Pagode):

O movimento é sexy, o movimento é sexy...

(Ruídos de conversas e risadas)

(Música-Funk):

*Ô, ô, ô, ô, balança meu amor.
Ô, ô, ô, ô, balança meu amor.*

(Uma jovem dança sensualmente a música e oferece uma camiseta do Grêmio para um passante).

*Ô, ô, ô, ô, balança meu amor.
Ô, ô, ô, ô, balança meu amor.*

(Uma “caixinha” gritando e batendo palma):

*Oito pilha, um real;
Dois isqueiro, um real;
Cortador de unha, um real;
Dois superbonde, um real;*

⁶⁹ A gravação foi feita com o auxílio técnico dos colegas Rafael Devos e Olavo Marques (BIEV).

Mais barato, vamô chegá!

(Jovens vendedores de CDs interagem. Exibindo toda sua malandragem, eles cantam e dançam sem camisa):

Eu só quero é ser feliz, andar tranqüilamente na favela em que eu nasci. E poder me orgulhar, e ter a consciência que o pobre tem seu lugar...

4.1.2 O mercado do camelódromo como unidade de análise

4.1.2.1 “De zangão a camelô”: transformações em longo e curto prazo

Mercado é informação. O que se vende, como se vende e o quanto se vende falam sobre a cultura de determinado tempo e lugar. Mercado transforma-se conforme a transformação da sociedade. Mercados só existem porque há demanda social. Demandas são desejos. Desejos de bens são fatos simbólicos, pois só assumem sentido e valor dentro de contexto social.

Como demonstrei no capítulo anterior, durante mais de um século predominou, no que hoje é a Praça XV, o comércio de alimentos (peixe, charque, frutas) que atracavam no porto da cidade ou que chegavam de carretas advindas do município de Viamão. Também se comercializava tecidos e outras mercadorias que, naquele período, eram significativas. Os comerciantes de rua – os ambulantes, os biscateiros - eram os “excluídos”, a maioria deles escravos.

A partir dos anos 40, quando as cidades começaram a receber um grande contingente que migrava do campo, o Centro, aos poucos, expandiu número de vendedores de rua. O pai de Rui era um deles:

Ele não tinha dinheiro, mas tinha bastante conhecimento e assim conseguia se dar bem. (...) Naquela época, não se chamava camelô, se chamava zangão.

O meu pai tinha dia que ganhava para comer um mês... Meu pai tinha até cavalo de corrida e sempre sem carteira assinada, que nem eu, eu não tenho carteira assinada.



Segundo reportagens da Revista do Globo (foto), entre os anos 40 e 50, os “zangões” vendiam, basicamente, roupas, alpargatas, sandálias nordestinas, miudezas como pentes, lâminas, agulhas e cortadores de unha, além das frutas e verduras. O local preferido dos

comerciantes de rua era as proximidades do abrigo de bonde (hoje Praça XV, Praça Montauray). Os problemas enfrentados eram semelhantes aos de hoje:

Melhor estar legalizado do que correr à toa.

Uma seqüência original: o vendedor que se preparava para vender um pente, ao avistar nossa reportagem, assustou-se, pensando tratar-se da fiscalização municipal, saindo em disparada e deixando sua compradora perplexa... (REVISTA DO GLOBO, 1958).

Nos anos 70, meus informantes mais velhos começaram a trabalhar – Dalva, Joana, Rui, Sadi e Amir. Como não estavam legalizados, eles se espalhavam pelo quadrilátero central, principalmente entre a Praça XV, Voluntários da Pátria e Dr. Flores. Todos já se conheciam e contam que eram chamados de “para-quedas” porque “caíam” na rua e, caso a fiscalização chegasse, saíam “voando”. Naquela época, fitas K7 foram o auge das vendas nas ruas, mas até então os produtos eram originais.

Foi nos anos 80 que a falsificação e pirataria entraram em alta. Esse fato, evidentemente, está diretamente ligado à expansão do mercado chinês e ao crescimento de Ciudad del Este. Os “para-quedas” começam a viajar ao Paraguai e eles viveram, segundo relatos, os melhores anos de sua vida: o tempo “da mina de ouro”. Em 1989, todos foram regulamentados e passaram a chamar-se “camelôs”.

Durante os séculos, décadas e anos, o mercado de rua foi sofrendo modificações, correspondendo às transformações mais amplas da sociedade. Atualmente, não se vende mais fita K7, mas CDs fabricados em tecnologia digital. Meus informantes contam que, nos anos 90, era “o máximo” trazer videocassete do Paraguai. Hoje se traz DVD. Também era moda trazer perfume e uísque, hoje nem tanto.

Ao longo de meus cinco anos de etnografia, também fui percebendo mudanças de curto prazo no camelódromo. Evidentemente, com o passar dos dias em campo, não captei tais rupturas. Isso só foi possível de ser visto quando, hoje, releio meus primeiros diários de campo, surpreendendo-me com eles.

A primeira mudança que observei foi espacial. Basta comparar a primeira foto que fiz em campo, em 1999 (à esquerda), com a última, em 2004 (à direita):



No período da imagem da esquerda, havia dois corredores internos, o espaço total das bancas era mais quadrado e ainda existia o camelódromo da rua Marechal Floriano. No ano de 2000, ele foi realocado para a Praça XV e são aquelas bancas que, na foto da direita, estão no canto superior esquerdo. Hoje, há apenas um corredor interno e o espaço das bancas ficou mais estreito e retangular.

Entre 1999 e 2001, a sonoridade mais comum nas redondezas do camelódromo era “cortar, cabelo; cortar cabelo”. Os “caixinhas” vendiam cigarros com muito mais facilidade, mas o produto mais comercializado entre eles era despertadores. Quem freqüentou o Centro naquele período, provavelmente, lembra-se do barulho contínuo desses aparelhos. A marca mais pirateada era a “Calvin Klein”. Os CDs eram vendidos com facilidade no interior do camelódromo e custavam seis reais. Hoje, devido à banalização da sua fabricação, eles baixaram de preço (quatro reais) e são mercadorias condenáveis pelo poder público. Nas ruas próximas, atualmente, o que mais escutamos é “fábrica de calcinha, fábrica de calcinha” e encontramos poucos despertadores. Calvin Klein desapareceu, a moda agora é a tradicional e centenária grife francesa “Louis Vuitton”.

O que se vende no camelódromo (e fora dele) diz respeito basicamente a duas coisas. Primeiro, ao que está na moda. Segundo, ao que está na moda fiscalizar. Em geral, os dois andam juntos. Ou seja, conforme aumenta excessivamente o contrabando de um produto, maior é a fiscalização sobre ele e, então, cria-se um discurso moralizador sobre a comercialização de determinados bens (como aconteceu com o CD e cigarro). Assim, quem vai ao camelódromo e observa seus produtos pode saber o que os consumidores desejam consumir (o que está em “alta”), bem como o que tem sido convencionado como “ilegal”.

4.1.2.2 A “lenda” do camelódromo: o caso da degola

Meus informantes costumam narrar e re-narrar histórias trágicas acontecidas no grupo. Aos poucos, fui percebendo que conatr esses episódios significava exaltar a dor e o sofrimento, que são marcas simbólicas, constitutivas de uma identidade heróica de grupo. E, além disso, informavam sobre as condições em que estavam submetidos trabalhando na rua.

Entre as diversas histórias, há uma específica que marcou profundamente a rotina do camelódromo, tornando-se uma espécie de “lenda”.

No ano de 2002, o casal Juremir e Joana trabalhava numa banca de eletrônicos, localizada no Centro do camelódromo. Os dois eram antigos camelôs e conhecidos de todos meus informantes. Hoje dizem que eram os “únicos que não se metiam em picuinha”. Havia um senhor que, durante anos, sempre “cantava” a esposa do camelô quando ele se retirava. Chamavam-no de “o tarado da XV”. Um dia, Joana contou ao marido que o homem a incomodava. Juremir, então, foi tirar satisfação com ele. Segundo relatos, foi uma discussão normal, como qualquer outra. O senhor, indignado, entrou na loja “Oba-Oba” e comprou uma faca de cozinha de 1,99. Procurou Juremir e cortou o pescoço dele, fazendo com que o camelô morresse na hora, degolado, no próprio camelódromo.

4.1.2.3 Do papel do humor e da fofoca

Embora exista um repertório de histórias trágicas e dramáticas (como a narrada acima) e de que elas sejam sempre contadas gerando um ambiente permanentemente tenso, a jocosidade também é uma forma de comunicação constante no interior do camelódromo.

Como demonstrou Fonseca (2000), o humor e a fofoca são elementos simbólicos que regulam identidades sociais. A autora demonstra que ambos, em grupos populares, constituem-se com alternativas cotidianas, fluidas, ágeis e cambiantes que possuem a capacidade de denunciar comportamentos e revelar representações dos grupos estudados. São, essencialmente, formas criativas de manipular e jogar com as regras e, no caso de meus informantes, com suas árduas condições de trabalho. Num dia de forte chuva no camelódromo - em que os vendedores perderam parte de suas mercadorias, suas roupas ficaram encharcadas e não conseguiram vender nada - Carminha começou a cantar, aos gritos, para todo o camelódromo ouvir:

Tomara que chova três dias sem parar.
Tomara que chova três dias sem parar.

Ela dançava também e corria por entre as bancas dos colegas. Todos começaram a pedir mais chuva e com ela iniciaram um grande coro:

Tomara que chova três dias sem parar.
Tomara que chova três dias sem parar.

Também era possível ouvir gritos, vindos de partes distantes de onde eu me encontrava no camelódromo: “*tomara que chova muito para a chinelagem aqui [referindo-se a eles mesmos] morrer tudo de fome. Vem chuva, vem mais chuva*”. Os vizinhos de

Carminha começavam a anunciar: “olha a água”. E, assim, jogavam a água que ficava sobre a lona e molhavam todos os passantes. Todos riam muito com o banho que as pessoas levavam. Perguntei porque faziam aquilo com pessoas que poderiam vir a ser clientes e, então, responderam-me: “*Nós estamos tudo na pindaíba... Vender o quê? Não temos mais nada...*”.

Essas atitudes demonstram o quanto eles ressignificam as difíceis situações em riso. A chuva era tanta, o prejuízo maior ainda, que só restava debochar da própria condição e proporcionar, naquele dia, alguma forma de distração, algo que os sustentasse na rua.

Conforme salientou Fonseca, o gozo também é uma alternativa à “norma hegemônica”. Uma vez, dois jovens simularam uma briga para ver se me imprimiam medo. Eles agiam de forma agressiva e chamavam-se de marginais e vagabundos. Percebi claramente que eles estavam, na realidade, interpretando as representações que muitas vezes se produz sobre camelôs. Além disso, não só representavam, mas também debocham daquilo. Também é comum eles chamarem-se jocosamente de “bandidos”. Lúcia, certa vez, disse para seu vizinho: “*vem cá, seu contrabandista bandido*”. Nesses momentos, todos riem, e riem muito. Ficando evidente que eles consideram absurdas as conotações que recebem, visto que tais atributos não correspondem às suas realidades. Para além da sátira, encontramos, nesses atos, uma crítica severa aos meios que a sociedade encontra de estigmatizar grupos populares e às classificações fugazes de ilegalidade.

Na realidade, o humor está presente em praticamente todas as feiras populares. Frases comuns no camelódromo, como “menina bonita não paga, mas também não leva”, são ditas em vários mercados do Brasil.

A fofoca também é um poderoso instrumento para perceber fronteiras simbólicas e representações do grupo. Além disso, ela é sempre denunciativa. O caso da “ladrona”, relatado no capítulo anterior, revelou limites interessantes. Quando o tumulto eclodiu, um circuito de fofoca alastrou-se como pólvora. Era possível até ver, a olho nu, a falação espalhar-se de boca a boca. No local onde eu estava observando (na banca de Carminha), Kelly condenava o comportamento da vizinha em denunciar o roubo: “não se ajuda um lojista, porque eles não nos ajudariam”. Outros condenavam a atitude porque feria a “Lei Obirici”. Ou seja, estava interferindo na vida de alguém que, como podia, ganhava a vida, e ninguém tinha “nada a ver com isso”.

Quando eu ia ao camelódromo, Dona Joana costumava chamar-me para falar de algumas pessoas. Embora ela seja vizinha de muitos anos de Dona Dalva, não poupa comentários sobre a colega. Reprova as atitudes “metidas” da camelô, dizendo que ela quer “tudo pra si”: o sindicato, os contatos com a Secretaria e o controle da segurança do camelódromo⁷⁰. Reclamava Joana: “*O Adeli [Secretário da SMIC, candidato a vereador em 2004] deixou camisetas para todos nós, e ela pegou tudo para ela*”. Nesse caso, a denúncia

⁷⁰ Os camelôs pagam dois seguranças para proteger o camelódromo do roubo.

caía sobre uma atitude individualista, porém esta não era desejada com as da “Lei Obirici”, pois afetava o trabalho do grupo inteiro. Dalva não poderia agir por si em nome da coletividade.

4.1.2.4 Dinheiro como linguagem

Ele está sempre presente no camelódromo. Quando não está, é motivo de lamúria. Fala-se nele durante todo o dia. Todos o desejam. É o sentido do trabalho, da rotina, da felicidade e da tristeza: dinheiro, dinheiro, dinheiro. Símbolo onipresente, símbolo onipotente.

Não é possível falar em mercado sem referir-se à moeda, pois é ela quem o movimenta. Sem a sua circulação, os estabelecimentos mercantis não sobreviveriam. No camelódromo, não é diferente: sem dinheiro, o sistema comercial não flui. Precisa-se de consumidores endinheirados para que a muamba seja vendida e, então, faça-se a busca de novas mercadorias em Ciudad del Este, pagando-se à vista os fornecedores. Volta-se carregado para Porto Alegre, vende-se tudo de novo e, assim, caminha a economia do camelódromo e o dinheiro gira. Por isso, perder mercadoria na polícia é um verdadeiro drama, não só por afetar incisivamente o orçamento familiar, mas também porque desorganiza um sistema comercial estruturado, rompendo a seqüência de um ciclo.

O dinheiro raramente sobra para meus informantes. Em geral, eles não o acumulam, usam-no somente como capital de giro e para o consumo básico de cada um. A lógica, portanto, é a do imediatismo e não da poupança. E isso é o suficiente para alguns camelôs como Amir, pois o desejado é conseguir recursos para manter-se trabalhando e conseguir dinheiro para pagar as contas e manter o nome e a honra limpa.

Dinheiro literalmente. No camelódromo, em Ciudad do Este também, o dinheiro é sempre “vivo”, à vista, reduzindo, assim, as possibilidades de “calote”. A maioria dos camelôs não aceita cheque (somente de clientes confiáveis). Logo, a mesma moeda que recebem é a que paga os fornecedores e também os funcionários. Entre os comerciantes da Praça XV, mais especificadamente entre as microrredes de solidariedade e confiança, há uma circularidade de dinheiro em forma de empréstimo. Quando alguém precisa de troco, pede-se para um vizinho próximo que o empresta. Se o dinheiro retorna no mesmo dia, não há acréscimo sobre o valor. Porém, se há a necessidade de pedir alguns dias de prazo, é estipulada uma quantia de juros que varia em proporção ao valor do empréstimo.

Afora o dinheiro vivo, no interior do camelódromo, há vários vendedores ambulantes de alimentos que vendem “fiado⁷¹”. Estes são pagos semanalmente pelos camelôs, quitando a

⁷¹ Vale-Transporte também é uma espécie de moeda no interior do camelódromo. Muitos vendedores aceitam-no nas vendas e depois trocam por alimentos ou vendem para os comerciantes ilegais de vale.

dívida anotada no “caderninho”. Segundo Márcia, uma jovem vendedora de lanches, os seus clientes sempre pagam no dia combinado, por isso ela raramente leva calote⁷². Caso isso aconteça, a fofoca desprestigiada é tamanha no interior do grupo (“*fulano deu “cano” em beltrano*”), que o comerciante fica com a reputação e a honra tão afetada, que o impossibilita de continuar trabalhando com seus colegas.

No início desta pesquisa, surpreendia-me com o “poder” que o dinheiro exerce no universo de pesquisa estudado. Estranhava o quanto se fala nele e o fato de, para meus informantes, tudo poder ser calculado em cifras monetárias. Até as relações entre vizinhos e parentes eram reguladas por ele. Por isso, cheguei a considerá-los utilitaristas. Carminha e Chico, por exemplo, passam o dia negociando, fazendo cálculos, vendo quem vendeu mais, porque vendeu menos, etc. Se o dia está bom, é porque entrou dinheiro, se está ruim, é porque não entrou. Briga-se com uma irmã por causa de um ou cinco reais. Certa vez, sob um temporal e frio intenso, Jorge dizia que o dia estava lindo, pois tinham vendido muitos chapéus: o dinheiro apareceu no lugar do sol.

Não é difícil entender meu preconceito inicial, pois no Brasil, como mostrou-nos Oliven (2001), falar em dinheiro é assunto velado que provoca constrangimentos e pudores entre as pessoas, sendo sempre comparado ao que é sujo e errado. Por isso, a onipresença e onipotência do dinheiro incomodavam-me. Afinal, entre camelôs, não há nenhum pudor para falar em dinheiro, ao contrário, ele é um símbolo escancarado, um bem desejado e preservado.

Um episódio interessante, acontecido comigo e Chico no Paraguai, pode ilustrar as duas visões de mundo em relação ao dinheiro. Ele comprou seiscentos dólares em mercadorias numa loja; eu, menos de um. Passei no caixa e a atendente não me deixou realizar a compra, pois não era permitido realizar uma venda de um valor tão baixo. Então, pedi a Chico que colocasse minhas compras (cujo valor era de sessenta centavos), junto com as dele, que fossem pagas tudo junto e eu lhe daria o dinheiro depois. Então, furioso com meu pedido, pagou e avisou-me: “*anota aí nesse bloco que tu me deve sessenta centavos. Não vai te esquecer, heim?*” Eu fiquei ofendida com a atitude, que considerei mesquinha naquele momento, afinal eu já havia comprado algumas coisas durante a viagem e dividido com ele. Na ingenuidade, pensei: “*quando eu viajo com meus amigos, todos se emprestam e ninguém precisa cobrar ninguém*”. Depois percebi que tudo que eu tinha dado a Chico ele tinha anotado em seu caderno, não havia esquecido de nada. Assim, entendi que, para ele, saldar a dívida comigo era algo de extrema importância dentro de sua concepção de mundo e seu código de honra. Por isso, esperava que eu agisse da mesma maneira, com a mesma

⁷² Donos de bares da redondeza também já me falaram que os melhores clientes são camelôs porque pagam sempre à vista.

responsabilidade e cuidado sobre as contas e sobre o dinheiro. Ou seja, desejava que eu falasse a mesma linguagem que ele.

Foi então que eu passei a compreender o porquê que de os camelôs não conseguem escrever seus próprios nomes, mas saberem calcular com precisão e agilidade qualquer conta de subtração, adição, multiplicação ou divisão. Dinheiro nada mais é do um símbolo qualquer de comunicação e de troca. É através dele que meus informantes comunicam-se, classificam o mundo e medem os afetos⁷³.

4.1.2.5 Barganha, garantia e honra

A barganha é uma forma de negociação presente em diversas feiras e mercados do mundo, que se mantém com o passar dos séculos⁷⁴. Para que ela ocorra, é necessário que haja (a) mais de um vendedor oferecendo o mesmo produto; (b) um reconhecimento de que o preço é fluido e (c) uma interação face-a-face entre comerciante e vendedor.

Eu mesma já barganhei no camelódromo quando desejava comprar um aparelho de CD. Eu estava indecisa, por isso pesquisei em várias bancas. Quando cheguei numa que tinha exatamente o produto que eu queria, disse ao seu dono que nas bancas vizinhas tinham me baixado o preço de cento e cinquenta reais para cento e trinta. Ele tratou de me convencer que o seu aparelho de som era melhor do que o dos outros. Então, ofereceu-me a cento e vinte reais e mais um desconto em outro produto. Comprei um produto barato e ainda por cima pude perceber a mobilização intracamelódromo que a barganha propicia, no momento em que ela revela a competição entre vizinhos e a arte de cada um pra convencer que seu preço e mercadorias são melhores.

Durante a compra do aparelho de som, fiquei com desconfiança sobre o produto. Afinal, era de uma marca que eu desconhecia: “Diplomatic”. O vendedor, somente com sua lábia, convenceu-me que o aparelho de CD era o melhor do Paraguai e o único que, de lá, funcionava. Certificou-me que não estragara e, caso isso acontecesse, ele me daria uma garantia de troca que teria validade durante três meses e assistência técnica por um ano. A garantia, ele anotou num pedaço de papel que ele tinha à mão e a assistência técnica era de um amigo dele que sabia consertar aquele aparelho.

Eu não tinha dinheiro à vista para pagar o som, somente cheque. Ele, disfarçadamente, perguntou à Dalva se eu era de “confiança”, se meu cheque era “bom”. Ela

⁷³ Bibliografia sobre o papel simbólico do dinheiro: Simmel (1991), Dodd (1997), Bloch (1994), Monjaret (1998), Zelizer (1994), Oliven (1997), etc.

⁷⁴ Nos anos 50, Geertz (1979) analisou a barganha nos mercados de Sefrou. Num seminário ocorrido em Setembro de 2004, no Núcleo de Cultura e Economia do Museu Nacional (coordenado pelo Prof. Federico Neiburg), o tema foi debatido - recuperando a obra clássica do autor - nas etnografias de Paulo Gabriel Hilu R. Pinto, sobre os mercados de Alepo (Síria); e de Fernando Rabossi, em Ciudad del Este.

deu seu aval com toda certeza. Eu, discretamente, também perguntei a ela se a garantia era “quente”. Ela disse que sim. Na mediação da compra e da venda, Dalva levou dez reais. O negócio aconteceu porque cada parte envolvida empregou sua palavra. E a palavra era a única coisa que cada um de nós podia oferecer naquele momento.

A famosa frase “a garantia soy yo”, dita por camelôs no ato da venda, está diretamente relacionada com ao episódio que acabei de relatar. Ou seja, dentro de um mercado inserido no setor informal da economia, a credibilidade de venda está diretamente ligada à palavra de cada vendedor, pois este, por sua vez, não possui nenhum registro contratual formal, apenas a sua honra. A lei, a norma, o contrato e a garantia são encarnadas na pessoa e na palavra do camelô.

As vendas não deixam de acontecer por causa de uma falta de contrato firmado na linguagem escrita e jurídica. Ao contrário, elas acontecem todos os dias, a todo o momento, cada vez mais. Conforme demonstrarei adiante, meus informantes, que também possuem lojas estabelecidas e nelas vendem o mesmo produto que nas bancas, estão convencidos de que os consumidores preferem comprar na rua. Podemos compreender esse processo como uma forma de resistência social à crescente burocratização e impessoalização do comércio estabelecido, evidenciando que o sistema informal da palavra e da honra caminha paralelo a ele e tem eficácia e credibilidade entre consumidores e comerciantes urbanos.

4.1.2.7 Marketing popular: “pode chegar, freguês⁷⁵”

A concepção de que o “freguês⁷⁶” merece toda a atenção é, talvez, a única unanimidade entre os camelôs da XV. Todos os informantes procuram agradar como podem os seus clientes. Cada um tem a sua técnica para tanto.

Sempre que eu estava em campo, ficava em frente da banca de alguém com quem conversara. Isso causava um incômodo imenso nos vendedores. Eles olhavam-me inquietos até chegar a ponto de dizer: “*pode sair de frente da minha banca? É para os clientes poderem chegar com tranquilidade*”. A banca “livre” é uma norma difundida no camelódromo. Entende-se que o passante não terá interesse em se aproximar se houver tumulto ao redor dela. O sol também é algo que pode atrapalhar o cliente, por isso cada camelô tem dois guarda-sóis: um é para proteger as mercadorias, o outro é para fazer sombra para o cliente.

⁷⁵ Os camelôs falam essa frase repetidamente, com uma técnica de voz específica, dando a impressão que é sempre a mesma pessoa quem está falando.

⁷⁶ Os camelôs chamam seus clientes de “fregueses”.

Já que a banca de um camelô é o seu maior patrimônio, ela é cuidada como se fosse uma obra de arte: montá-la demora, no mínimo, três horas. Os objetos são colocados um a um e prendidos com alfinetes. Não há, jamais, aleatoriedade na montagem, pois cada mercadoria é pensada e medida, conforme sua forma, tamanho e cor. Há uma economia dos espaços surpreendente entre os camelôs, no momento em que eles conseguem esvaziar cinco sacolas (as listradas) cheias de objetos, colocando-os todos num espaço muito pequeno.

A montagem da banca aproxima-se ao trabalho de um *bricoleur*: aquele que utiliza recursos limitados (o que dispõe à mão), não possui um projeto de sua obra, mas pode alcançar resultados brilhantes (LÉVI-STRAUSS 1997). O camelô possui um número determinado de mercadorias com as quais tem que fazer um arranjo. Cada dia é um arranjo novo com o mesmo repertório de peças. O resultado final é uma harmonia de cores e formas obtidas através de um saber prático. Uma banca bem montada é motivo de orgulho e exibição por parte de seu dono, e isso parece ser um traço comum a demais mercados populares. Lévi-Strauss, em “Tristes Trópicos”, analisou a organização das feiras dos países que visitou nos anos 30:

No Brasil, como na Bolívia ou no Paraguai, as grandes feiras e mercados, ocasiões da vida coletiva, evidenciam um regime de produção ainda individual; cada tabuleiro reflete a originalidade de seu titular. (...) Cada vitrine, que são todas humildes obras de artes, expressam uma diversidade de gostos e de atividades, um equilíbrio específico para cada uma delas, que depõem em favor da liberdade preservada por todos... (1996:97)

Para os camelôs, uma banca bonita é o primeiro passo para realizar uma venda. Depois, é necessário ser sempre gentil com os clientes. Conversar, sorrir e ser receptivos às pechinchas são técnicas indispensáveis para a realização das vendas. Dentro de um ambiente comercial e também competitivo, cada vendedor possui suas próprias habilidades para conseguir ser bem-sucedido.

Tu vê, tem gente que não consegue trabalhar aqui, a pessoa para trabalhar aqui tem que ter um *dom* especial, tem que ter um *QI* mais, mais... (Carminha)

O marketing de cada camelô é encarado como um “dom”, e este deve ser guardado em segredo, só ensinado aos aprendizes que darão continuidade ao ofício.

Passei isso para todos os meus filhos, graças a Deus, graças a Deus... Desde pequenininho, o de 10 anos já tem toda uma técnica de venda, já sabe conversar com um freguês, já sabe agradar um freguês, fazer a venda... Se agrada um freguês tu conversando com ele, puxando um assunto com ele, puxa um monte de assunto com ele. Tu vai levando, tu vai levando, vai falando com ele... ele vai te perguntando sobre o negócio que tá comprando e tu vai conversando, vai conversando e até engatinhar que o negócio seja feito

[risos] e tu tem que saber, né? Se tu ficar parado perto do freguês tu não vende. Ah! Tu coloca a mercadoria na mão dele para intimidar, né?” (Amir).

Estética de bancas diversas





4.2 RELAÇÕES DE CONSUMO: CONSUMIDORES & CONSUMIDORES

Não existe mercado sem consumo. É ele que o engrena, fazendo circular as pessoas, as mercadorias e a moeda. Esta parte do capítulo trata dos consumidores através de duas abordagens. A primeira refere-se àqueles que compram dos camelôs: quem são eles? O que buscam e por que buscam? A segunda procura pensar os camelôs, em especial meus informantes-chave, não mais como vendedores, mas enquanto consumidores também.

4.2.1 “Camelô fashion”: um pouco sobre o consumo de pirataria

Até o presente, centrei-me na busca pelo dinheiro e no desejo dos camelôs de venderem seus produtos que são difíceis de se obter. Todos esses atos pressupõem um público. Cabe agora discorrer um pouco sobre esse público, tão desejado pelos informantes.

Quem é que compra de camelô? Serão grupos populares que desejam “imitar” as camadas médias e altas, usando as mesmas grifes que elas, só que piratas? Lembremos de Bourdieu (1983), quando afirmava que as falsificações “grosseiras” eram consumidas por grupos de baixa renda, para imitar as elites francesas, como se essas, por sua vez, não usassem esse tipo de produto. Hoje, contudo, com a mundialização da informalidade e banalização da pirataria, podemos transpor este modelo para o Brasil?

Nos primeiros diários de campo, anotei: “as pessoas de camadas médias parecem se esconder quando estão comprando no camelô, baixam a cabeça e depois saem correndo, sem

olhar para os lados, como se estivessem fazendo algo errado”. Com o passar do tempo, comecei a perceber cada vez mais mulheres e homens de camadas médias totalmente “desavergonhados”. Pessoas do meu círculo de amizades, colegas de mestrado, familiares, todos vinham me contar: “*comprei nos teus informantes!*”

Sem dúvidas, houve uma mudança ao longo destes cinco anos de pesquisa. Não creio que foi somente agora que as pessoas de classe média passaram a comprar de camelô, sempre assim fizeram, mas hoje em dia não é mais algo velado e desprestigiado, ao contrário, é fashion, está “in”, está na moda; assim como aconteceu no Brasil com a feijoada (FRY, 2001), com o samba (VIANNA, 1995) e, num exemplo mais próximo, com as roupas confeccionadas no Morro da Cruz em Porto Alegre (KRISHKE LEITÃO, 2004).

O comércio que os camelôs praticam possuem grande serventia para a sociedade capitalista, na qual o desejo de consumo – de aquisição de bens distintivos – é uma necessidade (acumulativa) para grande parte das pessoas. Se comprar de camelô já foi sinônimo de “consumo popular”, hoje tal idéia não se verifica empiricamente. Uma pesquisa recente da Federação das Indústrias do Estado do Rio (FIRJAN) mostrou que 47% da “classe A” carioca compra de camelôs e 49% da “B”⁷⁷. Evidentemente, o comércio de rua também é usufruído por grupos populares, visto que ele, muitas vezes, é a única alternativa de adquirir um produto de “marca” (um boné e um tênis, por exemplo, para jovens da periferia urbana)⁷⁸. Entretanto, segundo minhas observações de campo, há uma diferença relevante entre classes sociais no que se refere às mercadorias consumidas de camelô: os grupos populares compram miudezas de baixo custo (chaveiro, pilha, CD, cola, bijuterias, etc.) e as camadas médias consomem produtos mais caros, tais como brinquedos e aparelhos eletrônicos e também falsificações de luxo de grifes internacionais.

Centrarei-me nas falsificações de luxo, pois é um tema em que tenho me detido nos últimos tempos, num diálogo com a “Antropologia do Consumo”⁷⁹. Talvez hoje nem mais Bourdieu falaria que o uso daquilo que chamamos de pirataria é uma prática de camadas populares. A indústria pirata – como se verá no capítulo seguinte – atualmente é um fenômeno: um fenômeno de produção de bens, que não têm nada de grosseiro como dizia o referido autor, pois sequer conseguimos distinguir um produto original de sua cópia, tal é a

⁷⁷ FONTE: JORNAL O GLOBO, Caderno de Economia, Pág. 25. Data: 26 de Maio de 2004.

⁷⁸ Nas minhas idas a campo aos sábados no camelódromo, sempre via muitas pessoas portando aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos recém comprados nas ofertas das grandes lojas do Centro. Eram sempre consumidores populares e isso ficava evidente porque eles ficavam com os produtos na fila dos terminais de ônibus, que tinham destino às vilas da cidade. Eu gostava muito de ver estas cenas, porque era possível ver a felicidade das pessoas ao adquirirem certos bens que, provavelmente, pagariam a duras prestações. Estes atos sempre mobilizavam a família inteira do comprador no momento em que iam várias pessoas para contemplar a compra e para ajudar a carregar a mercadoria.

⁷⁹ Em especial no paper “*Original ou Falso? Uma análise antropológica sobre o universo da pirataria e do contrabando entre Brasil e Paraguai*”, apresentado no I Encontro Nacional de Antropologia do Consumo, em Niterói (RJ) e também nos diálogos paralelos com as colegas Débora Krishke Leitão (UFRGS) e Diana Lima (MN/UFRJ) e com a Profa. Maria Eunice Maciel (UFRGS).

especialização desse mercado. As falsificações de bolsas Louis Vuitton, canetas Mont Blanc, relógios Guess, carteiras Victor Hugo e óculos Dolce & Gabana são perfeitas e encontradas em qualquer banca de camelô.

Vejamos o caso das bolsas Louis Viutton. Neste ano de 2004, vários jornais noticiaram que a heroína e milionária personagem “Maria Clara Diniz”, da novela das oito da Rede Globo, estava usando uma Louis Vuitton, só que pirata, e isso causara indignação entre representantes da marca, em vários países do mundo. Ora, a personagem é só um reflexo de um ato generalizado em toda a classe média e alta brasileira.

A título de ilustração, cabe aqui fornecer alguns dados sobre a bolsa. Em Porto Alegre, não há loja da Louis Vuitton, somente em São Paulo e Rio de Janeiro, localizadas nos mais altos pontos de elite. Ela custa entre dois a doze mil reais, dependendo do modelo. São fabricadas em Paris e em Nova York, possuem um cartão de originalidade, são de “couro ecológico” e suas costuras são marrons. As falsificações são iguais, até o cartão é feito para que o consumidor fique plenamente satisfeito. Há, basicamente, três tipos de imitação: primeira, segunda e terceira linha. As primeiras são idênticas, enquanto que as últimas são capazes de terem escrito “Luís Vitão”!. Evidentemente, as primeiras são consumidas por pessoas da elite. As bolsas piratas são todas fabricadas na China e lá vendidas a um ou dois dólares. No Brasil, custam entre cem a quatrocentos reais⁸⁰.

O fato de uma bolsa ser pirata (ou não) é indiferente, pois ela, como qualquer outra mercadoria é, em si, um objeto nulo que só assume valor, significado e originalidade de acordo com o contexto social. Pode-se comprar uma bolsa original ou pirata de 1ª ou 2ª linha, pode-se comprar na rua, nos estandes dos chineses da rua Dr. Flores de Porto Alegre, no camelódromo ou mesmo na própria loja, que ela só vai ganhar sentido nos universos onde circular. Se a personagem Maria Clara Diniz aparece na novela com uma pirata, ninguém duvidará sua originalidade (somente os especialistas, que assim fizeram). Entretanto, se uma empregada doméstica aparecer com uma, alguém com pré-noção, poderá pensar imediatamente: “é pirata!” (Mas nada impede de que seja original, pois ela pode ter pago a prestações com seu baixo salário, ou até ganho de alguém).

O que estou tentando dizer com esses modestos exemplos é que são os espaços sociais onde os indivíduos circulam que dão legitimidade à grife, seja ela pirateada ou original, pois ela está diretamente relacionada ao capital cultural de cada um. Diante de uma Antropologia do Consumo - que vem desde autores como Mary

Uma Louis Vuitton original



⁸⁰ Hoje em dia, tal é a perfeição deste mercado que há especialistas que discernem uma original de sua cópia através do tipo de tecido, número de costuras, pigmentação, etc.

Douglas, Nobert Elias, Pierre Bourdieu, passando por Daniel Muller e Nestor Canclini e no Brasil por Everardo Rocha, Diana Lima, etc. - podemos compreender o consumo de determinados bens, não como necessidades materiais objetivas - uma razão prática - mas como símbolos de identificação. Às vezes, paga-se muitos mais por uma bolsa Louis Vuitton paraguaia do que por uma bolsa original de marca desconhecida. Se a bolsa é falsificada ou não, o que importa? O relevante é que uma mulher de alto poder aquisitivo (ou que disfarça ter) usa uma Louis Vuitton. Há quem ache isso supérfluo. Porém - sob a ótica antropológica, dos autores supracitados -, entendo que a aquisição de uma falsificação nada mais é do que uma forma de, ao mesmo tempo, comunicação, individualização, diferenciação, classificação e construção de identidade social. Conversei com uma das maiores distribuidoras de falsificações de marcas de Porto Alegre, uma mulher de 32 anos, de uma família de classe média tradicional judaica de Porto Alegre, que vende e consome seus produtos. Ela disse-me:

Nós, especialistas em bolsas, sabemos distinguir uma réplica de uma original. Mas eu uso as duas, e ninguém nota a diferença. Se eu for numa festa chique, com uma réplica, ninguém vai dizer que “eu” estou usando uma réplica, provavelmente vai ter várias réplicas e originais diluídas, mas não vai fazer diferença, o importante é que todas nós estamos usando LV e isso é que importa entre esses lugares... É quem compra de mim, por exemplo, é um público A. Gente de muito dinheiro mesmo⁸¹.

Por essas razões, comprar de um camelô pode ser ressignificado de popular para “fashion”. E, de fato, grande parte do público consumidor do camelódromo é oriunda de camadas médias e médias altas. Indivíduos de grupos populares preferem consumir em grandes lojas (à prestação) a comprar à vista numa banca de rua. Os movimentos são contrários: se, para as camadas médias, está na moda comprar nos camelôs (no universo informal) e isso possui algum sentido significativo em seus contextos simbólicos, para grupos populares o que proporciona maior distinção é comprar em uma loja formal, que tem crediário, e não num camelô qualquer que tem a imagem do comércio popular. Percebamos, portanto, que os lugares de consumo são espaços de diferenciação e segmentação social, “bons para pensar” – como diz Canclini (1996), parafraseando Lévi-Strauss – separando e situando indivíduos em distintas classes sociais.

4.2.2 Quando o camelô é freguês

Neste tópico, procuro pensar meus informantes como consumidores finais (pois Chico, por exemplo, é um consumidor em Ciudad del Este, mas não faz uso do que compra). Interessa-me saber o que eles desejam possuir, como e quando conseguem adquirir bens. Por

⁸¹ A informante quando se refere à pirataria fala em “réplica”.

isso, não escaparei de uma breve retomada das trajetórias sociais de ascensão econômica de alguns informantes.

Já que me propus a estudar as práticas comerciais dos camelôs e sacoleiros, centrei-me, evidentemente, em seus papéis de “vendedor”. No presente, mostro quando o camelô deixa de ser um comerciante e passar a ser um “freguês”. Ou seja, quando ele volta ao comércio com o dinheiro que recebeu nas vendas e retroalimenta a economia.

A inferência que fiz acima, de que populares preferem consumir em lojas e camadas médias e médias altas em camelôs, obviamente é um modelo geral que tem suas exceções para os dois lados. A maioria dos camelôs consome seus produtos, mas isso não provoca nenhum sinal de distinção entre eles. Ao contrário, é algo completamente banalizado. Se um vendedor aparece com um boné da Nike, todos saberão que é falso. A situação é muito semelhante à estudada por Krishke Leitão (2004), na qual as costureiras que confeccionam roupas da grife do Morro da Cruz e vendem para um público de camadas médias não usam suas próprias roupas, ao contrário, consideram-nas um monte de retalhos e afirmam que “roupa boa é roupa pronta”.

Assim como as costureiras do Morro da Cruz, meus informantes preferem comprar roupas em lojas como “C&A” e “Renner”. Uma vez, disse-me Susana: “*Pobre também gosta de coisa boa*”. Um dos fatores de extrema importância que facilita a aquisição de bens caros e originais por camelôs é a rede que os mesmos possuem com ladrões. De acordo com relatos de diversos informantes, há ladrões de todas especialidades: aquele que só rouba roupas, os de celulares, de bolsa, de remédios, de aparelhos eletrônicos, de relógio, etc. O maior público consumidor de muitos que furtam são os camelôs. Quando eles têm uma mercadoria roubada, vão direto ao camelódromo e certamente encontrarão lá um comprador. Os camelôs, ao mesmo tempo em que compram de ladrões, condenam-nos, taxando-os de desonestos e criminosos. Porém, são eles próprios que incentivam o roubo no momento em que compram as mercadorias. Essa relação direta, contudo, do ato do roubo com o ato da venda, passa despercebida pelos camelôs.

Já vi vários comprando qualquer coisa que o ladrão oferecesse. A idéia é a seguinte: o que é roubado é bom. Assim, ao invés de comprar um aparelho de DVD no Paraguai, por exemplo, compra-se do ladrão pelo mesmo preço. Já presenciei um camelô comprar um casaco roubado da loja Tevah para presentear um parente. Também há aqueles que exibem seus relógios novos, que custariam cerca de dois mil reais, mas foram adquiridos a quatrocentos.

Contudo, devemos prestar atenção num fato importante: os produtos roubados possuem um valor bastante alto também (como o relógio citado acima). Como os camelôs conseguem pagá-lo à vista? Apesar de muitos camelôs não terem dinheiro nem para realizar as refeições básicas (como aconteceu com Lúcia que enfartou num Natal em que não

conseguiu vender nada e, por conseguinte, não realizou a ceia natalina), há alguns vendedores estabelecidos na profissão e que compensam financeiramente o número exorbitante de horas que trabalham diariamente.

Chico é um exemplo notável. Aos 26 anos de idade e 14 de camelotagem, já é dono de duas bancas. Nos últimos meses, registrou seu negócio e abriu uma microempresa. Rui, seu sogro, é o exemplo mais bem-sucedido da Praça e deseja agora trabalhar com cartão de crédito para melhor atender seus clientes. Carminha vai semanalmente ao salão de beleza arrumar o cabelo. Já Edgar é dono de quatro bancas, já tem casa própria, terreno na praia, etc. Tatiana, filha de Susana e Tito, estuda em colégio particular e Susana cursa Assistência Social em uma universidade privada. Porém, não generalizemos estes exemplos a todos camelôs, pois há muitos que vivem em situação de extrema pobreza.

O exemplo, para mim, mais interessante é o de Camila, filha de Carminha. A menina estuda violino (que Carminha comprou de um ladrão), faz aula de balé, de inglês e de espanhol. Todos acham um exagero a quantidade de atividades que a criança realiza, mas a mãe acha que ela tem a obrigação de ser uma moça estudada. O quarto de Camila tem tantos brinquedos, que não sobra espaço para nada: dezenas de ursos, videogames, brinquedos eletrônicos. Mas Camila já enjoou de todos eles. Ela também faz seguidamente “book fotográfico”, entre tantas outras coisas que uma menina de sua idade poderia querer. Nas horas vagas, assiste filme infantil num aparelho de DVD que Carminha e Chico compraram numa loja, à vista, com o dinheiro que ganharam no Natal e no jogo de bingo⁸².

Porém, tais capitais adquiridos não fazem de Camila, Chico e Carminha pessoas de camadas médias. Os objetos consumidos não mudaram seus hábitos, suas posturas corporais, seus círculos de amizades. Também não deixaram de morar num cortiço localizado no Centro da cidade.

Por fim, o consumo de determinados bens proporciona que camelôs joguem com seus papéis sociais associados ao popular. Mesmo não deixando de serem “populares”, conseguem manipular - seja através da compra do roubo, seja pela compra em lojas - certos símbolos que consideram importantes e que lhes dão status no universo social pelo qual transitam.

⁸² O aparelho de DVD é o maior desejo de consumo dos camelôs nos últimos tempos. Carminha exhibe tanto com o aparelho que eu chego a sentir dó de seus vizinhos que não possuem um. Além disso, ela nunca fala que “vai ver um filme”, mas grita para todos ouvirem que vai “ver um DVD” e repete: “um DE-VE-DÊ!”.

5 GLOBALIZAÇÃO, CAPITALISMO E INFORMALIDADE: UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA

Meu objetivo, neste capítulo, é promover uma interpretação das categorias de capitalismo, globalização e informalidade, sob a lente etnográfica, ou seja, sob a ótica dos camelôs, sacoleiros e demais trabalhadores afins.

De que forma o camelódromo se relaciona como um circuito mercantil mais complexo? De que maneira os camelôs e sacoleiros – atores sociais comuns – participam da economia? E em que medida eles transitam entre um sistema global de mercado? Procuro responder estas indagações sem, contudo, esgotar a discussão - nem teria espaço para tanto diante do objetivo que me propus nesta dissertação de apresentar um panorama do universo estudado.

5.1 OS SACOLEIROS, A PIRATARIA E UM MERCADO TRANSNACIONAL

Tenho percebido o “caráter global” de minha etnografia desde o primeiro dia de trabalho, quando me deparei, em bancas diversas, com falsificações de grifes internacionais encontradas em diversas partes do mundo. Posteriormente, comecei a ver que meus informantes, semanalmente e com certa facilidade, viajavam para outro país e imergiam em “outra cultura”. Que isso é uma forma de fluxo transnacional, não se pode negar. Todavia, somente este fato não interessa à Antropologia, pois movimentos e mercados internacionais sempre existiram no mundo. Meu esforço é mostrar, sob o ponto de vista dos atores sociais – ou seja, daqueles sujeitos sobre cujas vidas e trabalho eu falei ao longo desta dissertação – como esse processo social é vivido, compreendido e manipulado.

Globalização ou mundialização, seja qual nome damos a esse processo social, econômico e cultural, tem sido compreendida nas Ciências Humanas, em termos gerais, como um fluxo intenso e veloz no qual circulam mercadorias, informações e pessoas em níveis transnacionais (FEATHERSTONE, 1999). Essa definição básica parece-me um fato incontestável. Contudo, para desenvolver meu argumento, problematizo justamente esses três eixos estruturantes do conceito (pessoas, mercadorias e informações) para mostrar como as práticas dos sacoleiros brasileiros são inseridas no processo de globalização.

O que eu defendo vai ao encontro do que os antropólogos já vêm dizendo há alguns anos: globalização não é um processo que se dá de forma tão homogênea quanto se imaginava. Ao mesmo tempo em que existe uma força vertical que procura impor-se como única e universal e promover um discurso sobre “o fim das barreiras nacionais”, existem repostas múltiplas e imediatas, reforçando as fronteiras regionais e as identidades locais (ver, por exemplo, OLIVEN, 1992 e SOARES, 2001).

Se cada vez mais diferentes culturas, sub-culturas e *ethos* particulares entram em contato uns com os outros, transcendendo os limites das fronteiras nacionais ou regionais, tal comunicação nem sempre é sinônimo de entendimento ou de harmonia. Ao contrário, a tendência é que quanto maiores forem as tentativas de homogeneização de valores e os contatos interculturais, maior a resistência, a intolerância, os conflitos, enfim, o centramento em culturas particulares. O comércio fronteiriço do Brasil com o Paraguai é um exemplo expressivo disso. Inclusive, as fronteiras geográficas, que demarcam estados-nações, são locais preferenciais de análise, pois nelas estão latentes uma série de símbolos⁸³. Atravessar a Ponte da Amizade com os sacoleiros fez-me ver, de uma só vez, mercadorias circulando, conflitos, pessoas indo e vindo e trocas de informações interculturais. Reporto-me aos dados etnográficos, por entender que a minha contribuição neste trabalho não é promover um discurso macroestrutural acerca da globalização, mas mostrar como esse processo atinge meus informantes em suas rotinas de trabalho, em seus cotidianos.

⁸³ As etnografias em regiões fronteiriças de Jardim (2000), Sanchez (2000), Grimson (2003) e Rabossi (2001, 2004) são exemplos disso.

5.1.1 “Sacoleiro cosmopolita”: circulação de pessoas e informações

Se os sacoleiros são exemplos de pessoas que transitam de um país a outro com certa facilidade, isso não implica uma troca cultural intensa. O título desta dissertação, “a garantia soy yo” é um dos poucos exemplos de incorporação de algum símbolo paraguaio por parte dos comerciantes brasileiros. Em Ciudad del Este, a expressão é dita pelos “mesiteiros”: “*la garantía soy yo!*”, sendo apropriada – e reelaborada para um “portunhol” – pelos sacoleiros. Essa troca, que ocorre no nível da linguagem, acontece por se tratar de uma expressão muito difundida no comércio fronteiriço, sendo impossível desconhecê-la. Porém, tal interpenetração cultural foi uma das únicas percebidas ao longo do trabalho de campo.

Quando decidi viajar com os sacoleiros, esperava fazer inúmeros registros de manifestações de trocas simbólicas entre sujeitos dos dois países. A minha surpresa, entretanto, foi perceber a impermeabilidade proposital existente na relação dos brasileiros com os paraguaios. Os sacoleiros possuem um relacionamento tenso com os nativos do Paraguai, no momento em que os primeiros costumam ignorar a presença dos segundos (mesmo estando fora de seu território). O contato entre eles é superficial, quando não é hostil. Meus informantes consideram os paraguaios ignorantes e desprezíveis e estes, por sua vez, especialmente aqueles que trabalham nas lojas de Cidade do Leste, temem que os brasileiros ocupem seus empregos. Quanto mais agressivo um muambeiro brasileiro for com um paraguaio, maior é a sua demonstração de poder em território oposto.

A idéia de cosmopolitismo, que é uma das principais características da globalização, poderia ser transposta para análise de meus informantes. Afinal, eles viajam semanalmente para outro país, entram em contato com outra língua e cultura e, ainda por cima, dominam símbolos internacionais que são as mercadorias que comercializam. Numa análise precipitada e simplista chamaríamos, então, os sacoleiros de cosmopolitas. Segundo Hannerz (1999), um dos “modismos” da atualidade é a noção de cosmopolitismo. A categoria vem sendo usada muito vagamente, abarcando todos aqueles que viajam seguidamente pelo mundo. Para o autor, o fato de as pessoas transladarem-se de um país para outro não é, necessariamente, uma forma de comunicação global. Os exemplos que ele oferece são muito semelhantes às situações vivenciadas pelos meus informantes. Trata-se de comerciantes/contrabandistas nigerianos que revendem suas mercadorias em Londres, viajando, seguida e ilicitamente, para a Inglaterra. Contudo, essas pessoas não participam do modo de vida inglês, seus hábitos não ultrapassam os horizontes locais da Nigéria.

Chico, por exemplo, que viaja ao Paraguai há mais de 10 anos, não domina o espanhol falado em Ciudad del Este, ignora-o, no momento em que não precisa usá-lo para fazer suas compras. Também desconhece totalmente os hábitos e costumes paraguaios, como as

canções nativas, e surpreendeu-se quando eu disse que a bebida típica paraguaia (“tererê”), que está sempre presente na mão de um nativo, não era igual ao chimarrão gaúcho: o que demonstra claramente uma falta total de diálogo. Informações múltiplas podem ser trocadas, mas nem sempre isso ocorre. E se a informação não é assimilada é porque não se deseja que isso ocorra.

Assim, os sacoleiros brasileiros possuem um repertório de táticas que os possibilitam viajar para outro país, sem, contudo, necessitar trocar profundamente informações com a população do mesmo. O contato com os paraguaios é pontual e superficial, quando não é tenso. Vai-se lá com um objetivo muito singular: buscar muamba e ponto. Então, se os sacoleiros só falam um idioma e desprezam os costumes do país vizinho, não são cosmopolitas. E o permanente contato com marcas globais? Isso não é uma espécie de cosmopolitismo? Afinal, tais símbolos não são também informações? Chico domina todas as grifes e marcas que lhe interessam. Faz isso com precisão, sabe o que está na moda, o que os clientes consomem, o que vende e o que não vende mais. Contudo, para ele, saber o que comprar em Ciudad del Este não implica que tais símbolos tenham algum sentido significativo para ele. Um exemplo disso é quando ele quis entrar no ramo de bolsas “Louis Vuitton” piratas. Dizia-me ele:

Aqueles bolsas tudo igual, que tem umas letrinhas assim. Sei lá o que é aquilo. Mas as riquinhas tudo gostam e eu acho que dá dinheiro.

Ou seja, “dá dinheiro” e é isso que importa, pois, como já vimos no capítulo anterior, vender é o que interessa no âmbito local do camelódromo. Manipula-se o símbolo global, joga-se com ele, mas isso não significa usufruí-lo⁸⁴. Chico nem sabia que “Louis Vuitton” era uma tradicional e centenária grife francesa, comercializada nos circuitos da mais alta costura mundial e consumida por uma elite, esta sim cosmopolita, que vive no Brasil, Estados Unidos, na França, na Itália, etc.

De acordo com Ribeiro (2003) – que analisou os sacoleiros que viajam para o Paraguai e o intenso movimento de pessoas que se deslocam diariamente em virtude deste comércio - esse processo pode ser denominado de “globalização popular”. A idéia consiste em pensar os grupos populares (especialmente os sacoleiros) como agentes que se inserem ativamente no processo. Complementando com minhas observações de campo, tal inserção ocorre porque eles proporcionam o consumo de bens globais para diversas camadas sociais e fazem isso através de ações estratégicas, oportunistas e racionalizadas.

⁸⁴ De acordo com a De Certeau, a relação de Chico com a Louis Vuitton poderia ser interpretada como “estratégicas ou táticas” das “artes de fazer”. A idéia do autor é de que há os “produtores” de normas dominantes e valores homogêneos (no caso desta pesquisa seriam as elites do mercado formal mundial), mas que os grupos populares em seus cotidianos - “os consumidores” destas lógicas – fariam

5.1.2 “Made in China”: circulação de mercadorias

Até o presente, discorri sobre a circulação de pessoas e informações. Agora, qual é a mola propulsora deste movimento? O que leva os sacoleiros a atravessarem a fronteira e os colocam frente aos paraguaios? Certamente são as mercadorias. Ou seja, os bens pirateados disponíveis em abundância na Ciudad del Este. Estes bens, por sua vez, também são frutos de um mercado transnacional (vêm da China, vão para o Paraguai e são escoados no Brasil por milhares de pessoas na fronteira. Tais produtos podem ser encontrados numa banca de camelô até uma loja de elite de shopping center).

No entanto, ao mesmo tempo em que podemos considerar a pirataria uma das maiores expressões das novas configurações do mercado global, sua comercialização, em escala transatlântica, não é um fato recente. A palavra “pirata”, que designa até hoje os comerciantes que trabalham com pirataria, vem do grego (peirato) e existe há mais de três mil anos. No século XVI, chamavam de piratas os sujeitos que saqueavam navios e cidades (pilhagem) e comercializavam, além mares, as mercadorias obtidas, como ouro, tecidos, tabaco, açúcar e outras bugigangas. Assim, desde os tempos remotos, houve duas formas de mercado global: uma regulada pelo estado e pelo grande comércio estabelecido. Outra, caminhando em paralelo, comercializando os mesmos produtos (ou semelhantes) só que ilegalmente. Logo, a prática do contrabando está diretamente ligada à de pirataria.

Atualmente, a comercialização de pirataria, em escala global, vem assumido grandes proporções. Grande parte de sua produção é feita na China (basta olhar a fabricação da maioria destes produtos, em seu verso constará “Made in China”) e exportada ou contrabandeada para diversos países do mundo. A maioria dos produtos paraguaios é de lá. O mercado de Ciudad del Este é tão expressivo ao ponto de já ser, atualmente, o maior pólo de vendas de bugiganga da América Latina e o segundo do mundo (perdendo apenas para



Congestionamento habitual de veículos, carregados de muamba, para ingressar na Ponte da Amizade, sentido Ciudad del Este/Foz do Iguaçu.

Miami). São Paulo – rua 25 de Julho, especialmente - também se constitui um pólo importador e distribuidor de mercadorias da China (inclusive, muitos sacoleiros têm deixado de ir à Ciudad del Este e começado a viajar dentro do território brasileiro). Os produtos, em geral, vêm de navio da China em *containers* e são vendidos,

produtos impostos: “A presença e a circulação de para seus usuários (2002:40)”.

em primeira mão, por imigrantes chineses que possuem estabelecimentos comerciais em ambas as cidades.

Há muitas facilidades para a muamba chinesa entrar no território paraguaio⁸⁵, porém muitas dificuldades para entrar no brasileiro quando vinda diretamente da China, pois há um grande controle nos portos e aeroportos do país e, além disso, chegar com estas cargas gera grande visibilidade. Por isso, muitas vezes, ela vai direto ao Paraguai e, de lá, entra irregularmente nos outros países da América Latina, como o Brasil, via estrada rodoviária, onde a fiscalização é muito diluída⁸⁶.

Tão logo uma marca seja lançada, imediatamente sua réplica está disponível no mercado. A velocidade de sua fabricação é espantosa: cruza oceanos velozmente, chega nos pólos de venda e, em breve, um sacoleiro a compra e revende em seu ponto de comércio. Todo esse processo escapa do controle estatal e das multinacionais. Por isso, a fabricação e a comercialização de pirataria funcionam como uma espécie de “contrapeso”, no momento em que desgastam as grandes empresas dominantes no mercado global.

A comercialização de pirataria é o filho rebelde e já independente do mundo global capitalista. Filho porque reproduz as mesmas leis ensinadas pelos pais, foi germinado no próprio sistema. Rebelde porque ninguém consegue controlá-lo. Independente porque já possui uma lógica própria e, de certa forma, caminha sozinho. As empresas norte-americanas de softwares, por exemplo, tiveram prejuízo de mais de dois bilhões de dólares no ano de 2002 por causa da pirataria⁸⁷.

Porém, se hoje as multinacionais tomam a pirataria como a maior “praga” da era digital e combatem-na com dureza, nem sempre foi assim. De acordo com o que me disseram dois sacoleiros que trabalham com softwares do Paraguai, no início dos anos 90, foi a própria Microsoft que, inicialmente, incentivou o mercado pirata, encontrando assim uma forma de garantir o monopólio de sua marca. Algumas gravadoras também fizeram isso; afinal, se um CD é pirateado é porque ele faz sucesso. Hoje tais empresas perderam o controle daquilo que incentivaram num primeiro momento. Por isso, a noção de “filho rebelde e independente”.

Nenhum processo social, cultural e econômico é totalmente homogêneo e hegemônico. Globalização só existe no conjunto das práticas de homens e mulheres que a criam, a vivem e a reinventam. Os sacoleiros são exemplos de grupos populares que não são vítimas passivas do processo, mas sujeitos atuantes que fazem dele um uso estratégico, usufruindo o que acham conveniente (os bens) e dispensando o que não lhes interessa (a troca intercultural).

⁸⁵ O governo paraguaio incentiva a importação destes produtos, reduzindo os impostos (“imposto ínfimo”).

⁸⁶ É importante reiterar que a pirataria a que me refiro é a de “bugiganga”, ou seja, daqueles produtos vendidos em bancas de camelôs. Afinal, a indústria de pirataria está diluída no mundo inteiro.

5.2 MERCADO DE TRABALHO E RELAÇÕES CAPITALISTAS

As relações de trabalho capitalistas, para além de suas acepções economicistas, são, fundamentalmente, relações culturais inscritas no cotidiano das pessoas. Por isso, um sacoleiro, mesmo no setor informal da economia, reproduz seus princípios e valores (até porque setor informal é parte intrínseca ao sistema econômico). O que regula essas práticas não é nenhum contrato formal, mas um sistema cultural que tende a ser muito mais latente em circuitos comerciais, como o do camelódromo e de Ciudad del Este.

5.2.1 Cadeia de empregos nos caminhos do contrabando

Todos meus informantes possuem empregados. Como vimos no capítulo II, alguns optam por trabalhar entre membros da família, porque consideram mais seguro. Dona Dalva sempre diz que prefere a sua nora ou filha a um estranho na banca, pois um parente dificilmente vai acionar um processo trabalhista na Justiça. Mesmo sendo alguém da família, este não deixa de ser um empregado, recebendo seu salário por dia ou por semana, e, além disso, ganhando comissão se vender mais que o estipulado. Além disso, essa pessoa é tratada sempre como empregada, recebendo ordens impessoais e até ríspidas.

O código de reciprocidade mostrado no capítulo II não significa que entre camelôs e sacoleiros haja alguma espécie de “sonho de coletividade”, onde pairaria a igualdade. A lei é clara: ganhar, ganhar, vender, vender. E se para tanto for necessário “passar por cima do outro, comer o outro” (cf. palavras de Carminha) assim será (desde que este outro não seja alguém de suas microrredes). Todos desejam ser um dia patrões. Essa é a meta mais nobre a ser alcançada, quem a atinge é alguém admirável.

Ser empregado de um dono de banca de CD é o mais baixo posto da camelotagem. Depois, passa-se a ser empregado de uma outra banca qualquer e, finalmente, dono de banca. Quem consegue ter mais de uma é o “grande patrão”, aquele que possui vários empregados. Estes, por sua vez, têm uma grande circularidade entre as bancas. Juca tem 20 anos, era o melhor empregado de Rui. Carminha e Chico diziam que ele “tinha futuro” na profissão. Um dia, ele sumiu e não avisou ninguém, para a surpresa de todos. Quando voltou, explicou que tinha tentado trabalhar como frentista, pediu seu emprego de volta, mas não recebeu. Edgar, então, o acolheu e, até hoje, Juca permanece com ele. Este tipo de situação é o que eu chamo de circularidade “horizontal”, pois o empregado transita sem mudar de patamar.

⁸⁷ Fonte: Oitavo Estudo Anual da BSA (Business Software Alliance): Tendências da Pirataria 1994-2002. Disponível em: <http://www.bsa.org>

Entretanto, a circularidade mais comum e que me surpreende, devido à frequência em que ela ocorre, é a vertical. Todos os empregados desejam ser patrão: em vez de receber ordens, querem mandar. Kelly, que era empregada de Rui, um dia se rebelou e decidiu abrir um negócio próprio de venda de sanduíches (como ambulante). Porém, no camelódromo, já existe uma rede extensa de ambulantes que vendem alimentos e estes já possuem sua clientela há muitos anos⁸⁸ e, por isso, ela teve dificuldades para se manter. Carminha comentava: “*pediu arrego e voltou com o rabo entre as pernas!*” Ou seja, o ato foi encarado como desaforado e ousado. O mesmo aconteceu com a nora de Dalva. Um dia passei pelas beiradas do camelódromo e ela estava na calçada trabalhando por conta própria: tinha deixado a banca do marido. Suponho que ela tenha brigado com seu parceiro e que aquela atitude era uma afronta a ele e sua mãe. Afinal, a última vez que vi Dalva, disse-me: “*aquela desavergonhada!*” Outro exemplo é o de Chico que, assim que pode, alugou a banca em que trabalhava para Rui. Submeter-se ao sogro era algo que o desonrava.

Podemos entender essas atitudes de duas formas, ambas válidas e complementares. A primeira é que os camelôs interiorizam o modelo capitalista patrão-empregado, tendo como ideal profissional chegar ao topo, deixar de ser mandado. Basta ver como Chico “estufa o peito” para dar ordens aos seus empregados. O segundo é estritamente moral, pois o que pude observar, é que “abrir seu próprio negócio” é sempre relacional, algo que se faz para provar a outrem. Porém, dentre as várias pessoas que conheci que assim agiram, a grande maioria não conseguiu estabelecer-se e acabou voltando a ser empregado. Tomando emprestado a expressão de Malaguti (2001), o “mito da pequena empresa” acaba não dando certo⁸⁹.

As relações trabalhistas extracamelódromo - mas ainda dentro da configuração da comercialização de contrabando e pirataria - não são muito diferentes. Quem desconhece o universo pode pensar que um sacoleiro ocupa a mais baixa posição hierárquica no leque de empregos existentes. Contudo, sem dúvida, o que mais me deixou estarecida nas viagens

⁸⁸ Como é o caso de Seu Santolino, um baleiro que tem “anos de pedra”, entre tantos outros. A compra de cafezinho, por exemplo, é sempre fiel, nunca se toma de um desconhecido.

⁸⁹ Malaguti usa essa expressão para falar de uma situação diferente da que relatei. Para o autor, baseado em estatísticas do SEBRAE, o desejo de ser microempresário, de trabalhar por conta própria, é a última alternativa daqueles que não conseguiram ser empregados. No interior do microcosmo do camelódromo, por especificidades locais, acontece justamente o contrário: ser empregado é última alternativa para aqueles que não conseguiram trabalhar por conta própria. Porém, concordo plenamente com a afirmativa de Malaguti. Afinal o desejo de ser “patrão” no interior do camelódromo é dentro de um setor informal da economia. No interior deste contexto, é preferível obviamente trabalhar por conta própria. A partir os dois últimos anos de pesquisa, convenci-me de que a maioria dos camelôs (patrões ou empregados) preferiria ter um emprego qualquer no mercado formal da economia, como, por exemplo, trabalhar como atendente de loja. Até mesmo Chico que é um dos exemplos mais bem sucedidos do camelódromo (tem micro-empresa, bons lucros, etc), trocaria seu trabalho por um emprego que lhe pagasse em média 800 reais e garantisse previdência social, assistência médica, jornada de trabalho de 40 horas (e não de 80hs como habitual). Minha crítica vai ao cerne daqueles que acreditam que “ser camelô” está ligado ao “desejo de liberdade”. Na realidade, esse discurso maquia as condições severas de trabalho em que estão submetidos meus informantes.

para Ciudad del Este foi perceber a cadeia trabalhista que existe abaixo do sacoleiro, ou melhor, sustentada por ele.

Cada sacoleiro “contrata” o seu “laranja”. Um laranja é alguém que atravessará a Ponte da Amizade com parte das mercadorias compradas por parte do contratante. Ele também é um “burro de carga”: alguém que “paleta” as sacolas (carrega-as nas costas) e as enche de muamba. O trabalho funciona da seguinte maneira: cada sacoleiro tem o seu laranja de confiança. Até o final do dia, não é preciso usufruir o trabalho do assistente, pois se vai às compras sozinho e, em cada loja, compra-se muitos volumes de produtos que serão deixados todos no guarda volumes do estabelecimento. Assim, o sacoleiro vai comprando e deixando as mercadorias nas diferentes lojas em que consome. No final do dia, ele procura seu laranja, dirige-se com ele a um ponto de encontro, onde as mercadorias serão arrumadas. O laranja, então, vai buscá-las de loja em loja, carregando-as nas costas pelas ruelas inclinadas de Ciudad del Este. Quando o laranja não agüenta mais o peso, contrata um “carrinho”, que é um sujeito que possui um carrinho de ferro para transportar as mercadorias. O laranja, que ganharia quinze reais para fazer todo o trabalho, paga o carrinho (três reais) e seu ganho diminui para doze reais.

Numa ida ao Paraguai, Chico combinou um encontro com seu laranja, Alfredo, em frente a uma loja de uma galeria. Depois do assistente ter buscado todas as suas mercadorias, Chico xingou-o muito pela lentidão que ele realizava o trabalho. E Alfredo dizia: “*Desculpa, patrão*”. Eu ficava com muita pena dele, das ordens ríspidas que levava. Achava aquilo humilhante, mas Alfredo não, considerava aquilo extremamente normal.

A Polícia Federal não regula mais por cota a entrada de produtos paraguaios no Brasil, mas por número de sacolas (as listradas, que todos usam). Cada comerciante só pode atravessar a fronteira com, no máximo, três. Se a fiscalização ataca o ônibus de excursão e vê que alguém tem mais sacolas que o permitido, o veículo é multado em quinze mil reais. Por isso, os guias de excursão não deixam, de modo algum, nenhum sacoleiro entrar com mais volume do que o permitido. Naquele dia, em que o Alfredo buscava as muambas de Chico, houve um excesso de compras. Já que eram três pessoas (contando comigo), deveria caber tudo em nove sacolas (três para cada um). Havia mercadorias demais e Chico irritava-se com a falta de agilidade de seu laranja. Para ele, o problema não era o excesso de muamba, mas a incapacidade de Alfredo de esmagá-la nas sacolas. Alfredo, já nervoso e assumindo a culpa



Laranjas à espera de um sacoleiro.

para si, deu uma saída rápida e voltou com uma mulher, dizendo: “*essa aqui é a Marina, minha laranja de confiança. Vou contratá-la para nos ajudar, faremos mais três sacolas e ela levará as restantes*”. Alfredo pagaria cinco reais para sua laranja (seu ganho já baixara para sete reais). Daqui a pouco, Marina chega com outra mulher: “*se precisar de mais uma laranja, tem esse que trabalha para mim*”. (provavelmente ganharia uns dois reais).

Conclusão: há o sacoleiro, o laranja do sacoleiro, o laranja do laranja do sacoleiro e o laranja do laranja do laranja do sacoleiro. Cada um desses chama o seu superior de “patrão”. No total, são milhares (estima-se 10.000) que trabalham na fronteira. Por isso, quando há protestos de sacoleiros na Ponte, os laranjas são os mais atuantes em número e intensidade.

Outro emprego que depende completamente dos sacoleiros é o de “mototáxi”. Em Foz do Iguaçu, há cerca de 1.200 e, embora eles façam corridas no interior da cidade, o maior lucro destes trabalhadores é atravessando a Ponte da Amizade com comerciantes (RABOSSI, 2003). Na entrada e na saída do logradouro, encontram-se dezenas deles em fileiras, aguardando um sacoleiro. Eles cobram três reais para realizar a travessia. Atualmente, depois de inúmeros protestos da categoria, eles foram regulamentados pela Prefeitura local. Estes são outros que, quando a fiscalização está intensa, aliam-se aos sacoleiros e aos laranjas para protestar na fronteira.

Devido à fluidez da cadeia de empregos tecida no interior do universo da comercialização de bens paraguaios, não é possível fornecer uma estatística precisa do número de pessoas que ela abarca. Porém, diante de minhas observações, posso inferir que centenas de milhares de pessoas são sustentadas, não só no Brasil, mas também em países vizinhos, por este comércio. Todo este contingente encontrou, na informalidade, um modo de sustento.

Trata-se de um sistema estruturado de empregos, altamente hierarquizado e especializado que, embora reflita as relações de trabalho capitalistas, também possui sua lógica própria. Afinal, no momento em que esta cadeia encontra-se um tanto descolada dos contratos formais e da regulamentação do Estado, acaba desenvolvendo suas próprias leis e regras. O sistema de lealdades, de honra e de palavra, mostrado ao longo desta dissertação, é um exemplo disso.

Em Porto Alegre, além dos funcionários de banca, há muitos outros trabalhadores que são sustentados diretamente pela atividade que os camelôs exercem. Para que o camelódromo seja seguro, por exemplo, os vendedores contrataram seguranças para fazer ronda no local. Também há dezenas de ambulantes que vendem alimentos diferenciados (refrigerante e cerveja, doces, café, sanduíche e leite, balas e biscoitos. Além dos vendedores de cachorro-quente e churrasquinho que não trabalham diretamente para o camelódromo). Há os “cavalos”, que são aqueles (geralmente crianças) que mediam as vendas e ganham comissão para tanto; os seguranças dos depósitos de mercadorias; os freteiros, que buscam

muamba para aqueles que não querem ou não podem viajar; os guias de viagem das empresas de excursão para o Paraguai; “informantes”, que são os que recebem para informar a intensidade da fiscalização; “intermediários”, aqueles que possuem a função de intermediar a propina, quando esta não pode ser direta; funcionários de empresas de pirataria, etc. Enfim, um mundo à parte...

Vejamos a tabela abaixo, especificando a gama variada de empregos supracitada:

Cadeia de Empregos
EM PORTO ALEGRE:
<u>Camelô regular</u>
Camelô irregular
Funcionários de banca
Ambulantes (alimentos)
Cavalo
Seguranças do camelódromo
Seguranças dos depósitos
Funcionários de empresas piratas
EM CIUDAD DEL ESTE/FOZ DO IGUAÇU E CAMINHOS
<u>Sacoleiro</u>
Laranja...
Assistente de laranja...
Assistente do assistente do laranja...
Carrinheiro
Mototáxi
Freteiro
Guia de excursão
Informantes
Intermediários

Enfim, todos esses trabalhadores estão ligados através de uma rede extremamente coesa e interconectada. Sacoleiros/camelôs estão diretamente vinculados a outros tantos trabalhadores e estes outros a sacoleiros e camelôs. Se você retira uma peça do sistema, desorganiza toda uma estrutura que, mesmo dentro de toda a instabilidade do mundo informal, consegue ser extremamente organizada e eficaz.

5.3 QUESTIONANDO FRONTEIRAS: O FORMAL E O INFORMAL

O objetivo deste item do capítulo é mostrar que o informal e o formal são partes integradas, dinâmicas entre si e funcionais de um todo maior: a sociedade. Contudo, antes de entrar nessa discussão, que é clássica nas Ciências Sociais, faz-se necessário estabelecer algumas bases para o que venho chamando de informalidade e, principalmente, mostrar como tal categoria é concebida pelos informantes.

5.3.1 Condições de trabalho e auto-representação de informalidade por parte dos camelôs

Trabalho informal, em termos gerais, são todas as formas de empregos não previstas pela Legislação Trabalhista (CLT). Ou seja, não obedecem ao modelo de “contrato de trabalho por tempo indeterminado”. A formalidade, por sua vez, garante aos trabalhadores uma série de direitos sociais básicos, por exemplo, o salário, o direito à greve, a remuneração em casos de insalubridade, a previdência social, etc. Meus informantes, junto a outros milhões de brasileiros, estão *à deriva* - tomando emprestado a expressão de Cattani (1996) - de todos esses direitos trabalhistas supracitados. Por isso, em muitas situações, o trabalho informal é também chamado de “trabalho precário”.

“Informal” não é apenas uma categoria *etic* neste trabalho. Os camelôs e sacoleiros assim denominam as suas próprias situações de trabalho. Este fato foi chamando-me atenção ao longo da etnografia e fazendo-me olhar mais atentamente a ele.

Sempre que eu conhecia um informante novo e dizia que queria estudar o comércio do camelódromo, era surpreendida com frases do tipo: “*tu estuda a informalidade?*” ou “*eu sou um trabalhador informal*”. Evidentemente estas autopercepções ocorrem porque camelôs estão seguidamente nos meios de comunicação, porque inúmeras políticas públicas buscam “enquadrá-los”, porque estudantes e profissionais procuram-nos para realizar estudos. Entre eles, esse conjunto de informações disponíveis é debatido em seus espaços de sociabilidade (na rua, nos sindicatos, etc).

O que para mim é um conceito abstrato e científico – informalidade – para os camelôs são práticas cotidianas vivenciadas ao longo de uma trajetória de vida e de trabalho e que, por vezes, imprimem marcas em seus corpos e suas memórias. Essa condição de trabalho é interpretada negativamente por eles. Até os vendedores bem-sucedidos financeiramente dizem: “*Vê, não é fácil esta vida, não é fácil*”. Esta, talvez, tenha sido uma das frases que mais ouvi ao longo da etnografia, sendo sempre representada dramaticamente com a intenção de comover o interlocutor.

As queixas em relação às dificuldades da profissão variam de camelô para camelô. Cada vendedor tem a sua percepção, de acordo com sua experiência na rua, individual ou familiar. Quando conheci Dona Joana, reclamava da falta de previdência social: seu sonho, aos 54 anos de idade e 35 de profissão, era aposentar-se. Ela preocupava-se com o dia em que viesse a falecer, dizia: “*Não tenho onde cair morta!*” Em caso de morte de algum vendedor, acontece um fato interessante, que somente a solidariedade coletiva explica: os camelôs amigos do falecido realizam a “caixinha do caixão”. Cada vendedor dá um pouco de dinheiro e, assim, eles conseguem realizar o ritual fúnebre.

Quem possui um emprego formal, com contrato por tempo indeterminado, consegue, muitas vezes, obter um plano de saúde. Aqueles que trabalham sob condições inseguras recebem obrigatoriamente uma gratificação de insalubridade. Os camelôs não possuem tais benefícios e – vulneráveis às variações térmicas do clima do Rio Grande do Sul – acabam adquirindo uma série de problemas de saúde, frutos do trabalho na rua, sem condições para tratá-los. A situação torna-se um círculo vicioso: quanto maior a possibilidade de doenças, mais se trabalha com o intuito de conseguir dinheiro para o tratamento. Vejamos a tabela abaixo, referente às doenças mais comuns nos informantes:

Relação de doenças causadas pela vida na rua		Quem atinge?
As mais simples	Gripe e resfriados	Todos os vendedores, de todas as idades, conforme variação térmica.
	Stress	Todos os vendedores, em épocas de maior movimento no camelódromo (épocas festivas).
	Alterações na pressão sangüínea	Os camelôs mais velhos em dias de sol e calor.
	Problemas de pele	Todos, principalmente, no inverno.
As mais graves	Doenças do coração (enfarte e angina).	Velhos e jovens em virtude do stress.
	Doenças na coluna vertebral e articulações (joelhos).	Vendedores mais velhos que há muitos anos trabalham de pé ao lado da banca.
	Doenças de pulmão	Vendedores mais velhos.
	Problemas de Rins	Vendedores mais velhos, que há muitos anos estão acostumados a passar o dia sem poder ir ao banheiro.

A gente conseguindo estar caminhando e estar de pé, a gente vai trabalhar, porque a gente é obrigado a trabalhar, mas se não fosse preciso, se tivesse outro meio, a gente ficava em casa quando doente. (...) Eu estou cheia de... A gente tem muita doença aqui. Porque a gente pega sol, pega chuva, pega vento. Eu estou assim por isso, eu acho que daqui um ano, dois eu nem vou poder caminhar por causa do problema que eu peguei no joelho, daqui mesmo. A rótula do joelho inchou de tanto ficar de pé. Eu tinha bastante saúde. Agora eu vou dizer uma coisa para ti, para eu ir no médico só quando

eu não puder caminhar. Porque tem que trabalhar. De tanta incomodação, eu tenho problema de angina (Dona Dalva).

Através da tabela e do depoimento, podemos perceber dois fatos: o primeiro é que estar enfermo entre camelôs é uma situação rotineira e são várias as razões que levam a isso (temperatura, ausência de um banheiro no camelódromo, jornada de trabalho muito longa e falta de uma remuneração fixa e estável). O segundo ponto é a situação dos camelôs mais velhos. Quanto mais anos estão na rua, maiores e mais graves são os problemas de saúde.

Para Victora e Knauth, a saúde e a doença não estão relacionadas somente à sua definição biomédica, são objetos de representações e tratamentos específicos em cada cultura.

Independente do fenômeno biológico, a doença só pode ser pensada como tal dentro de um sistema simbólico que lhe define, confere-lhe sentido e estabelece os tratamentos a serem adotados. Além disso, a doença, além de ser um acontecimento individual, mobiliza um conjunto de relações sociais (2000:21).

As doenças dos camelôs - uma realidade biológica, oriunda de uma condição de trabalho informal - passam a ser ressignificadas em seus contextos simbólicos, assumindo uma grande importância na identidade social de grupo, visto que elas imprimem marcas corporais capazes de expressarem quem é antigo e quem não é. A doença é o martírio e o martírio é uma condição que somente os que têm “anos de pedra” entendem: o que confere uma grande legitimidade dentro do grupo.

A busca por assistência médica também está diretamente relacionada ao *ethos* do grupo. Só se vai a um hospital em casos extremos (como de Dona Vilma, que faleceu na fila do SUS, ou de Lúcia, que teve um enfarte no Natal e foi levada ao Hospital de Pronto Socorro). A carência de tratamento e de prevenção parece estar ligada à lógica do imediatismo que opera entre camelôs: assim como se obtém dinheiro para comer no dia, se vai ao médico em casos extremos.

Enfim, se as doenças são fruto da situação de um trabalho informal, até que ponto a busca por alternativas de cura está relacionada a essa condição? Outros trabalhadores populares, empregados formalmente, também não agem assim? Parece-me que este tipo de situação está ligado a uma visão de mundo de grupos populares, que se distingue da lógica da acumulação e da poupança das camadas médias.

5.3.2 Debate teórico sobre marginalidade e economia informal

Farei uma breve revisão conceitual e bibliográfica acerca da dualidade formal/informal por três razões: (a) não é possível falar em informalidade sem referir-se aos clássicos das Ciências Sociais que se debruçaram sobre o tema; (b) é importante dialogar com

a teoria atual disponível, a Sociologia do Trabalho, a fim de complementar os dados de campo e enriquecer o diálogo interdisciplinar e (c) os dados de campo que eu apresentarei adiante (sobre a dupla “formal/informal”) seguem a linha de raciocínio da teoria aqui exposta, procurando contribuir com novas variáveis, frutos de nosso tempo, tais como a comercialização de contrabando e a indústria de pirataria.

Os anos 70 foram de extrema importância no que concerne ao debate intelectual sobre a informalidade⁹⁰. Nas Ciências Sociais e humanidades em geral, a marginalidade da economia informal foi colocada em xeque, num período em que até então se acreditava que ela era um produto residual da evolução capitalista terceiro-mundista ou uma forma pré-capitalista. Naquela década, o tema rendeu atenções dos mais notáveis intelectuais do país⁹¹. Todos convergiam para um mesmo ponto: a relação dinâmica entre formal e informal e a importância deste último para o desenvolvimento do capitalismo. Em 1971, fora do Brasil, mas também contribuindo para o debate local, o etnógrafo inglês Keith Hart fala pela primeira vez em “setor informal” em uma conferência ministrada em 1971, quando relatava seu estudo em Gana⁹².

Nesse período, um dos trabalhos de maior repercussão no Brasil foi o de Oliveira (1972). O nome do livro já indica o que vem ser a obra: “Crítica à razão dualista”. O autor mostrou como o subdesenvolvimento do país (a pobreza, a informalidade) não era uma “coisa” à parte da modernização. A evolução capitalista necessitava do subdesenvolvimento, numa relação onde a pobreza é um pólo indispensável para a riqueza crescer. Se isto nos parece óbvio nos dias de hoje, na época, o livro surtiu efeitos que mudaram as análises econômicas que, até então, analisavam a o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como duplos opostos, um moderno e o outro um produto histórico e arcaico, respectivamente (SCHWARZ, 2003).

Na mesma linha de pensamento (a informalidade como um setor em permanente dinâmica com o formal) o estudo de Milton Santos, do ano de 1975, mostrou que:

Em Lima, os vendedores de rua ajudam a promover a acumulação nos centros hegemônicos da economia. Os vendedores de rua funcionariam como um canal de duas vias: por um lado, eles trazem bens do setor moderno à população de baixa renda; por outro, eles levam ao circuito superior as poupanças dos pobres e das classes médias através dos

⁹⁰ Uma excelente revisão bibliográfica e conceitual sobre o tema é a de Riveira (2002).

⁹¹ *Capitalismo e Marginalidade Social na América Latina* de Kovarick (1975), *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade* de Machado da Silva (1971) são também obras clássicas sobre o tema. É interessante observar o quanto a “marginalidade” era um conceito altamente difundido, no momento ela está presente até no título das obras.

⁹² Atualmente, a informalidade continua sendo uma análise central na obra de Hart. Em seu último livro, *Money in an unequal world*, o autor dedica um capítulo ao tema relacionando-o com processos históricos, com a burocratização e com a era digital.

atacadistas, bancos e outros canais como consumo conspícuo e moderno, loterias, etc. (OLIVEN, 1980: 45).

Se as dualidades foram questionadas na década de 70 em diversas áreas das humanidades, foi a Sociologia do Trabalho que se encarregou de dar continuidade ao debate até os dias de hoje. Na Antropologia, a questão da informalidade não é mais um tema central, cedendo espaço a outras questões.

Estudos sociológicos atuais seguem a linha de raciocínio explorada nos anos 70, incorporando novas variáveis de análises, as quais dizem respeito às especificidades nosso tempo. Através da obra de Cattani (1996, 2001) - sobre o papel do trabalho na sociedade contemporânea - podemos entender o trabalho informal como um produto estrutural do capitalismo, que só se expande deixando um grande contingente fora do mercado formal trabalhista, ampliando as desigualdades e estratificações sociais. O desemprego, o trabalho precário e a pobreza, portanto, desempenham um importante papel na lógica excludente do sistema socioeconômico (CATTANI, 1996 e 2001)⁹³.

Durante muito tempo, prevaleceu a idéia de que a incorporação de mais pessoas à esfera produtiva seria limitada apenas por razões extrínsecas e não por problemas decorrentes do funcionamento do próprio sistema. (...) Os dados sobre a evolução recente [do desemprego] permitem tensionar estas posições e esclarecer uma das características essenciais da economia de mercado livre: sua incapacidade de proporcionar condições de trabalho e vida digna em volume suficiente para atender à população (1996:40).

Embora hoje seja consenso que a informalidade não é uma “bolha” que flutua à margem da sociedade capitalista, estudos recentes mantêm a discussão das fronteiras entre o formal e o informal. Alguns autores colocam em xeque a própria noção de “setor formal” (MALAGUTTI, 2001); outros a noção de “informalidade” (NORONHA, 2003). Ambas as percepções reconhecem que os conceitos não dão conta das multiplicidades das práticas que eles abarcam.

O debate sobre tensão entre os dois pólos ainda se faz necessário em tempos em que a informalidade parece estar em todos os lugares, em todas as ruas, em todas as empresas. É preciso questionar os conceitos e rever até onde eles nos são instrumentais. A minha etnografia vai exatamente nessa direção sem, contudo, descartar nenhuma das categorias (nem de informalidade, nem de setor informal). Entendo que os conceitos são muitos genéricos e que podem produzir visões dualistas, estanques e impermeáveis. Porém, são

⁹³ Relacionado a este fato, é importante ressaltar que o desemprego e as formas de trabalho não formais, isto é, sem vínculos legais, não se constituem apenas uma realidade brasileira ou latino-americana, mas um fenômeno mundial. Cattani mostra o crescente processo de desemprego e precarização do trabalho em diversos países do Primeiro Mundo. Segundo o autor, nos Estados Unidos, por exemplo, “70 % dos novos empregos são precários e remunerados abaixo do nível de subsistência social” (2001: 202).

úteis para denotar uma certa condição de trabalho de meus informantes e descartá-las seria cair num niilismo. Para não cair nas ciladas do conceito, a etnografia é um método eficaz, pois ela permite examinar, microscopicamente, o trabalho de pessoas que se situam no mercado informal, ou que realizam práticas informais.

Se, até o momento, a questão do “formal/informal” vem sendo discutida, preferencialmente, no âmbito da Economia e da Sociologia, os dados que apresento possuem o objetivo de colaborar com o debate, oferecendo uma visão etnográfica que, segundo minha percepção, pode contribuir para o seu avanço. Até porque é uma tradição da Antropologia questionar dualidades e fronteiras, não seria diferente com as noções de “formal/informal”.

Estando ao lado de um sacoleiro nas viagens ao Paraguai, pude ver como um único sujeito, durante um período de 24 horas, sofre metamorfoses de seus papéis sociais, transitando entre a formalidade e a informalidade e driblando com tais posições conforme a situação em jogo.

Elaboro, abaixo, com base nos dados etnográficos, três modelos analíticos que procuram tensionar, sob diferentes perspectivas, a dualidade “formal/informal”. São eles: mutualismo, interpenetração e metamorfose.

5.3.2.1 Mutualismo⁹⁴

Há setores inteiros do mercado formal que se alimentam diretamente do informal. No capítulo III, vimos que, em muitos casos, vendedores de rua e lojistas ajudam-se, negociam e possuem trocas de múltiplas ordens. No IV, foi evidenciado que camelôs, fora do trabalho, são sujeitos consumidores iguais aos outros (e até melhores porque pagam em dinheiro vivo) e é interessante para certos comerciantes estabelecidos que eles ganhem bastante para poderem gastar em seus recintos comerciais. Quando conversei com um funcionário do “Lojão Oba-Oba”, ele tramou um o discurso de vítima, alegando que o camelódromo o prejudicava, mas depois de um tempo de conversa admitiu que são os próprios camelôs que atraem consumidores para a Praça XV, contribuindo para o movimento desta.

Imaginemos, hipoteticamente, que o comércio de camelôs, sacoleiros, chagasse o seu fim. Isso não implicaria, por exemplo, o fim do “Oba-Oba”, nem de outros lojistas. Poderia ser até bom para eles. Porém, há setores inteiros do comércio formal que seriam altamente prejudicados e até falidos. E este é ponto que eu considero mais importante ressaltar, ou seja, aqueles estabelecimentos que existem única e exclusivamente para atender os camelôs e sacoleiros. Na fronteira do Estado do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, perto do

⁹⁴ Tomo emprestado da Biologia o termo que significa literalmente um tipo de associação entre organismos de espécies diferentes e no qual há benefícios para uns e outros. Uso a expressão par falar da relação de interdependência entre o formal e o informal.

município de Iraí, há um restaurante de estrada, no qual 90% de seus freqüentadores são pessoas que viajam para o Paraguai em busca de muamba. Os donos do estabelecimento são avisados por telefone que o ônibus se aproxima e, então, preparam uma refeição caseira na hora. Em Foz do Iguaçu, há uma churrascaria que trabalha da mesma forma, só atendendo basicamente sacoleiros. Ambos restaurantes empregam em média seis funcionários cada.

O mais interessante de acompanhar episódios de crise social é perceber os fatos que ficam latentes nestes momentos. Reporto-me novamente àquela viagem que realizei com Chico e Caco via ônibus de rodoviária, já que as excursões dos sacoleiros foram todas canceladas naquele final de semana. Quando chegamos em Foz do Iguaçu, dirigimos ao pólo hoteleiro da cidade, que tem como público alvo os sacoleiros brasileiros. Nos aproximando dos hotéis, vimos que os donos estavam na porta de seus estabelecimentos e, ao avistarem meus informantes, um ou dois perguntaram: “*Cadê os sacoleiros?*”.

Podia-se ver os hotéis vazios, o desespero dos proprietários e funcionários (a cidade tem cerca de 165, que possuem entre 5 a 30 funcionários cada)⁹⁵. Sem os sacoleiros, esse complexo enfraquece, pois somente o turismo não sustenta. Os mototáxis enfileirados de braços cruzados, dezenas de laranjas sentadas no meio fio. Tudo isso em meio a um cenário de cidade fantasma. Era possível ver a materialidade do “desemprego”, da “crise social” em grande escala, antes categorias abstratas e teóricas para mim.

Voltemos à nossa tabela de empregos e a complementemos agora com os trabalhos formais vinculados aos sacoleiros e camelôs. A primeira coluna repete a da página 116 e mostra os trabalhadores do setor informal inseridos no universo do contrabando. A segunda diz respeito aos estabelecimentos formais que dependem do informal para se manter. A terceira refere-se àqueles que se beneficiam dele indiretamente.

Porto Alegre Ciudad del Este/Foz do Iguaçu e caminhos		
Empregos informais	Ligação Primária	Ligação Secundária
Setor informal	Setor Formal	

⁹⁵ Fonte disponível em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/turismo>

Camelô regular		
Camelô irregular		
Funcionários de banca		
Ambulantes (alimentos)	Hoteleiro e funcionário de hotéis	Atacadistas e funcionários
Cavalo		
Seguranças do camelódromo		
Seguranças dos depósitos	Lojistas de Ciudad del Este e funcionários de lojas	Bares e restaurantes do Centro
Funcionários de empresas piratas		Lojas do Centro.
Sacoleiro	Proprietários e funcionários de restaurantes e bares	Lojistas da 25 de Julho de São Paulo
Laranja...		
Assistente de laranja...		
Assistente do assistente do laranja...	Empresas de excursão para o Paraguai	
Carrinheiro		
Mototáxi		
Freteiro		
Guia de excursão		
Informantes		
Intermediários		

Esta tabela pode mostrar as relações de interdependência de dois pólos contrários. Um alimenta-se do outro. Porém não deixam de ser opostos. Pois, por uma questão lógica, opostos são sempre categorias relacionais. As situações relatadas adiante têm o objetivo de, justamente, quebrar tal polaridade.

5.3.2.2 Interpenetração

Interpenetração é quando o formal está dentro do informal e vice e versa. Ou seja, quando há práticas de um alojadas no setor do outro.

O trabalho sociológico de Malaguti (2001) questiona o conceito de “setor” ou “mercado” (in) formal e sugere usar a noção de “informalidade” ao invés de “setor informal”, partindo do pressuposto que a primeira engloba a segunda. O autor oferece exemplos de multinacionais classificadas como “setor formal”, mas que a maioria de suas práticas trabalhistas, em quantidade e qualidade, é “informal”. Contudo, ele, assim como eu, não a descarta, apenas alerta para seu caráter escorregadio e gelatinoso. Entendo que não podemos perder parâmetros e dizer que tudo é relativo e que, portanto, a noção de “setor” não nos serve mais. Dizer que uma multinacional e o camelódromo não são de setores distintos, seria cair num relativismo simplista.

As noções de “setor” e de “mercado” têm valia para o universo estudado. O que é o camelódromo, senão um mercado informal literalmente? Todavia, é preciso estar atento para as minúcias, por exemplo, de quando Rui assina carteira de trabalho para Carminha e quando Chico regulariza sua banca e abre uma microempresa, recolhendo todos os impostos necessários. Ou seja, há práticas formais dentro de um contexto do informal.

Malaguti dá o exemplo de uma situação na qual um funcionário público, nas horas vagas, vende muamba para os colegas. Ou seja, um ato informal alojado no mais formal dos trabalhos. Poderia fornecer inúmeros exemplos que observei em campo, principalmente nas viagens, quando conheci lojistas que estavam contrabandeando mercadorias para revender em suas lojas formais de R\$ 1,99, nas quais os funcionários não tinham carteira assinada. Também havia dois funcionários públicos da Polícia Federal que comercializavam softwares piratas do Paraguai. E assim sucedessem-se inúmeros exemplos de práticas informais hospedadas no setor formal.

Por fim, os setores formal e informal estão longe de serem categorias uniformes. Não é possível pensá-los como categorias autônomas, estáticas e impermeáveis. E só podemos continuar a usar esses conceitos depois de mostrar que elementos de cada um deles penetram no outro. No universo do camelódromo, há práticas formais, mas Chico não deixa de ser alguém situado no mercado informal. Da mesma maneira, os funcionários públicos não perdem seu status de ocuparem uma posição no setor formal.

5.3.2.3 Metamorfose

Como se sabe, metamorfose é uma mudança sofrida em um mesmo ser. Aqui os seres são mercadorias que, dependendo do lugar e com quem se encontram, mudam de status.

Tomemos, então, a dupla “legal e ilegal”, para pensar as mercadorias comercializadas pelos camelôs. Minha hipótese é que a noção de ilegalidade é tão, ou mais, fluida que a de informalidade. Para tanto, apresento uma seqüência de exemplos etnográficos, formatados na tabela abaixo:

	Tipo de atividade	Status da mercadoria
1	Comerciante chinês de Ciudad del Este contrabandeia mercadoria da China	Ilegal
2	Chinês de Ciudad del Este importa mercadoria da China	Legal
3	Chinês vendendo mercadoria em sua loja de Ciudad del Este,	Legal
4	Sacoleiro brasileiro, comprando e obtendo nota fiscal.	Legal
5	Sacoleiro trazendo até três sacolas daquelas mercadorias (equivalente à cota de 150 dólares)	Legal
6	Sacoleiro trazendo mais de três sacolas, sonegando-as na Receita Federal: contrabando.	Ilegal
7	Sacoleiro traz mais de três sacolas e as declara na Receita Federal,	Legal

	pagando em média 11% de imposto de importação.	
8	Sacoleiro declara, mas o produto é pirataria.	Legal ou ilegal?
9	Camelô vende a pirataria na banca	Illegal
10	Camelô irregular (caixinha) vende a mesma pirataria em sua banca improvisada.	Mais ilegal ainda
11	O mesmo camelô é proprietário também de loja estabelecida: vende a pirataria, oferecendo nota fiscal.	Legal

Analisando a tabela, a mesma mercadoria vai mudando de status conforme ela vai circulando no espaço. É interessante que o sacoleiro vai mudando de status junto com a mercadoria. Chico, nas galerias do Paraguai, exige nota fiscal, alegando ser seu direito. Ele exhibe o documento na mão o tempo inteiro, como se quisesse mostrar que, naquele momento, ele está “dentro da lei”. Após as compras, ao atravessar a fronteira sua condição muda radicalmente, tendo ele que se esconder dos agentes do Estado. Se uma mercadoria pirata é vendida numa loja, ela é “legal”; já no camelódromo, “ilegal”.

Por exemplo, as vendas das mercadorias (capas para celular) comercializadas por Edgar, que é ao mesmo tempo dono de banca no camelódromo e proprietário de loja estabelecida, podem ser tanto uma atividade legal, quanto ilegal. Ou seja, o conceito de legalidade varia de acordo com o status de formalidade de cada um desses estabelecimentos possui. Assim, a dupla conceitual “formal/informal” é convertida para a dupla “legal/ilegal”. Essa situação flutuante de uma mercadoria e também de uma pessoa demonstra, justamente, o que tenho insistido ao longo deste item do capítulo: a flexibilidade da noção de informalidade no Brasil.

Embora a crítica à dualidade “formal/informal” tenha surgido nas Ciências Sociais na década de 70, ainda hoje a encontramos cotidianamente presente em algumas análises econômicas e nos meios de comunicação (NORONHA, 2003). Ou seja, em espaços formadores de opinião. Isso significa que tal noção tende a ser difundida no senso comum, produzindo visões equivocadas e até preconceituosas sobre determinados grupos sociais. Por isso, reitero a importância de estudos etnográficos sobre práticas trabalhistas informais, estudos que desmitifiquem a sua marginalidade e mostrem o seu papel para a economia e para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:**“A GARANTIA SOY YO”.**

Nesta dissertação, procurei demonstrar várias facetas da vida social dos camelôs e sacoleiros do camelódromo da Praça XV de Novembro de Porto Alegre, dando atenção especial àqueles que vão a Ciudad del Este buscar mercadorias. Tomei as “práticas comerciais” como uma diretriz através da qual percorri todos os capítulos. A partir do comércio que os meus informantes realizam, pude falar de suas famílias e relações de parentesco, de códigos de reciprocidade e lealdade, de construções de identidades sociais e de conflitos, de relações políticas, de condição de trabalho e de cotidiano, de globalização, de

mercado, etc. Enfim, busquei mostrar um panorama do universo estudado, considerando ser esta opção mais interessante por duas razões: primeiro, eu possuía muitos dados etnográficos, frutos de um trabalho de campo que vinha sendo realizado desde 1999; segundo, existem muito poucos trabalhos antropológicos sobre o tema. Senti-me com a tarefa de lançar questões, como flechas que possam seguir seus caminhos em estudos futuros.

“A garantia soy yo”, frase dita por camelôs no momento de uma venda, descortina uma série de aspectos sobre seus universos simbólicos. Ela reporta-nos aos lugares onde é dita: mercados de rua e feiras populares e traz consigo um elemento fundante destes espaços, que é o humor. Na realidade, quando um vendedor diz isso ao seu cliente está representando, jocosamente, a sua condição de trabalho, qual seja, a de um homem ou de uma mulher que não tem nada a oferecer além de sua palavra e esta, por sua vez, tem que se fazer valer.

Se a garantia é o próprio indivíduo da interação, ela está assegurada por um contrato de honra. O comerciante, desprotegido de contratos formais e de quaisquer leis trabalhistas, toma a honra como um elemento simbólico chave em suas práticas comerciais e a estendem para várias outras situações, para além da compra e venda. Quando falo em honra entre os informantes, estou referindo-me basicamente a um conjunto de códigos de reciprocidade e lealdade mostrado ao longo deste trabalho. Sem a ajuda mútua, tais trabalhadores não poderiam manter-se na rua, nem aventurar-se pelos caminhos do contrabando. Afinal, como tenho dito, eles só possuem a eles mesmos para se manterem no momento em que nenhum contrato jurídico respalda suas práticas.

E isso é a informalidade. O que é a lealdade, a honra e a palavra, senão um conjunto de práticas informais, no sentido estrito do termo? Daí podemos entender o porquê que comerciantes tão diferentes do camelódromo – aqueles que foram trabalhar na rua em virtude do desemprego, aqueles que pertencem a antigas famílias de camelôs, aqueles que ganham muito e aqueles que na penúria vivem – trabalham com seus parentes, consangüíneos ou simbólicos. Pois são essas pessoas “com quem se pode contar”, com quem se troca e em quem se confia. São vínculos estreitos e perenes que se destacam em meio a um espaço competitivo, de “cada um por si”.

“A garantia soy yo” também fala de uma mercadoria obscura, sem procedência segura. Afinal, esta frase só é dita em situações em que o cliente desconfia, vacila, quando teme que o produto não funcione. Alias, por que não funcionaria? Primeiro, porque é pirata. Segundo, porque inúmeras campanhas são realizadas atualmente cujo objetivo é alarmar para “males” da pirataria. E a pirataria talvez seja a principal roupagem dos mercados de rua de nosso tempo. Camelô sempre existiu em Porto Alegre, desde a fundação da cidade, mas podemos dizer que eles vendiam, noutros tempos, mercadorias muito mais “inocentes” e também não havia o desemprego estrutural que tem crescido espantosamente no Brasil nas últimas décadas.

Assim, temos um mercado de rua que sobrepõe lógicas “modernas” e “tradicionais”. “Modernas”, porque revela características marcantes da era atual, no momento em que assume grandes proporções, abarcando milhares desempregados, atende a um grande público consumidor que necessita cada vez mais consumir e vende um produto globalizado. “Tradicionais”, porque o mercado mantém seu status de ocupação popular que vem perpetuando-se nas ruas centrais da cidade ao longo dos séculos, rodeando ou o “abrigo dos bondes” ou “o terminal de ônibus” e convertendo a impessoalidade da rua em um lugar de estar, viver e construir mundos. Porém, ontem e hoje, os problemas seguem a mesma lógica, ou seja, o estabelecimento de um comércio em vias públicas - que pode ser regularizado ou não - face às lojas formais, face às políticas públicas que procuram extingui-lo ou ordená-lo.

Os camelôs dizem “*a garantía soy yo*” e não “*la garantía*”, o que demonstra uma mistura do português com o espanhol: um “portunhol”. Porém, o espanhol não é o da Espanha, do Uruguai ou da Argentina, mas o do Paraguai: país onde se situa Ciudad del Este, o maior pólo de bugiganga da América Latina. Uma cidade fronteiriça com o Brasil que movimenta um mercado transnacional, que recebe milhares de pessoas diariamente e gira uma economia de bilhões de dólares por ano.

O comércio do camelódromo de Porto Alegre, na realidade, é apenas a ponta de um iceberg que tem sua origem em Ciudad del Este. O sistema mercantil que nasce lá abarca milhares de trabalhadores no Brasil inteiro, oferecendo a estas pessoas uma forma de sustento e de trabalho. Camelôs, sacoleiros e outros tantos trabalhadores, encontraram nesse universo, não apenas remuneração, mas uma atividade que consideram honesta e que confere sentido a toda uma vida social.

Enfim, estar junto aos camelôs e sacoleiros ao longo dos últimos cinco anos propiciou-me uma incursão num mundo muito diferente do meu. A etnografia que culminou nesta dissertação foi crescendo ao longo da interação com os comerciantes e complexificando-se conforme o passar do tempo. Meu olhar sobre o mundo foi metamorfoseando-se enquanto me deparava com valores (sobre dinheiro, rua, família, contrabando, etc.) totalmente distintos dos meus. Negociar estes valores culturais e morais foram as situações mais tensas do processo etnográfico, porém observá-las, posteriormente, foi o mais estimulante de todo aprendizado.

Se eu consegui mudar um pouco o olhar de meu leitor sobre o universo estudado – um olhar positivo, evidentemente – considero este trabalho o fim de uma etapa bem-sucedida.

OBRAS CONSULTADAS

ALBUQUERQUE DE BRAZ, Camilo. *Camelôs no Sindicato: Etnografia de um Conflito no Universo do Trabalho*. Trabalho de Conclusão (Ciências Sociais) – IFCH/UNICAMP, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARANTES, Antônio. *Paisagens Paulistas: Transformações do Espaço Público*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2000.

_____. (org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

- BAKTIN, Mikhtin. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O Contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BASTIDE, R. *As Técnicas de Repouso e Relaxamento*. In: QUEIROZ, Roger Bastide. São Paulo: Ática, 1983.
- BLOCH, Marc. *L'Uses de l'Argent*. In: *Terrain*, n. 23, 1994.
- BORBA, Sheila Villanova. *Transformações Recentes na Área Central de Porto Alegre. Apontamentos para uma Discussão*. In: *Estudos Urbanos, Porto Alegre e seu Planejamento*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *Gosto de Classe e Estilo de Vida*. In: ORTIZ, Renato. *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.
- BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- CANCLINI, Néstor. *O Consumo Serve para Pensar*. In: *Consumidores e Cidadãos. Conflito Multiculturais da Globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- CARSTEN, Janet. *Cultures of Relatedness*. NY/Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- CATTANI, Antônio David. *Trabalho e Autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Desemprego e Trabalho Precário: Bases para a Servidão Moderna?* In: *Humanas*, n. 10. Curitiba: Editora UFPR, 2001.
- COSTA, Elizabeth Goldfarb. *Anel, Cordão, Perfume Barato. Uma Leitura do Espaço do Comércio Ambulante da Cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 1989.
- CROSS, John C. *Informal Politics. Street Vendors and the State in Mexico City*. New York: Cambridge University, 1998.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza. *Etnografia de Rua: Estudo de Antropologia Urbana*. Porto Alegre, In: *Série Iluminuras, BIEV/IFCH*, 2001.
- DAMATTA, Roberto. *O Ofício do Etnólogo, ou Ter 'Anthropological Blues'*. In: *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 1978.
- DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *A Invenção do Cotidiano II*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DODD, Nigel. *Aspectos Culturais da Economia Monetária Moderna*. In: *Sociologia do Dinheiro*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DONZELOT, Jaques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron *O Mundo dos Bens. Para uma Antropologia do Consumo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

- ELIAS, Nibert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. *A sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- _____. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura Global*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FIGUEIREDO, Breno Einstein. *De Feirantes da Feira do Paraguai a Micro-Empresários*. Trabalho de Conclusão (Ciências Sociais) - Departamento de Antropologia - UnB-DF, 2001.
- FONSECA, Cláudia. *Família, Fofoca e Honra. Etnografia de Relações de Gênero e Violência em Grupos Populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, 1998.
- FRIEDMAN, Jonathan. *Ser no Mundo: Globalização e Localização*. In: FEATHERSTONE, Mike. "Cultura Global". Petrópolis: Vozes, 1999.
- FRÚGOLI, Heitor. *Shopping Centers. Avenidas de Sonho*. In: *Ciência Hoje*, 1990.
- _____. *A Questão dos Camelôs no Contexto da Revitalização do Centro da Metrópole de São Paulo*. In: Souza, M. A. A. et al. (org). *Metrópole e Globalização: Conhecendo a Cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedesp, 1999.
- FRY, Peter Henry. *Feijoada e Soul Food 25 Anos Depois*. In: *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- GEERTZ, Clifford. *Peddlers and Prices*. Chicago and London: The University Of Chicago Press, 1963.
- _____. *Suq: The Bazaar Economy in Sefrou*. In: *Meaning and Order in Moroccan Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- _____. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: TCL, 1989.
- _____. *O Saber Local*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- GINSBURG, F.; RAPP, R. *Conceiving the New World Order*. Berkeley: Univ. of California Press, 1995.
- GRIMSON, Alejandro. *La Nación en sus Limites*. Barcelona: Gedisa, 2003.
- HANNERZ, Ulf. *Cosmopolitas e Locais na Cultura Global*. In: FEATHERSTONE, Mike. "Cultura Global". Petrópolis: Vozes, 1999.
- HART, Keith. *Money in an Unequal World*. New York and London: Texere, 2001.
- _____. *Formal Burocracy and the Emergent Forms of the Informal Economy*. Paper não publicado, 2004. Disponível em: <<http://www.thememorybank.co.uk>>
- IANNI, Francis A. *The Crime Society*. New York: New American Library, 1976.

JARDIM, Denise Fagundes. *Palestinos no Extremo Sul: Identidade Étnica e os Mecanismos Sociais de Produção de Etnicidade/Chuí-RS*. Tese de Doutorado, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2000.

KNAUTH, D; VÍCTORA, C; LEAL, O. *A Banalização da AIDS*. In: *Horizontes Antropológicos*, N.9. Porto Alegre: PPGAS, 1998.

KOVARICK, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KRISHKE LEITÃO. Débora. *Roupa Pronta é Roupa Boa*. Paper apresentado na 24ª Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *O Pensamento Selvagem*. Campinas: Papyrus, 1997.

LIMA, Diana. *Nova Sociedade Emergente: Consumidores de Produtos ou Produção Discursiva?* Paper apresentado na 24ª Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda, 2004.

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1971.

MALAGUTTI, Manoel Luiz. *Crítica à Razão Informal*. São Paulo: Boitempo, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre o Dom: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas*. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MAYER, Adrian C. *A Importância dos 'Quase Grupos' no Estudo das Sociedades Complexas*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

MEZABARBA, Solange R. *Marketing Empírico: Práticas de Marketing entre os Ambulantes do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Pesquisa de Mercado e Opinião, Departamento de Comunicação Social/ UERJ, 2004.

MITCHELL, Clyde. J. (org) *Social Networks in Urban Situations: Analyses of Personal Relationships in Central Africa Towns*. Zambia/Manchester: Editora Institute for Social Research University of Zambia at the University Press, 1969.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre, Urbanização e Modernidade: A Construção Social do Espaço Urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. *Discurso Ideológico e Formas de Sociabilidade no Espaço Urbano*. In: Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Porto Alegre, 1992.

MULLER, Daniel. *Acknowledging Consumption*. London: Routledge, 2002.

NGAI, Pun. Subsumption or Consumption? *The Phantom of Consumer Revolution in "Globalizing" China*. In: *Cultural Anthropology*. American Anthropology Association, 2003.

NORONHA, Eduardo G. *"Informal", Ilegal, Injusto: Percepções do Mercado de Trabalho no Brasil*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18, n. 53, 2003.

- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à Razão Dualista*. São Paulo, Boitempo Editora, 2003.
- OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. *A Parte e o Todo. A Diversidade Cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. *De olho do Dinheiro nos Estados Unidos*. In: *Estudos Históricos*. V. 15. N.27. Rio de Janeiro, 2001.
- PALMEIRA, Moacir. *Política e Tempo: Nota Exploratória*. In: PEIRANO, Mariza. *O Dito e o Feito. Ensaio de Antropologia dos Rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- PARSONS, Talcott. *El Sistema Actual del Parentesco en los Estados Unidos de Norteamérica*. In: *Ensayos de Teoría Sociológica*. Buenos Aires: Paydos, 1949.
- PESAVENTO, Sandra J. *Memória Porto Alegre. Espaços e Vivências*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.
- _____. *O Espetáculo da Rua*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.
- PINHEIRO MACHADO, Rosana. *Vida de Camelô: Etnografia dos Vendedores de Rua da Cidade de Porto Alegre*. Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. IFCH/UFRGS, 2003.
- _____. *Original ou Falso? Uma Análise Antropológica sobre o Universo da Pirataria e do Contrabando entre Brasil e Paraguai*. Paper apresentado no I Encontro Nacional de Antropologia do Consumo, Niterói, 2004.
- PINTO, Paulo Hilu da Rocha. *Negociando o Público: Retórica, Troca e Identidades Religiosas no Suq AI-Medina de Alepo, Síria*. Paper apresentado na 24ª Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda, 2004.
- RABOSSI, Fernando. *Doing Business at the Border. Notes on a Complex Scenario*. Paper apresentado no seminário *Interdisciplinary Network on Globalization/ Summer School – Genealogies of Modernity*, Amsterdam, 2001.
- _____. *Conflicto sobre ruedas: Trabajando sobre el Puente de la Amistad*. Paper apresentado na V Reunião de Antropologia do Mercosul. Florianópolis, 2003.
- _____. *Dimensões da Espacialização das Trocas. Pensando o Comercio de Ciudad del Este*. Paper apresentado na 24ª Reunião Brasileira de Antropologia. Olinda, 2004.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *The Conditions of Transnationality*. Série Antropologia, UNB, N. 173, 1994.
- RIVEIRO, Patrícia. *Escolhendo entre Fragmentos: Qual Trabalho Seria Melhor Sendo Eu...? Os Processos de Informalização do Trabalho no Rio de Janeiro*. IUPERJ, 2002. Disponível em: <<http://www.alast.org>>
- ROCHA, Everardo P. G. *Publicidade e Razão Prática*. In: *Magia e Capitalismo. Um Estudo Antropológico da Publicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROCHA, Everardo e BARROS, Carla. *Cultura, Mercado e Bens Simbólicos: Notas para uma Interpretação Antropológica do Consumo*. In: TRAVANCAS e FARIAS (orgs.) *Antropologia e Comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

RYBCZYNSKY. *O Centro da Cidade. O shopping Center*. In: *Diálogo*, V. 268, N.2, 1994.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANCHEZ, Andrea Quadrelli. *A Fronteira Inevitável: Um Estudo sobre as Cidades de Fronteira de Riveira (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil)*. Tese de Doutorado, UFRGS, Porto Alegre, 2000.

SCHNEIDER, David. *A Critique of the Study of Kinship*. Ann Arbor: Univ. of Michigal Press, 1992.

SCHWARZ, Roberto. *Prefácio com Perguntas*. In: OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à Razão Dualista*. São Paulo, Boitempo Editora, 2003.

SIMMEL, Georg. *Money in Modern Culture*. In: *Theory, Culture and Society*. Vol. 8 N. 3. 1991.

SOARES, Luiz Eduardo. *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, A J. S. *Feira do Paraguai: Território e Poder. História e Memória*. Trabalho de Conclusão (Ciências Sociais) - Departamento de Antropologia - UnB-DF, 2000.

UnB agência. *Um Processo de Baixo para Cima*. Reportagem de Ismália Afonso e Rodrigo Caetano sobre a fala de Gustavo Lins Ribeiro na 55ª SPBC. Disponível em: <<http://www.unb.br/acs/acsweb/>> , 14/07/2003.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ e Editora FGV, 1996.

_____. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Individualismo, Anonimato e Violência na Metrópole*. In: *Horizontes Antropológicos*, N. 13. IFCH/PPGAS-UFRGS, 2000.

_____. *Pesquisas Urbanas. O Desafio do Trabalho Antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, Otávio. *Relativizando o Relativismo*. *Novos Estudos* CEBRAP, n. 29, 1991.

VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

VÍCTORA, C; KNAUTH, D; HASSEM, M. *Pesquisa Qualitativa em Saúde: Uma Introdução ao Tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WHITE, Jenny. *Kinship, Reciprocity and the World Market*. In: SCHWEITZER, Peter (org.). *Dividends of Kinship: Meanings and uses of social relatedness*. London, 2000.

YANAGISAKO, Sylvia; DELANEY, Carol. *Naturalizing Power*. New York: Routledge, 1995.

ZALUAR, Alba. *A globalização do Crime e os Limites da Experiência Local*. In: VELHO, Gilberto. *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ e Editora FGV, 1996.

ZELIZER, Viviane. *Gifted Money*. In: *The Social Meaning of Money*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

Coleções, Revistas e Jornais:

COLEÇÃO HISTÓRIA ILUSTRADA DE PORTO ALEGRE. CEEE e Zero Hora, Porto Alegre, 1997.

REVISTA DO GLOBO. Porto Alegre (1944 e 1958), pertencentes ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais/Laboratório de Antropologia Social/PPGAS-UFRGS. Disponível em: <<http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br>>

JORNAL CORREIO DO POVO. Porto Alegre. Edições de 1999 a 2002. Acervo Pessoal.

JORNAL ZERO HORA. Porto Alegre. Edições de 1999 a 2000. Acervo Pessoal.

JORNAL DIÁRIO GAÚCHO. Porto Alegre. Edições de 2000. Acervo Pessoal.

Apêndices

APÊNDICE A – Vida de camelô: informações básicas de alguns personagens, trajetórias individuais e familiares.

VIDA DE CAMELÔ:
Informações básicas de alguns personagens,
trajetórias individuais e familiares

- **Rui (65 anos de idade)**, camelô há 40 anos.

“Eu já vim de berço”.

Rui aprendeu o ofício com o pai, um comerciante que comprava e revendia as mercadorias que atracavam no porto da cidade no início do século e, dessa forma, conseguia sustentar doze pessoas.

Começou a trabalhar com nove anos de idade e com dezoito já era vendedor autônomo e assim passou a ser camelô – atividade que exerce até os dias de hoje (além de ser cambista em shows e espetáculos). Durante sua trajetória comercial, viajou para o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, trazendo diferentes mercadorias, conforme o período. Há quase vinte anos busca mercadorias no Paraguai.

Rui casou-se com Maria e têm quatro filhos, dois adotivos (Kelly e Maurício) e dois biológicos (Carminha e Karen). Ele procurou levar os filhos desde pequenos para a rua, pois acredita que eles, mesmo sem muito estudo, podem ser bons camelôs. Afinal, “*tudo uma questão de inteligência*”.

Gerencia, ainda, suas duas bancas de brinquedos e ursos de pelúcia. Devido à agilidade nos negócios aprendida desde criança, consegue sustentar toda a sua família, vendendo até quinhentos reais por dia em cada banca. Ele não trabalha mais na rua, apenas viaja e comanda o negócio, aparecendo de vez em quando na banca, para ditar algumas regras e preços.

De todos os filhos de Rui, **Carminha (38 anos)** é a principal seguidora de Rui nos negócios. Ela começou a ajudar seu pai ainda criança. Em época de Natal, fazia bonecas e *Papai-Noel* para ele vender na banca. Na adolescência, fabricava chinelos na cidade de Novo Hamburgo para serem vendidos por Rui. Aos treze anos de idade, já trabalhava na rua como camelô, mas logo abandonou a profissão. Trabalhou como babá, frentista, costureira, auxiliar de cozinha e atendente de loja. Após essa trajetória, retornou à rua, onde trabalha até hoje e

cuida da principal banca do pai, ganhando seu salário por comissão de vendas (uma média de cinquenta reais por dia).

Carminha tem uma filha chamada **Camila (09 anos)**, que foi abandonada pelo pai quando nasceu. Ela é o maior motivo de orgulho da mãe e do avô, já demonstrando vontade de seguir no ofício da rua, pois sempre que pode, foge da escola e fica no camelódromo ajudando Carminha: consegue troco, alcança mercadoria, etc.

No início desta pesquisa, Carminha era solteira e namorada. Frequentava as boates do Centro, conhecidas como ‘inferninhos’. No ano de 2002, conheceu o funcionário que cuidava a segunda banca de Rui – o **Chico, 26 anos**. O namoro aconteceu rapidamente e eles se casaram. Atualmente, o casal e Camila moram num apartamento ao lado do de Rui, em um cortiço do Centro da cidade.

Chico nasceu em Santa Maria/RS. Aos nove anos de idade, deixou sua cidade natal e veio para Porto Alegre tentar ganhar a vida como comerciante. Ainda criança, já trabalhava no camelódromo como ajudante de banca. Anos depois, passou a ser guia de excursão para o Paraguai até chegar a ser funcionário de Rui.

Assim como o sogro, Chico viaja ao Paraguai semanalmente. Ele cresceu tanto na atividade que, nos dias de hoje, já possui duas bancas próprias⁹⁶. Agora é a irmã adotiva de Carminha que é funcionária de Chico. **Kelly (24 anos)** cuida de uma das bancas do cunhado, ganhando, para tanto, trinta reais por dia. Já o outro filho adotivo de Rui, **Maurício (20 anos)**, trabalha eventualmente para o pai, ganhando uma média de vinte e cinco reais diários.

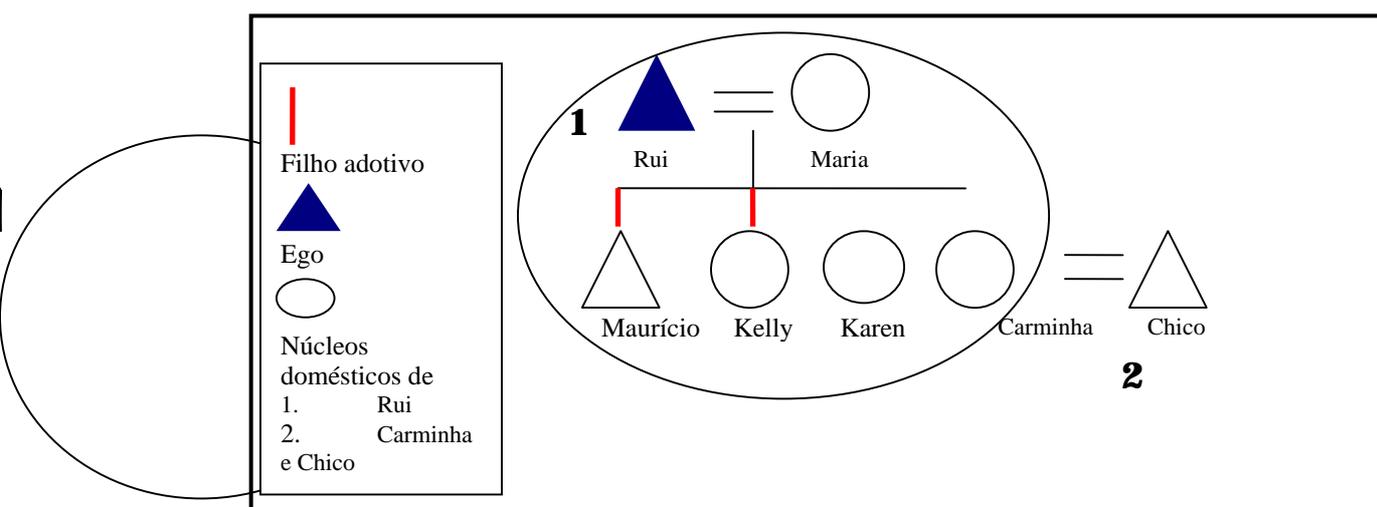


Figura 1: Diagrama da rede de parentesco de Rui.

⁹⁶ **Vó Madá (72 anos)** é uma funcionária de Chico que ganha dez reais por dia. Como ela não pega fila em banco nem paga passagem de ônibus em virtude da idade, a vó também é ‘office boy’ dos comerciantes do camelódromo e das lojas do Centro.

- **Amir (55 anos de idade)**, camelô há 30 anos.

“Graças a Deus, passei tudo para meus filhos, graças a Deus...”.

Amir nasceu no Rincão do Saraiva, município de Lavras do Sul. Aos 13 anos, procurou emprego na sua cidade e não encontrou. Então, dirigiu-se à cidade de Bagé, onde trabalhou na mina da Companhia Brasileira de Cobre até os 20 anos, quando resolveu vir para Porto Alegre trabalhar na construção civil.

Assim que chegou, olhou as pessoas trabalhando na rua e resolveu fazer o mesmo. Iniciou a carreira instalando-se perto do Hospital Santa Casa e na rua Voluntários da Pátria, antes de chegar à Praça XV. Sempre trabalhou com a mesma mercadoria: chapéus.

Amir é casado com uma ex-vendedora (chamada **Lourdes**), que largou a profissão e hoje ela é dona de casa. O casal possui quatro filhos (**João, 25 anos; Jaqueline, 22 anos; Joaquim, 17 anos e José, 13 anos**) e todos trabalham nesse tipo de atividade. Dois possuem banca e os outros dois buscam mercadoria do Paraguai, fazendo frete das mesmas.

Com esse antigo camelô, trabalham mais dois ajudantes e amigos fiéis: **Jorge (56 anos)** e **Vilma (72 anos)**. Essas duas pessoas, além de ajudarem Amir nas vendas da banca, também são grandes companheiros de ‘bate-papo’, pois os três passam o dia sentados nos degraus da Praça XV, distraíndo-se com uma boa conversa.

Amir, durante os últimos 20 anos, afirma nunca ter faltado um dia de trabalho (de segunda a segunda), chegando todos os dias, junto com Jorge, às 5h da manhã para começar a montar a banca.

Jorge nasceu em Cachoeira do Sul/RS. Na década de 70, graduou-se em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Chegou a trabalhar como radialista em sua cidade natal, mas acabou perdendo seu emprego e tendo que voltar para Porto Alegre, quando conheceu Amir e começou a trabalhar na rua.

Em março de 2004, Vilma faleceu em virtude de problemas cardíacos. Esse fato abalou a rotina dos demais, pois sentem a falta da antiga companheira de rua.

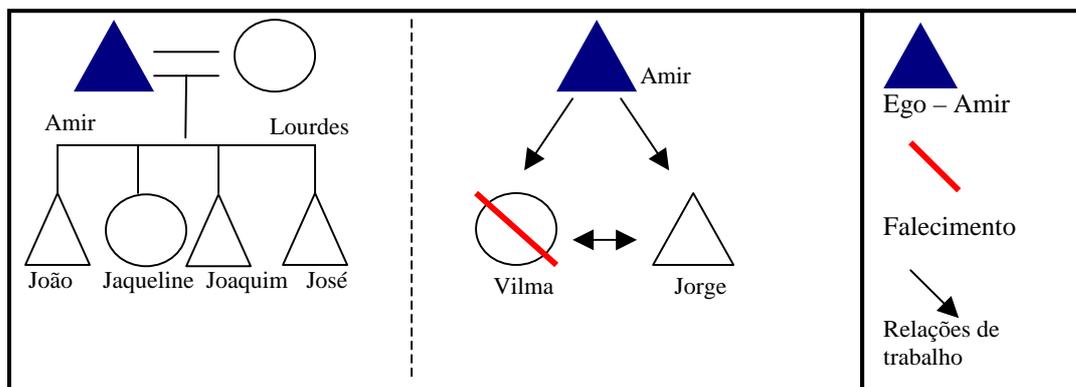


Figura 2: Diagrama da rede de parentesco e das relações de trabalho de Amir.

- **Dona Dalva (62 anos de idade)**, camelô há 45 anos.

“Aqui foi o meio que eu consegui trabalhar para criar meus seis filhos”.

Dona Dalva é uma camelô muito carismática que nasceu em Blumenau/SC. Aos 16 anos, conheceu seu marido e veio para Porto Alegre, cidade onde ele já era camelô. Quando ele faleceu, ela assumiu a banca para poder sustentar os seus seis filhos. Começou atuando na rua Voluntários da Pátria, na rua Dr. Flores e, posteriormente, na Praça XV. Dona Dalva já está com vários problemas de saúde e, em virtude disso, acredita que em pouco tempo não poderá trabalhar mais por causa das dores no joelho. Porém, diz que, enquanto ficar em pé, não faltará ao trabalho. Afinal, ela estranha muito ficar em casa devido ao longo tempo em que passa na rua.

Segundo ela, para manter a freguesia, o segredo é tratar bem os clientes. Trabalha com venda de brinquedos eletrônicos que seu filho traz do Paraguai. A sua banca é simples, pois possui poucos produtos, o que não a impede de ter excessivos cuidados com a organização dos produtos.

Ela considera-se velha demais para conseguir outro emprego, mas garante: “a esperança é a última que morre”. Uma das filhas de Dalva (**Fátima, 25 anos**) trabalha como ajudante para a mãe; o filho mais velho (**Cláudio, 40 anos**) criou-se trabalhando com o pai desde os dois anos e agora já tem sua própria banca, sendo casado com uma camelô e seu filho pequeno também já participa do trabalho.

Dalva, cansada, não acredita que seja a melhor profissão, porém sabe que é a que sabe e pode fazer e ensinar, possibilitando um futuro que considera digno para seus filhos.

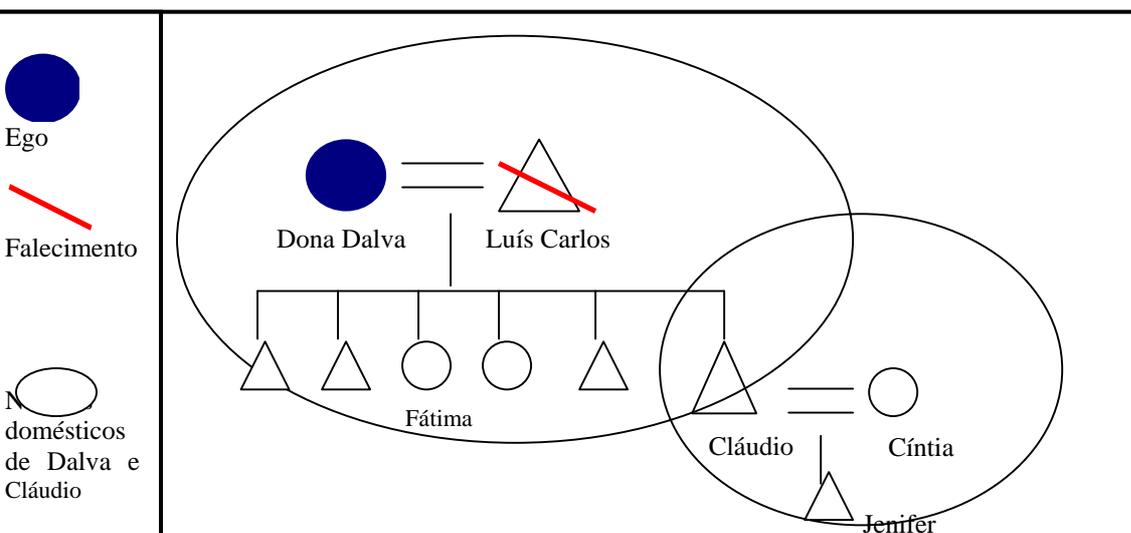


Figura 3: Rede de parentesco de Dona Dalva

- **Dona Joana (54 anos de idade)**, camelô há 30 anos.

Dona Joana nasceu no município de Getúlio Vargas/RS, veio para Porto Alegre aos 14 anos de idade. Conheceu seu falecido marido (Adalberto) quando tinha 17 e foi através dele que se tornou camelô. Assim como Dalva, Joana assumiu a banca quando ficou viúva para sustentar seus dois filhos (**Fábio, 36 anos e Fabiana, 25 anos**).

Os dois filhos de Joana já são camelôs. O mais velho é dono de banca e busca mercadoria no Paraguai; a mais nova trabalha como ajudante da mãe. Joana nunca quis que a filha trabalhasse na rua: sonhava que a menina fizesse faculdade e tivesse um emprego formal.

Dona Joana vende roupas e acessórios do vestuário. Ela deseja muito largar a rua, pois já sofre de muitos problemas de saúde. Porém, sabe que isso não é possível, pois terá de trabalhar enquanto tiver disposição.

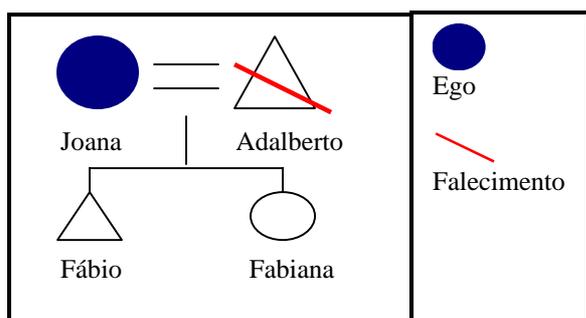


Figura 4: Mapa de parentesco de Joana.

- **Tito (40anos) e Susana (41 anos)**

Tito trabalha em uma banca que vende cintos, brincos, camisetas e bolas de futebol. Nasceu no estado de Minas Gerais, depois foi tentar a vida no Rio de Janeiro e acabou em Porto Alegre. Antes de ser camelô, cantou em uma banda de *reggae* chamada *Planet Roots* e trabalhou numa empresa de seguros. Naquela época, conheceu Susana, sua atual esposa, e tiveram uma filha chamada **Tatiana** (hoje com 11 anos).

Susana é a dona da banca em que eles trabalham e viaja para São Paulo em busca de mercadorias. Tito cuida do ponto e realiza as vendas. Ele se diz sempre insatisfeito com a vida que leva, com o ciúme da esposa, achando-se prisioneiro do trabalho. Porém se acomoda, pensando que não tem outra forma para sustentar a filha. Susana parece dominar a relação com seu poder de decisão e com a propriedade do negócio. Atualmente, cursa Assistência Social na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Tito, por sua vez, quando está sozinho, arranja mecanismos de manipular a sua condição, falando que é livre, que vai mudar de vida,

e não agüenta mais a esposa. A filha estuda em um colégio particular de freiras, mas adora faltar aulas para ficar no camelódromo, ou para sair com Camila (filha de Carminha).

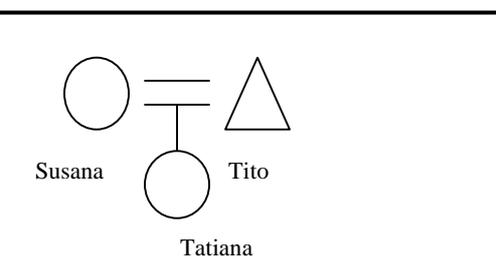


Figura 1: Família nuclear de Tito e Susana.

- **Edgar (39 anos)**

Edgar nasceu na cidade de Livramento/RS. Ele trabalhava no campo, ajudando seus pais agricultores. Veio para Porto Alegre quando era adolescente para tentar melhorar de vida. É camelô há quase vinte anos, vendendo capas para celulares encomendadas do Paraguai.

Atualmente, Edgar é um exemplo bem-sucedido no ofício, pois é dono de três bancas, tendo dois funcionários que trabalham para ele e já pensa em abrir uma loja formal no Centro da cidade. Um dos funcionários chama-se **Juca**, um rapaz de 19 anos que já trabalhou para Rui.

- **Lúcia, 38 anos**

“É tudo muito difícil isso aqui, não é fácil...”.

Lúcia mora na cidade de Alvorada da Grande Porto Alegre com seus filhos e marido. Largou a profissão no ano de 2003, em virtude de problemas de saúde.

Sempre que a encontrava, ela estava sozinha, lamentando a dureza da profissão. Raramente via seu marido, pois ele passava grande parte do tempo viajando. Quando se encontrava no camelódromo, ficava resolvendo problemas, circulando e dando ordens.

Ela vendia aparelhos eletrônicos do Paraguai. Esse tipo de mercadoria tem pouca saída devido ao alto preço, por isso ela sofreu grandes crises financeiras, muitas vezes, sem dinheiro para a própria alimentação e a dos filhos. As dificuldades que enfrentava faziam Lúcia viver angustiada, temendo não levar comida para os filhos. Graças a esse constante estado de aflição, teve problemas cardíacos seguidos, obrigando-a a abandonar a vida de camelô.